

CARMEN DULCE DINIZ VIEIRA

O DEBATE SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO MOVIMENTO OPERÁRIO: 1830 - 1930

Dissertação apresentada ao Curso de MESTRADO EM SOCIOLOGIA da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do Grau de Mestre.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIOLOGIA RURAL

FERNANDO SILVEIRA MASSOTE
Orientador

0
CAMPINA GRANDE
MARÇO - 1985

*

O DEBATE SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO MOVIMENTO OPERÁRIO: 1880 - 1930

CARMEN DULCE DINIZ VIEIRA

DISSERTAÇÃO APROVADA EM

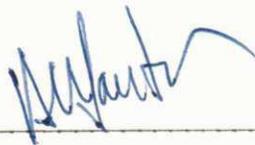


FERNANDO SILVEIRA MASSOTE

Orientador



Componente da banca



Componente da banca

CAMPINA GRANDE

MARÇO - 1985

SUMÁRIO

	página
INTRODUÇÃO	viii
CAPÍTULO I - O debate sobre a questão agrária na social-democracia	1
CAPÍTULO II - A questão agrária na Rússia: do partido social-democrático à revolução bolche- vique	52
CAPÍTULO III - A questão agrária no Ocidente: Gramsci e o Partido Comunista Italiano	89
CONCLUSÃO	130
BIBLIOGRAFIA	151

o0o

Para
Fernanda e Renata,
minhas filhas.

A G R A D E C I M E N T O S

Ao Professor Doutor Fernando Silveira Massote, pelas inúmeras discussões, debates e orientação bibliográfica que me permitiram descobrir o fascinante caminho da teoria da história: o incindível nexo entre teoria e prática tão evidenciado pela sua reflexão constituem o eixo fundamental da orientação desta pesquisa.

À Professora Nair Costa Mulls, pela disponibilidade e interesse com que acompanhou cada etapa deste trabalho, fazendo sugestões e comentários que muito contribuíram para a sua realização;

À Professora Rosemary Dore Soares, pela paciência em revisar os originais, fazendo sugestões sempre pertinentes sobre a forma e o conteúdo da pesquisa;

À Professora Salete Josefa, vice-Coordenadora do Mestrado em Sociologia, pelo interesse com que procurou facilitar meu contato com o Mestrado, tornando possível, desta maneira, a realização deste trabalho em tempo hábil;

À Mara Marley Santos, pela maneira simpática e disponível com que aceitou a tarefa de datilografar os originais, que resultou neste belo trabalho.

À Thais e Everardo, meus pais, pela compreensão e incentivo que ajudou a tornar real este trabalho.

RESUMO

R E S U M O

Este trabalho tem o objetivo de recuperar os termos do debate sobre a questão agrária travado no movimento operário europeu entre 1880 e 1930. O seu início, não por acaso, coincidiu com a passagem do capitalismo de livre concorrência para aquele de monopólio, transformação esta que surpreendeu a social-democracia com sua perspectiva de um desenvolvimento linear da sociedade. Segundo aquela visão determinista, baseada em uma leitura mecanicista das leis tendenciais elaboradas por Marx sobre a dinâmica do capitalismo, a classe camponesa desapareceria rapidamente com a concentração do capitalismo e da terra. O catastrofismo social-democrático difundido principalmente por Kautsky, desarmou os partidos operários da "II Internacional" em termos teóricos, políticos e culturais e colocou o movimento em uma atitude fundamentalmente passiva para o confronto político com o capitalismo, que passou francamente à ofensiva. Lênin, às voltas com as tarefas da revolução na Rússia, daria múltiplas respostas críticas de ruptura com o imobilismo social-democrático, seja no plano teórico que prático. E entre elas figura a sua posição sobre a questão agrária que ele toma, não como um obstáculo, mas como uma poderosa alavanca para o desenvolvimento da revolução russa: é a "aliança operário-camponês" que se transforma no eixo tático-estratégico fundamental da revolução em seu país, representando a superação do impasse social-democrático em relação à questão camponesa. Retirando o camponês da esfera de influência burguesa, Lênin coloca-o como força ativa para a solução das contradições da sociedade Russa. Gramsci, retoma a análise leniniana e a desenvolve ao estudar o surgimento do capitalismo na Itália, conduzido pelo norte industrial em detrimento do sul, fruto da unificação "pelo alto" que deu origem ao Estado burguês, agravando a situação de atraso econômico, social, cultural e político do sul. A predominância de camponeses submetidos ao jugo dos grandes proprietários, com a mediação dos intelectuais seus aliados, caracteriza o "bloco agrário", que reproduz o atraso do sul. Esta aliança entre o norte transformista e os grandes proprietários do sul, marginalizando as classes populares, gerava também a fraqueza do Estado. Cabia ao proletariado do norte, aliado aos camponeses do sul, romper com o "bloco agrário". Estes desenvolvimentos realizados por Lênin e Gramsci, sulcados na perspectiva da "autonomia do político", representam uma contribuição teórica que os colo-

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo realizar um estudo do desenvolvimento do debate sobre a questão agrária no movimento operário, no período de 1880 a 1930. A necessidade desta pesquisa surgiu da constatação de que, no Brasil, os estudos críticos mais significativos sobre o papel da pequena propriedade e do campesinato no capitalismo estão fundamentados nas teorias do "marxismo clássico". Entretanto, esta perspectiva teórica, devido à escassa produção editorial brasileira e ao pouco desenvolvimento da pesquisa social relacionada aos movimentos populares, tem sido pouco divulgada no Brasil. Por isto, o conhecimento que nos tem chegado do marxismo, enquanto método teórico de análise científica da realidade, vem através de intérpretes que, por sua vez, situam-se no marco de toda uma experiência adquirida em seu próprio contexto sócio-político. Este fato levou-nos a pesquisar o debate sobre o papel do campesinato no movimento de transformação social, no momento em que o operariado se desponta com esta questão com o propósito de compreender todas as suas implicações teórico-metodológicas. O conhecimento do método marxista, sem levar em consideração o contexto histórico, político e ideológico em que ele se originou, significa a negação mesma dos seus fundamentos: para Marx, a teoria se constrói no movimento de superação dos desafios colocados pela realidade concreta. Para se conhecer esta teoria é preciso, portanto, contextualizá-la na realidade onde ela foi gerada e desenvolvida.

Essa postura metodológica foi a principal motivadora desta pesquisa. Inicialmente, pretendíamos fazer um estudo sobre a realidade do campesinato no Brasil. No entanto,

vimo-nos diante de uma barreira intransponível: a insuficiên-
cia da teoria tal como ela se nos apresentava. Isto nos obri-
gou a refazer todo o caminho histórico do nascimento e desen-
volvimento da teoria marxista, particularmente no que diz res-
peito à questão agrária.

Ao procurarmos elucidar tão importante debate, acredi-
tamos estar contribuindo para o entendimento mais pormenori-
zado de suas conseq^uências metodológicas e políticas na trans-
formação das realidades do pós-guerra, especialmente para
o Brasil.

A "questão agrária" nada mais era senão a tentativa
de explicitação, por parte do movimento operário organizado
europeu, do desenvolvimento do capitalismo no campo. O seu de-
senvolvimento desigual levou, por um lado, à destruição de
antigas formas de produção e à introdução do trabalho assala-
riado; por outro, à reprodução de relações de tipo "pré-ca-
pitalista" e da figura do camponês. Estas mudanças no inte-
rior das formações sociais se deram em função de transforma-
ções mais gerais da sociedade capitalista.

Assim, a situação do campesinato torna-se uma "ques-
tão" para o movimento operário a partir de dois fenômenos fun-
damentais: um de natureza estrutural — a passagem do capita-
lismo de livre concorrência para o capitalismo de monopó-
lios — e outro de natureza superestrutural — a formação dos
partidos da classe operária, que surgem em meio a um intenso
debate teórico-ideológico entre diversas correntes que dispu-
tavam a hegemonia no interior daquele movimento.

Em termos econômicos, a passagem do capitalismo de li-
vre concorrência para aquele monopolista, se caracterizou pe-
la revolução tecnológica (segunda revolução industrial), pe-
la concentração do capital e surgimento dos monopólios, pela
necessidade de novos mercados para absorver a produção au-
mentada e pela conseq^uente expansão neo-colonial, bem como
pela formação do mercado internacional, já que o modo de pro-
dução capitalista se universalizara.

Em termos sociais, as relações entre as classes sociais também mudaram, uma vez que o desenvolvimento industrial gerou uma grande imigração do campo para a cidade e de um país para outro, transformando as relações entre a sociedade civil e o Estado, bem como as antigas relações de produção, com a expropriação de artesãos e pequenos proprietários que desse modo, se tornam trabalhadores assalariados.

Para a agricultura, essas transformações foram ainda mais bruscas pois a definitiva consolidação da indústria, como pólo dinâmico da acumulação de capital, acelerou o processo de subordinação da produção agrícola à sua lógica de expansão.

A agricultura de subsistência, além de enfrentar a concorrência em grande escala de regiões mais desenvolvidas, se viu diante de uma queda nos preços de seus produtos causada pelos baixos salários (decorrente do excesso de mão-de-obra) e pela concorrência do mercado internacionalizado.

A "crise agrária", como ficou conhecido este período de grandes transformações na agricultura, prolongou-se até a primeira metade deste século, quando os pólos mais dinâmicos da economia capitalista já tinham recuperado seu pleno desenvolvimento.

A destruição das antigas relações de produção, tanto no campo quanto nas cidades, aumentou o número de trabalhadores assalariados e piorou, de forma geral, o nível de vida das classes exploradas. Por sua vez, a burguesia, frente à queda nas taxas de lucro (conseqüente do aumento da produção em escala internacional) lança mão de uma política de arrocho salarial contra os assalariados, acompanhada de intensa repressão ao movimento operário organizado, que ganhava força naquele momento. À tal ofensiva, a classe operária reage aumentando seu poder de contratação através do fortalecimento de suas organizações.

É nesse contexto que nasce o Partido Social-Democrático Alemão, que logo se torna o maior partido operário da Eu-

ropa exercendo uma liderança fundamental na resolução das grandes questões do momento e dentre elas a questão agrária.

Portanto, o objeto do primeiro capítulo deste trabalho é a análise da questão agrária no movimento social democrático, tendo em vista o surgimento do SPD, suas posições tanto no confronto com outras correntes teórico-ideológicas, que se diziam representantes dos trabalhadores (principalmente o "lassallismo"), quanto com a burguesia imperialista.

O crescimento do movimento operário alemão se deu, em grande parte, devido à situação peculiar da Alemanha naquela conjuntura internacional a que já nos referimos. O fato de ter sido um dos últimos países europeus a realizar sua revolução industrial (junto com a Itália e a Rússia) obrigou-a a desenvolver uma política agressiva e profundamente anti-social, tanto internamente, em relação ao movimento operário, quando externamente, em relação aos outros países capitalistas, em função da disputa pelos mercados produtores de matérias-primas e consumidores de produtos manufaturados.

Para fazer frente à ofensiva burguesa, o Partido Social-Democrático (que se organiza como representante da classe operária) pretende responder às questões concretas colocadas pela nova realidade do imperialismo.

A primeira questão com que se depara o partido da sua organização mesma: encontrar a teoria que melhor se adequasse a seus fins e fornecesse os instrumentos políticos ideológicos para a organização da classe operária naquela etapa do desenvolvimento do capitalismo alemão e mundial.

Além dessa questão, mas diretamente relacionada à sua solução existiam a questão colonial, a questão do Estado e a questão agrária, ou seja, as questões surgidas a partir das mudanças do modo de produção capitalista, como mencionamos acima.

A questão colonial era — no dizer de Lênin — "a essência mesma do capitalismo monopolista" na medida em que a

extensão do capitalismo às outras regiões do planeta, garantindo assim a capacidade de reprodução do capital agora internacionalizado, se coloca como condição *sine qua non* para a sua sobrevivência e a do Estado democrático burguês.

Por sua vez, o Estado burguês foi obrigado a abandonar sua posição liberal, não intervencionista e defensora da livre concorrência, para intervir na economia de duas formas. A primeira delas referia-se à defesa dos mercadores para exportação e aquisição de matérias-primas. Para isto, era preciso se fortalecer internamente em relação às classes sociais antagônicas; e externamente, em relação aos outros países, aumentando sua capacidade bélica. A segunda forma consistia em intervir na regulamentação das relações de trabalho de maneira a facilitar o avanço do capitalismo, através da racionalização tecnológica e da repressão ao movimento operário, mesclada a uma política de esvaziamento de suas lutas pela incorporação de suas reivindicações.

A definição em relação às questões colocadas pela nova fase do desenvolvimento capitalista estava diretamente relacionada à teoria que o proletariado escolhesse para melhor explicar a realidade do momento. É com este espírito que no "Congresso de Gotha" — em 1875 — surge o SPD com seu primeiro programa de atuação, calcado nas idéias de Marx e Engels. Este programa surgiu como resultado de uma luta entre as diversas correntes de interpretação da realidade, que se diziam representantes dos operários, sendo a mais importante aquela liderada por Lassale.

Este desfrutava de grande popularidade junto aos operários e suas concepções, segundo as quais a transformação da sociedade seria realizada através da organização autônoma e cooperativa do operariado, irão impregnar o programa social democrático do novo partido.

É a propósito deste programa que Marx escreve o texto "Crítica ao Programa de Gotha", onde denuncia o reformismo pequeno-burguês que era apresentado como sendo a teoria revolucionária do

proletariado. O fato do texto não ter sido publicado na época devido à situação de semi-ilegalidade do partido, contribui para a manutenção do "lassalismo" no programa do Partido social-democrático. Mas o rápido crescimento do Partido na Alemanha e o prestígio que ele adquire no movimento operário internacional vão demonstrar que o seu programa respondia às necessidades de coesão e identificação da classe operária, enquanto "classe-para-si", naquele momento de repressão violenta por parte da burguesia.

Nesta etapa da vida do partido vai ter um papel fundamental Karl Kautsky, figura que personificou este esforço de homogeneização da classe operária enquanto sujeito político antagônico à burguesia. Kautsky foi o grande teórico do partido, responsável pela difusão do marxismo no interior da classe operária. Ele, através de estreitos contatos mantidos com Engels depois da morte de Marx, se encarregara também do desenvolvimento da teoria.

No entanto, o fim do século caracterizou-se por uma mudança de tática por parte da burguesia: necessitando de apoio popular para consolidar sua política imperialista, ela opta por atender algumas das reivindicações operárias, surpreendendo o movimento social-democrático.

Isso porque o marxismo tal como foi entendido e interpretado por Kautsky e demais dirigentes do partido, sofria a influência das ciências naturais que floresciam naquele momento e afirmavam a cientificidade das ciências exatas de modo geral e do positivismo em particular, como o método de análise da realidade social.

Dessa forma, as leis do desenvolvimento econômico que Marx descreveu como sendo "leis tendenciais" foram entendidas pela social-democracia como leis **inevitáveis** que deram origem à teoria do fim catastrófico do capitalismo. Dentro desta perspectiva o elemento subjetivo, entendido enquanto vontade, organização coletiva do proletariado, ficou reduzido a segundo plano, submetido à inevitabilidade da ruína econômica causada pela incompatibilidade entre desenvolvi-

to das forças produtivas e relações sociais de produção. O partido da classe operária, neste contexto, perde o seu caráter de "intelectual orgânico" para tornar-se um mero instrumento de legitimação da democracia burguesa. Como todos os outros partidos da sociedade, ele deveria lutar para aumentar o número de votos e de cadeiras no parlamento e desta maneira alcançar o poder de forma pacífica.

É visando aumentar o número de seus eleitores que a social-democracia vai se aventurar na conquista do campo, considerado até então "baluarte do conservadorismo". Mas para esta conquista o partido se depara com um sério obstáculo: a teoria marxista como foi entendido por ele, não fornecia nenhum elemento que permitisse colocar o campesinato ao lado do operariado revolucionário. Kautsky, como o teórico maior do partido, se encarrega de resolver a questão que abre, no movimento social-democrático, sua primeira cisão. Por um lado, os "ortodoxos", chefiados pelo próprio Kautsky, se negam a abrir mão dos "princípios" marxistas que norteiam o partido para incorporar nele a pequena-burguesia rural que, segundo sua visão tendia inevitavelmente à proletarização. Por outro lado, os "Reformistas", que tinham seu expoente na figura de Von Vollmar, pretendiam que o partido aceitasse incorporar no seu programa as reivindicações dos camponeses, mesmo que para isto tivesse que abdicar dos seus princípios. O debate sobre a "questão agrária" se desenvolveu paralelamente àquele contra o "revisionismo", que organizado teoricamente por Bernstein deu corpo às propostas dos "reformistas" ameaçando seriamente a unidade teórico-política da social-democracia.

Kautsky, no período de 1880 a 1900 vai se dedicar intensamente à essas duas questões, sendo que suas posições estão sintetizadas em duas grandes obras: "A questão agrária" e o "Anti-Bernstein"

Para responder aos "reformistas" ele analisa o papel do camponês no capitalismo: o campesinato como classe sobrevivente do modo de produção anterior, vai se incorporar ao proletariado, através da sua expropriação e empobrecimento. Como ele é uma classe em extinção, não interessa à social-democracia apoiar suas reivindicações ao contrário do proletariado, que é a única classe capaz de — devido às suas condições econômicas e sociais — transformar a realidade.

Mas a intervenção dos "reformistas" e depois dos "revisionistas" no debate, obriga Kautsky a repensar a atitude do partido perante o campesinato. Já no "Congresso de Erfurt", em 1891, eles apresentam o primeiro programa agrário do partido, que simplesmente incorpora as reivindicações democrático-burguesas do campesinato. Kautsky mobiliza os "ortodoxos" contra o programa, motivando Engels a escrever a sua "Crítica ao programa de Erfurt" e a publicar o "Crítica ao programa de Gotha", até então inédito. Isto porque, segundo Kautsky, com este programa, o partido abria uma sua contradição entre sua teoria e sua prática.

No Congresso de Breslávia (1895), o programa dos "reformistas" é derrotado em favor da posição de Kautsky depois de uma longa batalha. Engels participava dela com a publicação do seu artigo "O problema camponês na França e na Alemanha". Neste artigo ele esclarece sua posição a respeito do camponês: embora tendente a desaparecer por sua incorporação ao proletariado, o camponês deve ser conscientizado da importância do trabalho coletivo para a transformação da sociedade, ou seja, da importância do seu papel enquanto pequeno produtor, porque esta situação facilita a passagem da economia para a produção coletivizada.

Kautsky acompanha o raciocínio de Engels e, na "A questão agrária" propõe que o Partido Social-Democrático Alemão assumas as reivindicações camponesas enquanto elas significam a oportunidade de conseguir a sua neutralidade e assim ganhar espaço para a organização do proletariado. A neutra

lização dos camponeses implicava também na conscientização da sua situação e na necessidade da sua organização para lutar pela transformação da sociedade. Kautsky entendia que mostrando aos camponeses sua "ruína inevitável" e sua conseqüente proletarização era possível convencê-los da justiça do programa social-democrático.

A posição de Kautsky resultava em um apoio passivo por parte do campesinato à social-democracia: esta entendia que ele não desempenhava nenhum papel no processo de transformação social mas poderia usufruir dos benefícios duramente conquistados pelos operários. Apesar disto, o partido não conseguiu mobilizar os camponeses que continuavam a vê-lo como o inimigo interessado na sua expropriação.

Por sua vez, a luta de Kautsky contra o "revisionismo" não termina aí: à medida que o capitalismo monopolista se consolida e desmente as orientações do partido, Kautsky se aproxima dos "revisionsistas", incapaz de encontrar explicação teórica para os acontecimentos. Isto fica claro na sua ruptura com Lênin e com a revolução bolchevique, e na posição sempre mais à direita assumida pela social-democracia no confronto com as políticas do imperialismo.

A teoria desenvolvida pelo Partido Social-Democrático Alemão e assimilada pelos outros partidos social-democratas no fim do século passado, vai constituir uma verdadeira "cultura social-democrática", conhecida também como "marxismo da II Internacional", que ainda sobrevive no movimento operário atual. As características desta visão-de-mundo são o "dogmatismo" e o "economicismo" fundados no materialismo mecanicista, que vê o operariado como a única classe capaz de transformar a realidade e, portanto, nega a perspectiva de qualquer aliança tática ou "programa mínimo" no seu desenvolvimento. Esta visão social-democrática só pode ser entendida em todas as suas conseqüências se considerada historicamente: ela correspondia ao estágio de afirmação do movimento operário enquanto classe autônoma e ao momen-

to de expansão do capital através da consolidação do poder burguês e da economia capitalista. O desenvolvimento do capitalismo e sua transformação em imperialismo, o fortalecimento da sociedade civil e a mudança no caráter do Estado (de liberal a intervencionista), vão exigir uma nova postura do movimento operário. A incapacidade da social-democracia em entender a nova realidade vai colocá-la em uma situação de subalternidade em relação à direção política-ideológica da burguesia. Esta subalternidade se caracterizou por uma "resistência passiva", ou seja, por uma atitude de defesa corporativa dos seus interesses sem alcançar, porém, o nível mais elaborado de propostas políticas que superassem a ordem existente. Para isto, o partido deveria recuperar a dimensão do "cultural" e do "político" como elementos essenciais do materialismo histórico, e as únicas capazes de romper com o "catastrofismo" dominante na social-democracia.

É neste sentido que vai se dar o rompimento de uma parte do movimento operário com os partidos sociais-democratas e a constituição dos Partidos Comunistas e da III Internacional (1919). O protagonista deste movimento é o Partido Social-Democrático Russo e o jovem Lênin, que depois se organizam no Partido Comunista Russo — tendência "Bolchevique".

A crítica do movimento comunista aos partidos social-democratas e a elaboração de sua política com relação ao campesinato constituem o tema do nosso 2º capítulo.

A Rússia se caracterizava por uma situação peculiar: a abolição da servidão da gleba na segunda metade do século XIX não acabara com o feudalismo e mantinha o país, e em particular o campo, numa situação de atraso e miséria. O campesinato se revoltava contra o domínio e o movimento popular se organizava em duas tendências: aquela do "socialismo agrário" que pretendia transformar a sociedade a partir das "comunidades camponesas" de longa tradição no país, en-

tendendo assim que não era preciso esperar o desenvolvimento do capitalismo para se chegar ao socialismo; e aquela social-democrática nos moldes europeus representada pelo grupo "Emancipação do Trabalho" e liderada por Plekânov.

O jovem Lênin, membro do Partido Social-Democrático Russo, já nos seus primeiros estudos sobre o desenvolvimento capitalista no país constata a necessidade, para o proletariado, de se completar a revolução burguesa, destruindo os restos feudais que ainda dominavam o campo e instaurando o Estado democrático burguês. Se a burguesia nascente fizera um compromisso com o *ancien régime* mantendo muitos dos seus privilégios, caberia ao proletariado, unido ao campesinato, a tarefa de instaurar a "república democrática dos operários e camponeses", fundamental para a mobilização e organização das classes exploradas.

Com esta proposta, Lênin começa a se afastar das posições de Plekânov, que entendia ser tarefa do proletariado a luta pelo socialismo. A conquista da democracia era tarefa da burguesia e do campesinato. Para Lênin, ao contrário, a proposta da "aliança operário-camponês" como o único instrumento capaz de consolidar as liberdades democráticas e o Estado burguês, significava que o campesinato apresentava uma faceta revolucionária, faltando ao seu movimento uma direção correta. Assim, era preciso que o proletariado assumisse a direção do processo revolucionário, de modo a obter o máximo possível de conquistas que permitisse ampliar seu espaço de mobilização e organização.

A "aliança operário-camponês" tal como foi concebida por Lênin, recupera os estudos de Marx a respeito da formação do Estado burguês: em algumas formações sociais a revolução democrático-burguês se dá sob a liderança da burguesia em aliança com os latifundiários, o que resulta num processo abortado, onde o campesinato e o proletariado são mantidos à margem do processo sócio-político; em outros, o proletariado

em aliança com o campesinato afasta a burguesia vacilante e inicia o processo de reformas que beneficia todo o povo.

Tendo em vista essas análises, Lênin lança a palavra-de-ordem de "ditadura democrática revolucionária dos camponeses e operários", sintetizada na expressão "república" como a consigna capaz de mobilizar camponeses e operários para a formação de sua aliança. A república pressupunha, por sua vez, a organização dos camponeses em "Comitês" autônomos dos latifundiários e dos camponeses ricos, que permitiria aos pequenos proprietários aumentar seu nível de consciência e compreender, assim, a importância do seu papel junto ao proletariado.

Essa perspectiva teórico-política de Lênin está baseada nos seus estudos sobre o desenvolvimento da realidade russa. Analisando o capitalismo no campo, ele conclui que predominam ali camponeses pobres, em condições semi-feudais e em luta contra a autocracia do czar e os latifundiários. Daí a sua proposta de união do proletariado aos camponeses pobres (e depois com os médios) pois interessa a ambos a transformação daquela realidade.

O fracasso da direção operário-camponês na "Revolução de Fevereiro" coloca para Lênin a necessidade de retomar a "aliança operário-camponesa" como forma de lutar ainda, pelas conquistas democrático-burguesas. No entanto, agora estas conquistas seriam fruto não de uma revolução democrática, mas da revolução socialista. Com esta perspectiva, pela primeira vez na história do movimento social-democrático, o campesinato passa a ter um papel ativo e primordial no processo de transformação social. De sujeito passivo, que deveria ser neutralizado, o campesinato passa a ser um protagonista sem o qual o operariado não é capaz de realizar a revolução socialista.

Mas a proposta da "aliança operário-camponês" como foi formulada por Lênin significou uma ruptura com o pensamento social-democrático. Vários fatores contribuíram para este

salto de qualidade na teoria do movimento operário. Em primeiro lugar aqueles fatores político-ideológicos: a tradição do "socialismo agrário" e o fato do partido ter se fracionado em duas posições — Menchevique e Bolchevique — abrem uma luta interna que obriga o PSDOR a mergulhar na realidade do país para estabelecer as políticas mais corretas. Em segundo lugar os fatores estruturais, ou seja, a situação peculiar do desenvolvimento capitalista na Rússia e a consolidação do imperialismo (com a guerra mundial, a formação da aristocracia operária, a exploração neo-colonial) que permitiram a Lênin conceber novos instrumentos político-ideológicos para enfrentar a situação. Entretanto, estes fatores estão diretamente relacionados com a sua interpretação do marxismo. A redescoberta do "político" e das classes sociais como sujeitos revolucionários, permitiu a Lênin re-dimensionar a importância das alianças táticas e estratégicas no processo revolucionário. Os programas "mínimos" evoluíram de acordo com a dinâmica dos momentos conjunturais, rompendo assim com o dogmatismo dominante na socialdemocracia. A vitória da "Revolução de Outubro" só foi possível pela organização dos soldados - camponeses e dos operários que, desta maneira, conseguiam derrubar a burguesia e seus aliados. Mas a situação de penúria da Rússia, eminentemente camponesa, empobrecida pela guerra e pelo boicote decretado pelos países capitalistas vai obrigar ao Partido Comunista Russo a repensar criativamente a teoria do movimento operário para superar mais este desafio.

É nesse momento que a proposta de "aliança operário-camponesa" vai mostrar toda sua vitalidade com a NEP.

A "Nova Política Econômica", implantada na Rússia socialista em 1921, significou a concessão, aos camponeses médios, do direito de comercializar livremente parte da sua produção, através da reintrodução do mercado capitalista no país. Em termos políticos, a NEP significou "um passo atrás" em função da necessidade de provar ao campesinato (médio) com medidas corretas, a justeza das posições socialistas, tendo em conta o nível real da sua consciência. Para o movimento ope

rário internacional a NEP juntamente com a proposta de "Frente Única" lançada pela "Internacional Comunista", (união de socialistas e comunistas) foi o exemplo concreto da importância do "cultural" no processo de transformação social. A "revolução cultural" implicava em todo este trabalho de conscientização, quer dizer, na adesão dos camponeses ao socialismo não pela sua queda inevitável no proletariado, mas pela sua "compreensão" da importância do socialismo.

A recuperação da obra de Lênin, com toda a riqueza que ela contém para o movimento operário e popular, vai se dar de forma mais completa em Gramsci e no Partido Comunista da Itália, como veremos no terceiro capítulo.

Antonio Gramsci, da mesma forma que Lênin, marcou sua militância pela luta contra a visão estreita dos socialistas, particularmente no que diz respeito à questão agrária. Esta luta estava também diretamente ligada à sua necessidade mesma de superar a visão subordinada do camponês em relação ao operariado urbano. O caminho "natural" da superação destes "preconceitos" passava pela análise do desenvolvimento capitalista na Itália e pelo papel de "direção política" e "hegemonia" a ser desempenhado pelo operariado no processo de transformação social. Nos seus primeiros textos, como militante do PSI, Gramsci analisa a contradição entre o norte do país que acumulou riquezas e se industrializou em detrimento do sul que continuou pobre e camponês. Para ele esta contradição não se deu por acaso, mas foi a forma mesma do desenvolvimento capitalista na Itália. Da mesma maneira que na Rússia, Gramsci vê como única solução para o campesinato a fórmula já propagandeada pela III Internacional e por todo o movimento comunista: a aliança dos camponeses do sul com os operários do norte a fim de romper com o domínio dos latifundiários e dos industriais.

A explicitação desta proposta se dava paralelamente ao esforço desenvolvido pela seção socialista de Turim, que se organizava em torno do jornal "L'Ordine Nuovo", de mobilizar o setor mais avançado do proletariado italiano (aquele meta-

lúrgico). Este movimento, de acordo com os "ordinovistas", deveria ser acompanhado da organização autônoma dos camponeses em "Conselhos", que permitiria a eles sair da situação de atraso em que se encontravam. O movimento dos operários de Turim culminou na ocupação das fábricas por parte dos operários (em 1921) e sua derrota por falta de apoio político no resto do país. Nesse momento se deu a divisão do Partido Socialista e a criação do Partido Comunista Italiano no Congresso de Livorno.

A luta pela consolidação do partido no seio das massas exigiu um grande esforço por parte de seus militantes. Além de enfrentar o "bordiguismo", que tinha uma concepção sectária do partido <sup>de política de massas, o rece-
pção do partido comunista.</sup> começou a enfrentar os violentos ataques do fascismo. O exílio de Gramsci em Moscou — nos anos 23-24 — deu-lhe a oportunidade de acompanhar mais de perto as propostas e desenvolvimentos da revolução bolchevique permitindo a ele elaborar uma auto-crítica do processo vivido pelo partido até então.

Essa auto-crítica começa pela reavaliação da "cisão de Livorno" como sendo um erro na medida em que dividiu as massas e possibilitou a tomada do poder parte parte do fascismo. Por sua vez, o Partido Comunista, sob a liderança de Bordigha, manteve o seu isolamento com sua política sectária em relação ao Partido Socialista.

Retornando ao país e assumindo a Secretaria Geral do Partido Gramsci inicia sua obra de "reforma intelectual e moral": transformar a neutralidade dos operários de forma a enfrentar a nova situação. Isso significava estabelecer a "Frente Única" e a "aliança operário-camponesa". na forma concreta dos "Comitês de operários e camponeses para a luta anti-fascista" e, por outro lado, esclarecer a hegemonia dentro da "aliança". Para Gramsci, o papel de dirigente dos "Comitês" caberia ao proletariado devido à sua função essencial dentro do modo de produção capitalista. No entanto, naquela etapa do seu desenvolvimento (em que a sociedade civil

ergueu uma série de fortificações que tornam mais difícil a tomada do poder) o proletariado precisa do apoio do camponato, que em muitas situações é a classe majoritária (no caso da Itália a única classe territorialmente nacional).

Aprofundando sua análise sobre a importância da "aliança operário-camponês" no processo do desenvolvimento capitalista italiano, Gramsci constata a existência da "questão meridional que caracteriza a "questão agrária no país. O fato do sul da Itália (Mezzogiorno), prevalentemente camponês, se manter numa situação de atraso e miséria que permite o desenvolvimento do norte é a prova concreta, segundo Gramsci, da justeza da perspectiva da aliança dos camponeses do sul com os operários do norte para a transformação da sociedade.

Mas para tornar real esta aliança era preciso romper com o "bloco agrário" que dominava o sul. O "bloco agrário" junto com o "bloco intelectual", permite o domínio dos proprietários de terra sobre os camponeses através da mediação dos intelectuais (inclusive o clero) cabe assim aos camponeses e aos operários romper com o "bloco agrário" atraindo os intelectuais para sua aliança através da conscientização da sua importância no processo revolucionário.

No entanto, na situação concreta de desagregação do fascismo, Gramsci via a "aliança operário-camponês" como o instrumento fundamental para a transição democrática. Do mesmo modo que Lênin, ele entendia que, quanto mais democrática fosse a sociedade burguesa mais fácil seria a organização dos camponeses para a revolução socialista.

A explicitação da proposta da "aliança operário-camponês" é acompanhada pelo recrudescimento do fascismo que levou Gramsci à prisão.

No cárcere ele vai reelaborar toda sua conceituação dando uma dimensão histórica a seus conceitos e, portanto, universalizando-os.

Na Conclusão deste trabalho discutimos, em primeiro lu-

gar, a conceituação histórica mais geral desenvolvida por Gramsci para o entendimento da questão agrária e, em segundo lugar, tentamos explicitar o **veio teórico** que perpassa as concepções de Lênin e Gramsci, como **ruptura** com o pensamento social-democrático.

Os conceitos de "transformismo" e "revolução-passiva" como formas de revolução "pelo alto"; e bem como sua análise do "parasitismo" que caracteriza a pequena burguesia rural, calcado na super-exploração da massa camponesa, encorpam os estudos de Gramsci sobre a "questão meridional".

Por outro lado, sua visão da "reforma intelectual e moral" como o instrumento fundamental do processo de transformação social na época do imperialismo constitui, junto com as análises de Lênin sobre a "revolução cultural", a novidade que caracteriza o pensamento comunista e da "III Internacional" na sua primeira fase. É esta revalorização do "cultural" e do "político" que vai marcar a ruptura com o dogmatismo e o economicismo social-democrático.

Entendemos que o caminho percorrido por Lênin ao desenhar a proposta da "aliança operário-camponesa", bem como os desdobramentos que Gramsci descobre nela, são de fundamental importância se se pretende resgatar com profundidade o papel do campesinato na sociedade capitalista moderna.

CAPÍTULO I

O DEBATE SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NA SOCIAL-DEMOCRACIA

O DEBATE SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NA SOCIAL-DEMOCRACIA

Para uma melhor compreensão do debate sobre a questão agrária, nos interessa o estudo das características da passagem do capitalismo de livre concorrência para o capitalismo de monopólio. Nos países de desenvolvimento tardio, como a Alemanha, as transformações decorrentes daquela transição foram mais bruscas do que em países como Inglaterra, Bélgica e Holanda que, por seu maior desenvolvimento capitalista (suas revoluções industriais já tinham acontecido há um século), já tinham uma estrutura social e política mais amadurecida para enfrentar as mudanças.

A Alemanha iniciou a sua industrialização um pouco tarde mas com toda força nos anos de 1850. O seu desenvolvimento alcança um dinamismo e uma rapidez sem precedentes na história da economia moderna. A primeira revolução industrial foi seguida quase que imediatamente pela segunda, que se caracterizou pelo desenvolvimento tecnológico e o crescimento da siderurgia, indústria eletrotécnica e química.

A produção de ferro do Vale do Ruhr, Saar e Lorena triplicou de 1890 a 1910. Em 1893 a Alemanha já havia superado a Inglaterra na produção de aço e, em 1903, o fez com a produção de ferro.

O segundo setor em que a produção mais cresceu foi o da eletrotécnica e o da indústria química, que nos anos de 1913 e 1914 eram responsáveis por 30% e 80% da produção mundial respectivamente.

Este desenvolvimento só foi possível graças à política protecionista do governo, a formação dos monopólios e o baixo custo dos produtos no mercado interno. A união do capital bancário com o industrial permitia inclusive a exportação ale

mã para outros países como foi o caso da Suíça, que desenvolveu parte de sua indústria de base com tecnologia e capital alemães¹.

Em termos gerais, a crescente industrialização, que se deu graças ao vertiginoso desenvolvimento tecnológico, permitiu o aumento das taxas de crescimento da componente fixa do capital constante que estimulou a produção de meios de produção. A alta concentração dos meios de produção e de trabalho especializado permitiu um aumento na produtividade e nas taxas de mais-valia relativa. No entanto, esta mudança na estrutura técnica do capital provocou uma queda na taxa de lucro. Esta contradição se dava porque a realização do capital, para dar continuidade ao processo de acumulação, era impossível dentro de um mercado auto-regulado, ou melhor, sujeito à "anarquia de produção"².

O processo de industrialização permitiu, por sua vez, a formação do mercado internacional. O fato de não depender mais somente do mercado interno obrigou os países a perseguirem um nível de desenvolvimento médio, ou seja, que permitisse a eles fazer frente às exigências daquele mercado. Para isto era preciso adaptar os métodos tradicionais de trabalho e produção, bem como o que produzir, à lógica capitalista.

Dessa forma, as economias estavam sujeitas às oscilações e crises do mercado internacional. Cada crise mundial intervinha nas economias nacionais, com maior ou menor intensidade, dependendo da capacidade de resistência de cada uma delas.

Diz Steinberg sobre a situação mundial no final do século:

¹ Mommsen, W.J. La época del imperialismo, Siglo Veintiuno Editores, México, 5a. ed., 1978. pp. 47 e ss.

² Lothar Machtan, I rapporti tra la crisi di fondazione del Reich e il ristagno politico-ideologico del movimento operaio tedesco nella fase dell'unificazione di Gotha, apud Basso L. et L., Il Congresso de Gotha: Partito operaio e socialismo, Franco Angeli ed., Milano, 1977; ps. 116/117.

A crise estrutural dos anos 1873-1895, que ficou conhecida como a "grande depressão", coincidiu com uma grande depressão no sentido da fase descendente de um ciclo (econômico) e que teve em seguida um período de recuperação (87-95).³

Ou ainda de acordo com Mommsem:

*Depois de um máximo absoluto em 1872, o nível dos preços caiu, com certas oscilações conjunturais até 1895, à metade do nível de 72; para logo voltar a crescer em um movimento moderado a 2/3 do nível original em 1913.*⁴

Os poucos estudos disponíveis sobre o período vêm, em geral, essa crise como sendo de superprodução. A indústria de base como a siderurgia e a mineração foram as primeiras atingidas, exatamente os setores que mais cresceram no período anterior.

Pouco a pouco a crise atingiu os outros setores da indústria, inclusive as pequenas empresas artesanais, que já se encontravam inseridas no processo de produção capitalista.

O campo foi atingido de forma mais violenta, se se leva em consideração que em várias regiões dominavam ainda relações de produção pré-capitalistas. Esta questão é explicitada por Hobsbawn ao mostrar que:

*... a agricultura mundial dividia-se de forma crescente em duas partes, uma dominada pelo mercado capitalista, nacional ou internacional, a outra, grandemente independente dele (...), ou seja, um tipo de economia agrícola na qual as vendas para fora são opcionais ou marginais e o tipo em que as riquezas dependem deste mercado externo.*⁵

³ Steinberg, H.J. Grande depressione, ristrutturazione del capitalismo e movimento operario socialista in Germania apud idem, p. 57.

⁴ Mommsem, W.J. op. cit., p. 39.

⁵ Hobsbawn, E. A Era das Revoluções, 1789-1848, Paz e Terra, R.J., II ed., 1979, p. 192.

Ou ainda, entre os que dependem do seu cultivo para a subsistência, sendo que uma má colheita pode significar epidemia de fome; e entre aqueles que, ao contrário, são perseguidos pela superprodução ou pela entrada de um novo competidor no mercado que provocaria uma queda nos preços dos produtos agrícolas. Ainda segundo Hobsbawn, na década de 70 do século passado, uma parte significativa da economia mundial se achava na segunda posição e em condições de provocar colapsos e crises no mercado mundial.

O desenvolvimento da produção especializada para exportação era acompanhada pelo crescimento das monoculturas, sendo que, quando um determinado produto entrava em colapso no mercado internacional, causava conseqüentemente a decadência de regiões inteiras.

Os que produziam para o mercado interno, como as pequenas empresas camponesas que usavam a mão-de-obra gratuita das famílias, as fazendas mistas e a média propriedade camponesa ficavam mais ou menos imunes a estas crises do mercado internacional, ao passo que os camponeses ricos e com espírito empresarial floresciam em tais situações.⁶

A chamada "crise agrária", que acompanhou a "Grande Depressão" do fim do século, atingiu aqueles produtos cultivados para exportação em áreas de monocultura como as de milho, açúcar, algodão e as grandes firmas de comércio que tinham o máximo interesse em intensificar estas exportações. Como explica Hobsbawn:

(...) a identidade de interesses produzia uma estreita simbiose entre os grandes produtores — fossem nativos ou estrangeiros — as grandes firmas de comércio e os interesses compradores dos portos de exportação-importação, e também a política dos Estados, representando os mercados europeus e seus fornecedores.⁷

⁶ Idem, op. cit., p. 193.

⁷ Ibidem.

Na Alemanha, o desenvolvimento tecnológico destruiu relações de produção feudais em algumas regiões do norte do país e do Vale do Ruhr, onde estava em expansão a agro-indústria. Já a pequena empresa camponesa da Baviera (sul), bem como o latifúndio com mão-de-obra de baixa qualificação (Vale do Elba) ainda eram bastante rentáveis ao capital.

Engels, na sua análise sobre a fundação do Reich alemão, indica que os grandes sacrificados com a reconciliação entre a burguesia e os latifundiários (Junkers) foram os operários socialistas.⁸ Se, de um lado, a manutenção da situação de atraso no campo assegurava "a trincheira avançada e estável do conservadorismo social e político", dominado pelos Junkers, de outro, tal trincheira permitia a repressão ao movimento operário, como recomenda Alfred Krupp em 1784:

*(...) o nosso interesse recomenda a eliminação (...) preferivelmente daqueles que não satisfazem com boa vontade ou rendimento, ou por conduta de vida e idéias. (...) e eu recomendo de se fiscalizar prudentemente as pessoas discretas, de maneira a descobrir os membros de uma associação assim perigosa e de eliminá-los do meio dos operários e dos técnicos (...).*⁹

A crise generalizada obrigou os capitalistas a tomarem uma posição no sentido de aumentar a taxa de lucro, a acumulação e a capacidade de realização do capital. Portanto, era preciso não apenas a abertura de novos mercados, como também o aumento da taxa de mais-valia, o que implicava o confronto com o trabalho, ou seja, com o movimento operário como um todo e aquele organizado em particular.

⁸ Apud Steinberg, H.J. op. cit., p. 59.

⁹ Machtan, L. op. cit., p. 119.

Uma das primeiras medidas neste sentido foi a reedição das leis protecionistas e a promulgação da lei de exceção contra os socialistas, em 1878, além da adoção de política colonialista.

Como afirma Villari,

É fora de dúvida que a volta ao protecionismo que se acentuara de ano a ano em estreita relação com a "caça às colônias", assinala o fim do ciclo histórico do capitalismo no qual — é oportuno recordar — a agricultura é o eixo do processo de produção e de acumulação (...). Com relação à agricultura a burguesia agrária européia foi obrigada a escolher entre uma transformação técnico-produtiva da agricultura, ou seja, a reforma agrária, ou a subordinação da agricultura a um processo industrial que lhe desse a segurança da estabilidade política do sistema. Ela escolhe definitivamente este último caminho.¹⁰

A subordinação da agricultura ao processo industrial urbano é que vai agravar a crise agrária por mais 20 anos, ou seja, até o início do século. As conseqüências desta crise serão, portanto, mais difíceis de serem resolvidas (principalmente em termos sociais) e a "questão agrária" vai se colocar como um desafio para os partidos sociais-democratas.

O Partido Social-Democrático alemão, que no final do século organizava e dirigia massas importantes do proletariado, surgiu de duas correntes que, até 1875, representavam o movimento operário alemão: os lassalianos e os eisenachianos.

A primeira facção, dos lassalianos, inspirava-se nas idéias de Ferdinand Lassale, o fundador da "Associação Geral dos Trabalhadores" - ADAV. Em seus textos, ele propunha o sufrágio universal e direto como forma de transformação do Estado, "guardião noturno" dos interesses privados, em um Estado

¹⁰ Villari, L. Il capitalismo della Grande Depressione. La crisi agraria e la nuova economia, apud Basso, L- et L. op.cit. p. 66.

que criasse uma comunidade "fundada sob a moral", onde reinaría "a solidariedade de interesses, a comunidade e a reciprocidade no desenvolvimento". Para isto, era preciso acabar com o voto censitário, "impedimento aristocrático à participação popular". A luta pelo sufrágio universal devia se desenvolver sob a guia de um partido autônomo, tanto da burguesia quanto do governo, ambos incapazes de defender a democracia.

Em termos econômicos, uma vez assegurada a conquista do Estado pelos trabalhadores, Lassale propunha a criação de cooperativas de produção, único instrumento — segundo ele — que permitiria à classe operária fazer frente, vitoriosamente, à concorrência econômica capitalista. Com as cooperativas de produção tornar-se-ia possível a "justa distribuição dos rendimentos do trabalho". Desta maneira, o socialismo concebido por Lassale era "alguma coisa que se move principalmente sobre o terreno da distribuição".¹¹

A conquista do Estado e o redistributivismo, por sua vez, permitiriam a abolição dos salários com a sua "lei de bronze". As bases da "lei de bronze" dos salários — segundo Marx na sua "Crítica ao programa de Gotha" — estão na teoria da população de Malthus (a população aumenta em proporção geométrica, enquanto a alimentação aumenta em proporção aritmética). E Marx continua:

*Mas, se esta teoria for exata, a mencionada lei não poderá ser abolida, por muito que se suprima o trabalho assalariado, porque esta lei não rege apenas no sistema de trabalho assalariado, mas em qualquer sistema social. Apoiando-se precisamente nisto, os economistas burgueses vêm demonstrando, há cinquenta anos ou mais, que o socialismo não pode acabar com a miséria, determinada pela própria natureza, mas tão somente generalizá-la.*¹²

¹¹ Droz, J. Dalle organizzazioni operaie del 1848 al partito di Lassale (1863), apud Basso, L. et L., op. cit., pp. 110, 111.

¹² Marx, K. Crítica ao programa de Gotha, apud. Obras Escolhidas, vol. II, Ed. Alfa-Omega, SP, p. 218.

A difusão das idéias lassalianas no meio operário se dava basicamente porque elas correspondiam às necessidades do momento, ou seja, à defesa da participação do proletariado na cena sócio-política da Alemanha. A genialidade de Lassale consistia exatamente em saber colher as aspirações reais do movimento operário a ele contemporâneo, a partir de idéias que misturavam o marxismo com um romantismo personalista de tipo pequeno-burguês. Por isso ele foi chamado a encabeçar a ADAV, a convite dos próprios trabalhadores.

Num momento de afirmação do movimento operário, enquanto classe social autônoma, as concepções radicais e românticas de Lassale eram capazes de atrair a massa dos trabalhadores. Entretanto, à medida que aumentava a ofensiva governamental e burguesa sobre os trabalhadores, suas propostas, e mesmo seus métodos de trabalho (Lassale governava a ADAV de forma ditatorial), se mostravam estreitos e confusos.

Por isso, Lassale não poderia fundar realmente um partido operário. O proletariado, para ele, era só "uma massa susceptível de ser mobilizada por objetivos políticos".¹³

Depois de sua morte, a ADAV continuou a se inspirar em seus ideais, mas começou a enfrentar a oposição cada vez mais forte dos eisenachianos.

A segunda facção do movimento organizava-se no Partido Socialista Operário, que nasceu no Congresso de Eisenach, em 1869, com o apoio de vários sindicatos de trabalhadores, até então seguidores de Lassale, apesar de independentes da ADAV.

Os eisenachianos — como serão conhecidos desde então — vieram também de uma ruptura com a ADAV e se organizaram primeiramente no Partido Popular Saxão, em 1869.

O Partido Socialista Operário teve uma importância fundamental no desenvolvimento posterior do movimento operário alemão. O seu estreito contato com a Associação Internacional dos Trabalhadores — à qual se filiou em 1868 (ainda como ADAV)— e com Marx e Engels mostra sua tentativa de reforçar a unidade político-ideológica do movimento a partir do socialismo científico. De acordo com Erich Kundel:

¹³ Droz, J. op. cit., p. 111.

A experiência feita pelo partido de Eisenach (...) prova que o partido de Bebel e Libknecht poderia se tornar o centro de coágulo do movimento operário na Alemanha, exatamente pelo fato de, enquanto componente da Associação Internacional, se preocupar em recolher o patrimônio de experiências do movimento operário (...).¹⁴

No Congresso de Gotha, realizado em 1875, se deu a unificação do movimento, com a criação do Partido Socialista Operário da Alemanha (PSOA). O novo partido correspondia às exigências de avanço do capitalismo, de maior exploração da classe trabalhadora e de perseguição ao movimento operário organizado.

O programa do partido unificado, elaborado pelos eisenachianos e lassalianos, recebeu duras críticas de Marx no célebre texto "Crítica ao programa de Gotha", já mencionado. Para ele, o programa continuava a se basear em idéias lassalianas, de cunho liberal-burguês, contrárias ao socialismo científico.

Além disso, Marx denunciava que o "compromisso" das facções era favorável ao partido de Lassale:

(...) se não era possível — e as circunstâncias do momento não o permitiam — ir além do programa de Eisenach, dever-se-ia ter-se limitado, simplesmente, à conclusão de um acordo para a ação contra o inimigo comum. (...) os chefes lassalianos vieram até nós porque as circunstâncias os obrigaram a vir. E se, desde o primeiro momento se lhes tivesse feito saber que não seriam admitidas quaisquer barganhas com os princípios, teriam que contentar-se com um programa de ação.¹⁵

¹⁴ Kundel, E. L'azione storica del partito operaio social-democratico tedesco nella lotta per l'unificazione della classe operaia, apud Basso, L. et L. op. cit., p. 143.

¹⁵ Marx, K. Carta a W. Bracke, 5 de maio de 1875, apud Obras citadas, p. 208.

Na época, no entanto, a "Crítica" não foi publicada e divulgada pelos adeptos e destinatários do movimento, sob a alegação de que o socialismo vinha sendo fortemente atacado pelo governo.

O compromisso de Gotha aponta para a situação ambígua em que nasceu o novo partido: se oficialmente ele se considerava marxista, na prática seus militantes se achavam impregnados pela doutrina de Lassale, muito difundida entre as massas. O próprio Bebel reconhece a influência de Lassale em uma carta de 1873, onde ele diz que "os escritos de Lassale constituíam realmente a base das concepções socialistas da massa".¹⁶

Alguns autores, como Lothar Machthan, consideram esta ambiguidade no desenvolvimento teórico do partido como sendo a base do revisionismo, que vai caracterizá-lo depois de 1890.

Para ele:

(...) a sua tentativa (do partido) de elevar o seu nível ideológico no sentido de uma orientação unitária sob a base dos elementos fundamentais do socialismo científico, não tinha tido, nos anos precedentes a 1874 nenhum sucesso sério; pois ou eram esses mesmos elementos contraditórios ou confusos ou eram mais ou menos boicotados, para evitar que surgissem os contrastes e o debate no interior do partido.

De acordo ainda com esta visão, "aceitar a unificação sob tal base significa para o Partido Socialista Alemão (...) sancionar não só a presença, mas a hegemonia da ideologia burguesa no interior do partido da classe operária. E já claramente individualizada, em seu caráter substancial, teórico e histórico, em seu significado político, a presença de uma linha que será logo definida como "revisionismo de direita".¹⁷

¹⁶ Droz, J. op. cit., p. 112.

¹⁷ Machthan, L. op. cit., p. 132.

Já outros autores, caracterizam o revisionismo como sendo a tendência que se estabeleceu dentro do partido, na última década do século, tendo em vista certas características do desenvolvimento do capitalismo na Alemanha. Sobre isto diz Erich Kundel:

(...) numerosos autores de pesquisas sobre o influxo de alguns escritos de Marx e Engels sobre as linhas teóricas do partido de Eisenach, sobre o desenvolvimento ideológico da personalidade de seus dirigentes e sobre o crescimento de sua capacidade de aplicação da teoria revolucionária nas condições concretas da luta de classes, são unânimes em concluir que no interior do partido de Eisenach teve lugar um processo complicado mas constante de apropriação da doutrina marxiana.¹⁸

Ainda de acordo com Kundel, esse processo de crescimento e fortalecimento do marxismo no interior do partido foi possível graças à disponibilidade de seus membros em se confrontarem com as questões teóricas, apoiadas por Marx e Engels, em seu contato com a "Associação Internacional dos Trabalhadores" e com o movimento internacional e, finalmente, do seu confronto, em nível nacional, com a doutrina de Lassale, mostrando a superioridade teórica do marxismo e a sua capacidade de empregar a teoria de forma criativa nas condições concretas da luta de classes.¹⁹

Para nós, ambas as posições são esquemáticas pois não captam as complexas tensões do nascimento e crescimento do Partido Social-Democrata, bem como o desenvolvimento econômico, social e político da sociedade alemã a partir dos anos 60.

O lassalismo, o reformismo e o revisionismo não foram fenômenos morais que se desenvolveram a partir de alguns indiví-

¹⁸Kundel, E. op. cit., p. 141.

¹⁹Ibidem, pp. 1414 e ss.

duos — Lassale, Vollmar, David ou Bernstein — mas, pelo contrário, o resultado da difícil relação de forças que se abriu entre as diversas correntes teórico-ideológicas que se formaram no movimento operário, a partir da reação operária ao desenvolvimento particular do capitalismo na Alemanha.

Se essas tendências iriam preponderar sobre a linha política do partido era uma questão que dependeria da sua capacidade em responder ou não às contradições criadas pela nova conjuntura. Esta política, ao contrário do que foi afirmado pelos autores citados, dificilmente poderia ser determinada *a priori*.

O fato de Marx e Engels não terem se ocupado particularmente do desenvolvimento do capitalismo na Alemanha, nem de formulações tático-estratégicas para o partido, deixava o campo aberto à necessidade de elaborar o instrumental teórico e tático para enfrentar os problemas colocados pelas novas situações ali surgidas. Ainda que Engels — por sua maior contemporaneidade com a fase de afirmação do partido como organização de massas — tenha se ocupado mais de perto das questões práticas da social-democracia, a responsabilidade direta pelas formulações da sua linha oficial deve ser atribuída aos seus próprios dirigentes e intelectuais.

Se o partido não foi capaz de criar o instrumental teórico e político revolucionário de que precisava para superar aquela conjuntura de transição do capitalismo, não significa que o partido e seus dirigentes fossem deliberadamente revisionistas.

Retomando historicamente a formação do Partido podemos dizer que, depois da unificação (quando o partido ainda era legal), ele já era considerado a vanguarda do movimento internacional, não só por sua força de luta no interior do país mas também pelo seu papel de organizador e divulgador da teoria marxista.

No entanto, Mehring, em sua história do movimento socialista, considerava que o partido avançava na sua prática e esquecia a teoria:

*Possante movimento, a social-democracia não podia mais limitar-se à propaganda pelos objetivos finais do socialismo; deveria afrontar praticamente as questões quotidianas políticas e sociais sem, todavia, tornar-se superficial na teoria (...)*²⁰

É exatamente esse desafio que vai acompanhar o desenvolvimento posterior do Partido. Como se preocupar com as questões quotidianas, de forma criativa, aprofundando ao mesmo tempo a teoria e, portanto, mantendo os princípios sob os quais o partido se fundara, é o cerne mesmo do debate sobre a questão agrária, como veremos mais adiante.

Já nas eleições de 1877, o Partido Socialista Operário obtém quase meio milhão de votos, ou seja, 9,1% dos votos totais. Em relação às últimas eleições, antes da unificação, aumentara em 36% o percentual de votos socialistas e o partido se tornou o quarto do império.²¹

Esse crescimento não podia deixar de incomodar o Chanceler Bismarck e os grupos dirigentes que, diante da grave crise econômica porque passava o país, viam qualquer manifestação da classe operária como um perigo concreto de um inimigo real. De acordo com Lothar Macthan:

*A contra-ofensiva tornara-se, portanto, uma necessidade absoluta para poder aumentar a exploração da classe operária, debilitando sensivelmente seu potencial de luta e compensando assim a queda da taxa de lucro com o aumento da taxa de mais-valia.*²²

Os atentados ao imperador Guilherme I marcaram o início da ofensiva legal de Bismarck contra o movimento operário.

²⁰ Mehring, F. Storia della socialdemocrazia tedesca. Ed. Riuniti, Roma, III ed., 1974, p. 1173.

²¹ Lehmann, H.G. Il dibattito sulla questione agraria, nella socialdemocrazia tedesca e internazionale, Feltrinelli ed., Milano, 1977, p. 25.

²² Macthan, L. op. cit., p. 117.

rio. O Chanceler se valeu do pretexto para fechar o parlamento e decretar a lei de exceção contra os socialistas, acusados de serem os inspiradores dos atentados.

As leis foram assim justificadas:

*As idéias patológicas do socialismo, inimigo do Estado e da sociedade, não se pode impedir o avanço com a lei comum. Urge daí a necessidade de se decretar as leis de exceção.*²³

Apesar da lei ter proibido toda a atividade publicística dos partidos e as associações culturais e políticas socialistas, continuou sendo permitido a sua participação nas eleições e no Reichstag (parlamento). Nos limites desta precariedade o partido continuava agindo.

O período de ilegalidade, no entanto, já vinha sendo preparado desde o início da década de 70, através de constantes pressões patronais contra os trabalhadores socialistas, bem como pela proibição de greves e achatamentos dos salários, medidas que influíram sobremaneira no ânimo do partido.

A esta ofensiva, se contrapunha um movimento de resistência passiva proletária, caracterizada pela diminuição da luta ativa, como as greves, e a sua substituição por uma plataforma de reivindicações no âmbito da sociedade burguesa: era preciso aumentar os salários, para aumentar o consumo e a circulação de mercadorias. A propósito disto, diz um artigo da imprensa socialista:

*(...) se permitis que as massas estejam em grau de consumir, a vossa produção terá uma circulação regulada (...) tereis sob controle desde o início os vossos lucros (...) dais salários mais altos, horário de trabalho menor, uma existência mais digna do homem às massas mais modestas (...)*²⁴

²³Ramos-Oliveira, A. História Social y Política de Alemania, Fondo de Cultura, México, s/d, p. 269.

²⁴Macthan, L. op. cit., p. 134.

Referindo-se mais tarde a esse período, Gramsci vai explicar como a "resistência passiva" das massas operárias se aprofundava paralelamente ao desenvolvimento do economicismo-mecanicista no seio do Partido Social-Democrata Alemão:

quando não se tem a iniciativa na luta e a própria luta acaba por se identificar com uma série de derrotas, o determinismo mecanicista se torna uma força formidável de resistência moral, de coesão, de paciente e obstinada perseverança.

Gramsci continua sua análise reforçando que esta "resistência" não era própria só das massas, mas era parte do ânimo do partido e refletia a posição de seus dirigentes:

O fatalismo mecanicista explicável como filosofia ingênua das massas e somente enquanto tal elemento intrínseco de força, quando assumido como filosofia reflexa e coerente pelos intelectuais, se torna causa de passividade, de imbecil auto-suficiência.²⁵

No entanto, o conceito de "resistência passiva", ao mesmo tempo em que encerra a noção de passividade das massas, inclui também uma certa pressão popular sobre as classes dominantes. No movimento social-democrata, a "resistência" se manifestava principalmente no crescimento do Partido alemão.

Mas a falta de uma estratégia política, por parte do partido, correspondente ao estágio da luta do momento, permitia à burguesia adaptar-se às mudanças e fazer frente ao socialismo de forma hegemônica, ou seja, sem maiores prejuízos ao seu *status quo*.

Para manter a iniciativa política, Bismarck mesclava repressão e concessões assistenciais ao operariado, tais como seguros de acidentes de trabalho, de enfermidade e sistema de aposentadoria para a velhice.

²⁵ Gramsci, A. Quaderni del Carcere, Einaudi ed., Torino, 1975, p. 1388.

O Chanceler reconhecia, e confessa a propósito, diz Ramos-Oliveira, que se o poder público prestava alguma atenção à classe trabalhadora, isto se devia à agitação socialista. Se não houvesse um partido socialista, nem muita gente assustada com ele — dizia em Novembro de 1884 no Reichstag — não existiriam os poucos avanços que temos realizado nos domínios das reformas sociais. Bismarck propunha que o poder público suplantasse os socialistas com uma política social que, segundo esperava, lhe trouxesse popularidade e adeptos.²⁶

A criatividade política de Bismarck vai permitir a recomposição da unidade entre as classes dominantes. A estratégia burguesa de esvaziamento das reivindicações do movimento operário e a tática de repressão institucionalizada reafirmam, por sua vez, a permanência de uma certa pressão do movimento popular sobre as camadas dominantes.

O exemplo concreto dessa "resistência passiva", como já mencionamos, se manifestava nas urnas: nas eleições de 1884 o partido consegue 24 cadeiras no parlamento. Nesta mesma data se expirava o orçamento militar e o Reichstag deveria votar a nova proposta orçamentária, com duração de 7 anos. Diante da negativa do parlamento, a Coroa o dissolveu, anulou as eleições e convocou-as novamente para 1887. Bismarck anunciava o perigo de outra guerra com a França, caso o partido socialista venesse as eleições.²⁷

O recrudescimento da campanha anti-socialista levou somente 11 deputados socialistas ao parlamento em 87. O governo conseguiu, desta forma, votar suas propostas, inclusive, a de estender a lei de exceção até 1890.

O ano de 1890 foi muito importante para o partido. A subida de Guilherme II ao trono significou a entrada definitiva

²⁶ Ramos-Oliveira, A. op. cit., p. 266.

²⁷ A guerra franco-prussiana acabara em triunfo alemão com a anexação da Alsácia-Lorena em 1871. O que se temia era a revanche francesa. Cfr. Ramos-Oliveira, A. op. cit., p. 260 e ss.

do reino na era imperialista. Aquela velha maneira de tratar o socialismo e o movimento operário como "caso de polícia" foi substituída, de uma vez por todas, por uma política assistencial e paternalista.

O melhor exemplo desta nova fase está na aceitação, por parte do imperador, da solicitação feita pela Suíça no sentido de se convocar para a Alemanha uma "Conferência para tratar da proteção aos trabalhadores". Diz a ata do Conselho de Ministros alemão, que aprovou a convocatória: "S. M. expressa seu acordo com esta política e sublinha que é mister demonstrar ao povo trabalhador que o governo deseja de todo coração seu bem-estar".²⁸

O crescimento do movimento operário começava a incomodar toda a Europa e não somente a Alemanha.

O Partido Socialista Alemão, naquele ano, saía da ilegalidade com uma vitória esmagadora nas eleições: 35 cadeiras no parlamento, com 1.427.298 votos, alcançando o 2º lugar em ordem de força no império.²⁹ O partido havia aumentado sua influência no campo, recebendo votos dos trabalhadores rurais assalariados. Começava, assim, os contatos do partido do proletariado — essencialmente urbano — com uma realidade até então desconhecida: o campo.

O velho Chanceler Bismarck não era mais o homem certo para a nova realidade. Mais uma vez — diante da vitória socialista — ele propõe o estabelecimento de uma ditadura militar, com a reedição das leis de exceção, dissolução do parlamento, anulação das eleições e o aumento do exército em 80 mil homens.

No entanto, esta política estava em desacordo com o crescimento industrial do império, sua expansão em direção à Ásia e África, o desenvolvimento da indústria bélica, em suma, com

²⁸ Ibidem, p. 271.

²⁹ Lehmann, H.G. op. cit., p. 29.

a necessidade de respaldo da maioria da população ao imperialismo alemão.

A burguesia alemã, engajada na disputa colonial, precisava manter a trégua interna para continuar o seu próprio desenvolvimento. O apoio de que necessitava só poderia ser conseguido com uma política "protecionista" e nacionalista e nunca com uma ditadura militar. Por sua vez, o crescimento do movimento operário, organizado pelos socialistas, precisava ser contido por outros meios, já que a repressão não tinha mais eficácia, como demonstravam os resultados eleitorais. Bismarck pediu demissão em 1890.

A base do poderio imperialista alemão estava na indústria naval, desenvolvida rapidamente, graças ao avanço tecnológico, produzido pela revolução industrial alemã. Em pouco tempo a Alemanha se tornara uma potência colonial, com territórios na Ásia e África (China, Camarões, Nova Guiné, Ilhas Marianas). Estas conquistas coloniais foram caracterizadas por uma enorme violência, de resto, a marca registrada do imperialismo alemão (que chegou por último e precisava, portanto, tirar o atraso em relação ao resto da Europa). Guilherme II não queria prisioneiros e decretava a morte de qualquer inimigo. Em 1906, as tropas alemãs mataram 10 000 nativos de tribos da África ocidental, abandonando-as no deserto.

No interior do país a social-democracia protestava em vão no parlamento contra a repressão colonial. O Reichstag achava-se dominado pelo "Centro" católico, que aprovava sem discussões as propostas do governo.³⁰

Por sua vez, as classes dominantes incrementavam medidas institucionais no sentido de manter a classe operária na defensiva. Segundo Cole, na sua "História do Socialismo":

³⁰ Cfr. Ramos-Oliveira, A. op. cit., p. 277.

Nas eleições de 1903 o partido social-democrata havia perdido 38 cadeiras das 81 que tinha, embora o número total dos votos houvesse aumentado ligeiramente. Se chegou a este resultado já que na segunda eleição, que teve lugar porque na primeira nenhum candidato tinha a maioria, outros partidos se uniram como patriotas contra os socialistas que foram considerados inimigos da defesa nacional e da expansão colonial.³¹

O partido considerou injusta essa reação uma vez que, até então, justificara muitas das medidas de defesa nacional e a corrida colonial. De fato, a bandeira do nacionalismo entusiasmava os eleitores do partido, os sindicatos operários e até alguns dos seus chefes. Para continuar a manter a massa de votantes e simpatizantes, a social-democracia foi abandonando cada vez mais as questões de política externa e se concentrando nos problemas internos do país.

Desde 1906 - continua Cole — o partido se inclina para a direita, (...) desde a derrota da revolução russa e do desastre eleitoral de 1903. (...) E no entanto, que havia nele se equivocado? Sobretudo a negação em defender os fatos. Tinha colocado toda fé na esperança de conseguir uma massa tão grande de apoio eleitoral que não só lhe daria a maioria no Reichstag, como também permitir-lhes-ia de obter o governo responsável do Reich e obrigar a reforma da Constituição da Prússia, de tal modo que, também ali, obteria o poder e teria liberdade completa para reorganizar o Estado de acordo com seu desejo (...) Inclínava-se, ademais, a contar os votos e muito pouco a perguntar-se quanto dos que votavam nele estariam preparados para atuar numa luta decisiva contra o poder do Estado.³²

³¹ Cole, G.D.H. Historia del pensamiento socialista, la segunda internacional - 1889 - 1914 - I parte, Fondo de Cultura, México, 1960, p. 300.

³² Ibidem, p. 302.

De novo estamos diante da questão do relacionamento entre teoria e prática, já apontada por Mehring como a grande problemática a ser enfrentada pelo partido.

No primeiro momento de afirmação da autonomia do movimento operário, diante dos partidos burgueses, Bebel e Liebknech se apresentaram como os líderes capazes de unir as massas no seu interior. Os dois "líderes históricos" vinham daquele ambiente de luta contra as tendências anarquistas e proudhonistas, da qual participaram intensamente Marx e Engels, bem como das lutas contra o lassalismo.³³

No entanto, a tradição lassaliana foi forte o suficiente para marcar o desenvolvimento posterior da teoria e prática do partido, pois alguns dos seus dirigentes não foram capazes de romper com ela. Muito embora Bebel vá cada vez mais se aproximar das posições de Kautsky, Liebknech vai se caracterizar por um comportamento individual pragmático, destoante no interior do bloco dirigente do partido. Bebel, inclusive, quando do debate sobre a questão agrária, oscilou em se posicionar a favor de uma ou de outra visão que polarizava o debate no partido, como veremos mais adiante.

Depois de Gotha, começa a despontar a figura do teórico Kautsky. Ele inicia sua atuação no movimento socialista escrevendo artigos para vários periódicos de inspiração socialista, como "Sozialist" e "Gleichheit" de Viena, o "Volksfreund" da Boêmia e "Volkstaad" dirigido por Liebknech, ambos na Alemanha.³⁴

Neste mesmo período, começa, através de sua formação universitária, os seus contatos com Darwin, Lange, S. Mill, Adam Smith e Ricardo, entre outros, que vão marcar decisivamente a sua visão teórica.

³³Cfr. cit. p. 12.

³⁴Proccaci, G. Introduzione sulla Questione Agrária, apud La questione agrária, Karl Kautsky, Feltrinelli ed., Milano, II ed., 1971, p. XII.

Segundo Proccaci, na sua "Introdução à Questão Agrária",

*a formação juvenil de Kautsky aparece profundamente influenciada por um darwinismo mediado pelo positivismo. Não existem traços nesta formação — e isto é um elemento muito importante (...) — daquela influência do idealismo hegeliano que era forte na geração dos que o precederam e, em particular, sobre Marx, Engels e muitos outros expoentes do socialismo alemão.*³⁵

Kautsky entra em contato com o marxismo em torno de 1880, momento cultural diferente daquele vivido pelos fundadores do partido e mesmo por Bebel e Liebknecht.

*Coloca-se portanto o problema — continua Proccaci — de saber se, no avizinhamento de Kautsky ao pensamento dos fundadores do materialismo histórico, não influenciou o fato de que tal avizinhamento se desse através de obras como "Antiduhring" e a "Origem da família...", que apresentavam, se não uma particular aceitação do marxismo, uma certa adequação às necessidades de discussão e polêmica com um ambiente cultural que estava profundamente mudado em relação àquele que prevalecia no período histórico no qual Marx e Engels haviam dado corpo às suas convicções e concepções do mundo.*³⁶

E é dentro desse contexto que vai se dar, no interior do partido, a batalha pelo seu fortalecimento e pela sua autonomia como partido classista.

Kautsky foi uma das figuras mais importantes neste processo de afirmação do partido, através da divulgação e popularização do marxismo na Alemanha. Em 1887 publicou uma exposi-

³⁵ Ibidem, p. XIV.

³⁶ Ibidem, p. XVIII.

ção d'O Capital de Marx, que foi muito divulgada e lida na época. Os seus contatos, sempre mais constantes com Engels, o fato de estar à frente da "Neue Zeit" — revista que se tornava cada vez mais a porta-voz do partido e do marxismo — fizeram a sua pessoa conhecida e respeitada como a do teórico por excelência do movimento social-democrático de então.

No entanto, o marxismo divulgado e utilizado teoricamente pelos socialistas, que influenciou sobremaneira os demais partidos operários, é hoje alvo de discussões e críticas: o "marxismo da II internacional", passou a ser entendido como a tentativa de interpretação, à luz de Marx e Engels, da complexa situação econômica e política que se abria para o movimento operário do fim do século, e não como a teoria marxista tal como foi formulada pelos seus pensadores.

Esta linha de interpretação, na verdade, só pode ser compreendida dentro da conjuntura das mudanças do capitalismo, da necessidade de autonomia e de uma identidade própria do movimento operário, bem como das influências ideológicas da cultura e das ciências do fim do século sobre toda a sociedade, principalmente, sobre o partido social-democrático (darwinismo, positivismo, spencierismo, etc.).

Em síntese, esta leitura social-democrática se baseava em três teses fundamentais, imputadas a Marx:

- 1 - a teoria da catástrofe automática do capitalismo como resultado de suas contradições econômicas internas;
- 2 - a teoria do empobrecimento do proletariado, e
- 3 - a teoria da tomada do poder mediante insurreição.³⁷

Estas "teorias", que para Marx se manifestavam enquanto tendências históricas, se transformam, principalmente através de Kautsky, em "leis inevitáveis da natureza":

³⁷ Cerroni, U. Teoria política y socialismo. Ed. Eras, México, II ed., 1980, p. 56.

*Nões consideramos a catástrofe da atual sociedade como inevitável — explicava então Kautsky no seu comentário ao programa de Erfurt — porque sabemos que o desenvolvimento econômico produz, como necessidade natural, condições que constroem os explorados a combaterem a propriedade privada; que isto conduz, enfim, a condições insuportáveis para a massa da população; que resta a esta última sã a escolha entre o inerte embrutecimento ou a mudança ativa da ordem existente.*³⁸

A transformação do capitalismo de livre concorrência foi interpretada pelos socialistas, como o fim do capitalismo. As contradições do período foram entendidas como sendo irresolúveis, restando ao partido somente aguardar o desfecho inevitável: a tomada do poder e implantação do socialismo.

Diz Engels — a respeito da crise do capitalismo — durante a publicação do III Livro d'O Capital de Marx:

A rapidez sempre crescente com que a produção pode hoje crescer em todos os campos da grande indústria tem, como contrapartida, a lentidão sempre crescente com que se estende o mercado que deverá absorver esta quantidade de produtos. O que a produção fornece em termos de meses, o mercado pode absorver somente em termos de anos (...). As consequências sã uma superprodução crônica, diminuição dos preços, diminuição e também desaparecimento total dos lucros; em breve, a tão gabada liberdade de concorrência não terá nada a dizer e será constrita a anunciar a si mesma a sua evidente e escandalosa falência. (grifos nossos).

E Kautsky continua ainda no programa de Erfurt:

³⁸ Kautsky, K. Das Erfurt programa, Stuttgart, 1892, p. 106, apud Colletti, L. Introdução ao Antiberstein, Laterza, Roma, 1974. p. XIX.

³⁹ Colletti, L. op. cit., p. XX.

*A sociedade capitalista falhou; a sua dissolução é agora só questão de tempo, o irresistível desenvolvimento econômico produz como necessidade natural a ruína do modo de produção capitalista.*⁴⁰

Além da crise de transição porque passava a sociedade capitalista, que permitiu a leitura da "ruína final", teve uma grande importância, na interpretação de Marx, a "contaminação e subordinação daquele marxismo pelas correntes culturais dominantes na época", como diz Proccacci.

O evolucionismo darwinista, materialismo de tipo vulgar, que coloca toda a importância do desenvolvimento social na economia, no material *strictu sensu*, bem como um mecanicismo de tipo teleológico, que prevê um fim inevitável para a sociedade, permitiram as distorções das análises dialética de Marx sobre o papel da economia e sua relação com a política e a ideologia.

Kautsky e Engels tentaram rebater as acusações que lhes eram feitas em relação ao determinismo e ao fatalismo na análise da realidade, sem, no entanto, conseguirem se livrar de um "conceito elementar e ingênuo de 'economia'". Diz Engels:

*Segundo a concepção materialista da história, o fator que em última instância é determinante na história é a produção e a reprodução da vida real (...). Se então alguém muda as coisas afirmando que o fator econômico é o único fator determinante, ele transforma aquela proposição em uma frase vazia, abstrata, absurda. O fato que os jovens de agora dão ao lado econômico uma importância maior que a que se espera, é em parte culpa de Marx e minha. Diante dos adversários nós devemos sublinhar o princípio essencial por eles negado e, então, nem sempre encontrávamos tempo, o lugar e a ocasião de fazer justiça aos outros fatores que participam da ação recíproca.*⁴¹

⁴⁰ Kautsky, K. op. cit., apud op. cit., p. XIX.

⁴¹ Colletti, P. op. cit., p. XXIX.

A auto-crítica de Engels, no entanto, resolvia só aparentemente o problema do economicismo. De fato, a economia continuava a ser um fator, separado dos outros fatores como a política, a filosofia, a arte etc., que eram relacionados por ele segundo o princípio da causalidade. Segundo Colletti:

Desta maneira existe uma adulteração profunda do conceito de economia, ou melhor ainda, do conceito de "relação social de produção" que está no centro e na base de toda obra de Marx. No sentido que, separada dos outros fatores e por isto reduzida ela mesma a um fator isolado, a assim chamada esfera econômica — que para Marx é produção de coisas e ao mesmo tempo produção (objetivação) de idéias, produção e comunicação intersubjetiva, produção material e produção de relações sociais (a relação do homem com a natureza ele disse, é ao mesmo tempo relação do homem com o homem e vice-versa) — tende a ser esvaziada de qualquer efetivo conteúdo histórico-social para apresentar-se, por outro lado, como uma esfera antecedente e preliminar à mediação inter-humana. A produção social se transforma assim na "técnica de produção", o objeto da economia política no objeto da tecnologia (...). a concepção materialista da história tende a transformar-se em uma concepção tecnológica da história.⁴²

Esta visão economicista do marxismo pode ser considerada como uma verdadeira "cultura social-democrática", já que todos os dirigentes e políticos do movimento operário da época se achavam impregnados de tal concepção.

Até mesmo a "esquerda social-democrática", que vai se caracterizar pela crítica radical a Kautsky e ao revisionismo de Bernstein, não saía do esquema de dominação do "econômico em

⁴² Ibidem, p. XXXI.

última instância" da conseqüente catástrofe inevitável do capitalismo. Na "Reforma ou Revolução" diz Rosa de Luxemburgo:

(ou) a transformação socialista é, como se admite agora, a conseqüência das contradições internas do capitalismo, porque o desenvolvimento deste amadurece as ditas contradições, determinando inevitavelmente, em um momento dado, o colapso (em tal caso os meios de adaptação são ineficazes e a teoria do colapso correta), ou os meios de adaptação evitarão realmente o colapso do sistema capitalista e, conseqüentemente, o capacitarão para sobreviver mediante a supressão de suas próprias contradições. Nesta suposição o socialismo deixa de ser uma necessidade histórica. Então passará a ser qualquer coisa menos o resultado do desenvolvimento material da sociedade.⁴³

Na realidade concreta, estas formulações pareciam se confirmar: o aumento do número de votos e dos militantes do partido fazia crer no fortalecimento do proletariado e na sua chegada ao poder.

Em termos políticos, o economicismo e o fatalismo vão justificar o reforço da luta parlamentar como a forma de se acelerar a tomada do poder, "conseqüência natural" do desenvolvimento econômico e da ruína do capitalismo. No entanto, o partido continuava a afirmar a necessidade da luta de classes como "motor da história", criando assim no marxismo social-democrático uma separação entre os momentos teórico e político.

A não resolução deste conflito fica nítida na posição assumida por Kautsky no "Programa de Erfurt".

⁴³ Luxemburgo, R. Reforma ou Revolução, Ed. Grijalbo, México 1967, p. 18, apud Cerroni, U. op. cit., p. 65.

A organização social-democrática do proletariado não pode deixar de lado, na luta de classes, o seu ideal moral e a indignação ética contra a exploração e a opressão de classes. Mas este ideal não tem nada a ver com o socialismo científico, que é o estudo das leis que governam a evolução do organismo social (...)⁴⁴

Criticando esta concepção do marxismo, Colletti conclui:

*O divórcio entre a ciência e a revolução, entre conhecimento e transformação do mundo não poderia ser mais completo. E, neste divórcio, está todo o caráter subalterno do marxismo da "Segunda Internacional", dividido entre cientificismo positivista e neokantismo; e nesta oposição, todavia, internamente solidários. O objetivismo determinístico não consegue incluir o momento ideológico, o programa político revolucionário.*⁴⁵

Se o objetivo do partido não era abandonar a luta de classes — princípio fundamental do socialismo — mas adaptar o princípio à tática, isto é, o crescimento e o fortalecimento do partido no parlamento (pelo sufrágio universal), o conceito de revolução ou transformação fica, assim, sujeito à visão burguesa da sociedade, como denunciou Rosa de Luxemburgo:

*Em consequência, a idéia da conquista da maioria reformista parlamentar (socialista, na linguagem da época), vem a ser um cálculo que, inteiramente de acordo com o espírito do liberalismo burguês, se preocupa só com um lado — o lado formal da democracia — sem levar em conta o outro, seu conteúdo real.*⁴⁶

⁴⁴ Colletti, L. op. cit., p. XL.

⁴⁵ Ibidem, p. XLI.

⁴⁶ Luxemburgo, R. op. cit., pp. 45 e 46, apud Cerroni, U. op. cit., p. 66.

Não é aqui o lugar para aprofundar a polêmica entre Rosa de Luxemburgo e Kautsky. O que queremos acentuar é o clima cultural da época, que impediu a esquerda de erigir uma conceituação teórica que rompesse com o fatalismo e o economicismo.

Desta maneira, a defesa dos "princípios" passou a ser o ponto de honra do partido, mesmo que isto implicasse a simplificação e redução dos fenômenos novos, que ocorriam na realidade, de modo a "encaixá-los" dentro dos princípios. Este dogmatismo suscitou reações no interior do partido: no período da lei de exceção ela era tênue, localizada principalmente em Liebknecht, que queria a flexibilidade de ação proposta pelo programa de Gotha. No entanto, à medida que se fazia necessário enfrentar as diversas questões que a nova situação capitalista trazia, foram surgindo grupos de oposição como os "reformistas" e mais tarde os "revisionistas".

O debate sobre a "questão agrária" foi um dos primeiros a ser enfrentado pela social-democracia, permitindo a manifestação destas novas tendências.

O contato do partido com o campo nasceu já durante o período das leis de exceção, por causa das deportações em massa de militantes socialistas para o interior do país, criando condições para que estes entrassem em contato com a realidade agrária, até então desconhecida pelos socialistas.

Por outro lado, o partido já vinha enfrentando o problema de como se situar diante de um vasto setor social, ou seja, aquele de camponeses pequenos e médios, de trabalhadores braçais espalhados pelas diversas regiões do país e convivendo com empresas agrícolas e latifúndios.

Com a crise agrária e a importação de cereais da Rússia e dos EUA, esses setores sofreram um processo de empobrecimento que parecia confirmar a tendência analisada por Marx em direção à proletarianização do camponês.

Finalmente, a política assistencial de desmobilização do governo agia, tanto na cidade quanto no campo, como estímulo para a ação do partido. Era preciso conquistar o campo inimigo: os camponeses, considerados o baluarte da reação e o sus-

tentáculo dos partidos conservadores e católicos.

O "Der Sozialdemokrat", órgão clandestino do partido, começa na década de 80 a publicar alguns artigos sobre o desenvolvimento econômico no campo, ao mesmo tempo em que começam a surgir os primeiros folhetos de agitação e propaganda camponeses: "O primo da América. Um conto para camponeses de útil leitura", de Kautsky (1881) e "O camponês alemão: o que foi?, o que é?, o que poderá ser?", de Engels (1883) entre outros.

Em seu texto Kautsky se esforçava por mostrar ao camponês a sua inevitável destruição econômica através do exemplo da concorrência estrangeira no campo dos cereais.

Já Engels apresentava um panorama da história agrária até a liberação dos camponeses, contrapondo à "atual miséria dos trabalhadores braçais e dos diaristas, e à escravidão pelo endividamento do camponês pobre, a antiga propriedade comum de todos os homens livres".⁴⁷

No Congresso de Halle em 1890, que serviu de preparação para o de Erfurt (1891), já se falava da necessidade de se estender a propaganda socialista ao campo, mas não só em direção ao proletariado agrícola. Bebel, no congresso, declarou que:

(era) óbvio que o partido deveria fazer propaganda mais intensamente e mais amplamente do que antes nas pequenas cidades e nas comunidades agrícolas (...) mas não deveriam ser conquistados só os trabalhadores agrícolas, mas (...) ampliar as "antenas da propaganda" a toda a "população rural".⁴⁸

O início da propaganda sistemática no campo estava de acordo com as necessidades estratégicas do partido, isto é, a tomada do poder pela via parlamentar. Como já dissemos anteriormente, a revolução social, para o partido socialista, estava ligada à obtenção da maioria de cadeiras no parlamento. Esta maioria só seria possível através do aumento do número de eleitores e

⁴⁷ Lehmann, H.G. op. cit., p. 27.

⁴⁸ Ibidem, p. 32.

militantes. Era preciso, então, conquistar o campo e "imbuir na imensa maioria do povo as idéias socialistas".

A propaganda agrária social-democrática, nesse momento, ainda não tinha aprofundado a análise das classes sociais no campo e nem com quais setores específicos dessas classes iria se aliar. Até então ela se preocupara com os trabalhadores braçais, iniciando agora o trabalho de conquista de "todo o povo" rural.

Os socialistas, no entanto, encontraram enormes resistências por parte do governo e dos partidos conservadores na sua tentativa de "entrar" em um setor, até então hostil às suas bandeiras. Além das medidas de repressão visando a impedir que a propaganda socialista atingisse seus objetivos, as classes dominantes e o governo tentaram agir no sentido de incorporar as reivindicações do inimigo, criando e agilizando organismos de defesa e proteção das populações agrícolas, como a "União Geral das Associações Evangélicas", fundada em 6/8/90, para se contrapor à "Social-democracia sem fé".⁴⁹

No Congresso de Erfurt, de 1891, foi proposto o novo programa do partido, elaborado principalmente por Kautsky e Bernstein. O primeiro projeto, feito por Bebel e Liebknecht, sofreu duras críticas por parte de Engels, que via nele resíduos de "lassallismo". E foi para criticá-lo que Engels publicou, pela primeira vez, a célebre "Crítica ao programa de Gotha", de Marx.

Também Engels escreveu sua "Crítica ao programa de Erfurt", em 29/6/91, onde denuncia

*(o) oportunismo do partido e de sua imprensa, que dá a entender a si mesma e ao partido que a sociedade atual, ao desenvolver-se, passa pouco a pouco para o socialismo, sem que se pergunte se, com isto, ela não será obrigada a sair de sua velha constituição social, a fazer saltar fora esta velha carapaça, com tanta violência como faz a lagosta ao arrebentar a sua (...).*⁵⁰

⁴⁹ Ibidem, p. 33.

⁵⁰ Engels, F. Crítica ao programa de Erfurt, tipografia Nunes LTDA, Porto, 1974, p. 54.

Essas críticas suscitaram um debate no interior do partido, sendo que Kautsky e Bebel as apoiaram, utilizando-as como referência para o novo programa, aprovado por unanimidade pelos militantes, com exceção de Liebknecht, que continuava a apoiar o seu projeto inicial.

Este novo programa, embora não respondesse a muitas das questões de Engels, significou um importante avanço para o partido. Pela primeira vez, um partido operário, o mais importante da época, adotava a linha marxista.

O fato teve grande repercussão no movimento operário internacional, crescendo a influência da social-democracia alemã e de Kautsky, autor da parte teórica do programa.⁵¹

Um dos itens mais importantes do novo programa era o que se referia aos outros setores sociais, que não o proletariado. Além de uma análise teórica da situação dos pequenos proprietários da cidade e do campo, bem como dos artesãos, o programa trazia uma série de reivindicações concretas para estes segmentos.

Em termos teóricos, o primeiro capítulo analisa o papel da pequena empresa e do mundo camponês na sociedade capitalista. Diz o texto:

*O desenvolvimento econômico da sociedade burguesa leva, por necessidade natural, à extinção da pequena empresa cuja característica fundamental é a propriedade privada do trabalhador sobre seus meios de produção e o transforma em um proletário despossuído, enquanto que os meios de produção se tornam monopólio de um número relativamente restrito de capitalistas e de proprietários fundiários.*⁵²

Junto com esse processo de substituição da pequena empresa por aquela capitalista, acontece o desenvolvimento das máquinas e o crescimento da produtividade do trabalho. Em conse-

⁵¹ Cfr. Ricci, A. Introdução ao programa de Erfurt, apud Kautsky, K. O programa de Erfurt, Samona e Savelli, Roma, 1974, p.11; e Proccaci, G. op. cit., p. XXVI.

⁵² Kautsky, K. Il programa di Erfurt, Ed. Samona e Savelli, Roma, 1971, p. 37.

qüência, se torna sempre maior o número dos proletários, o exército de trabalhadores supérfluos e sempre mais claro o contraste entre explorados e exploradores. Esta situação se agrava com a contradição inerente ao modo de produção capitalista, onde o desenvolvimento das forças produtivas conflita com a propriedade privada dos meios de produção.

Para explicitar o desaparecimento da propriedade camponesa no capitalismo, Kautsky vai retomar os fundamentos da teoria marxista tais como Marx os propõe n' "O Capital".

Assim, a maneira como os homens produzem depende de seus instrumentos (meios de produção) e esta produção é social, ou seja, depende do desenvolvimento social. Por sua vez o desenvolvimento da sociedade depende "da forma de propriedade que a sociedade reconhece e mantém. De *pari passu* com o desenvolvimento da produção acontece portanto o desenvolvimento da propriedade".⁵³

Diante deste desenvolvimento se cria um contraste entre produção camponesa e modo de produção capitalista: aquela pressupõe a posse dos meios de produção para se desenvolver, enquanto este se funda exatamente na expropriação destes meios.

Em termos históricos, Kautsky vai mostrar como o processo de expropriação do servo feudal e sua transformação em proletário vai criar as premissas para a situação atual da pequena propriedade: sua luta mortal pela sobrevivência.

Finalmente ele vai demonstrar que, também em termos técnicos e da produtividade, a pequena propriedade se encontra em nítida desvantagem. Para que a empresa artesanal se torne competitiva no mercado ela deve se transformar em um empreendimento capitalista. É a partir desta análise que Kautsky tece suas críticas aos chamados "reformadores sociais", que pretendiam salvar os pequenos proprietários através da ampliação de seu mercado consumidor. Diz ele:

⁵³ Cfr. Ibidem, p.

Transformar um exército artesanal em uma indústria de exportação significa destruí-lo, significa transformá-lo em uma indústria a domicílio explorada capitalisticamente (...). E o que vale para o artesanato vale igualmente para a pequena empresa camponesa.

Em seguida, o autor explicita seu raciocínio:

*Aonde a agricultura se tornou sobretudo produção de mercadorias (seja na pequena ou na grande empresa), produção para a **venda** e não para o **consumo próprio**, a grande empresa (...) possui 'a priori' a mesma vantagem que o capitalista possui sobre qualquer arte-são; uma visão melhor e um controle mais eficaz do mercado.⁵⁴*

Isso ocorre porque o capitalista possui todos os instrumentos técnicos e financeiros para enfrentar a concorrência.

No entanto, em alguns momentos o atraso do desenvolvimento capitalista em algumas regiões da Europa, que obrigou a importação de cereais e conseqüentemente golpeou a grande empresa agrícola capitalista, permitiu a sobrevivência e até o desenvolvimento da pequena propriedade. Mas, acrescenta Kautsky, a expansão da produção de mercadorias no campo leva à criação de ferrovias e ao aumento dos impostos, criando assim uma situação insustentável ao pequeno produtor que não consegue arcar com suas obrigações fiscais. Portanto, o desaparecimento da pequena propriedade é um fato desde o surgimento do modo de produção capitalista, apesar destes períodos de interregno.

Paralelamente à destruição econômica da pequena propriedade ocorre o empobrecimento do camponês e de sua família: a perda dos bens adquiridos pelos seus antecessores, o aumento do tempo de trabalho com a inserção da sua mulher e de seus filhos no mercado de trabalho (como assalariados). Portanto, conclui Kautsky, "não existe existência mais miserável que aquela (...) do pequeno camponês que conduz a sua luta contra o extra-potente capital".⁵⁵

⁵⁴ Idem, p. 47.

⁵⁵ Idem, p. 48.

Diante deste quadro, qual é a recompensa para o pequeno proprietário que luta valorosamente pela sua sobrevivência? A bancarrota, a expropriação total, a separação dos meios de produção, a sua queda no proletariado.

E Kautsky conclui seu raciocínio:

Este é o inevitável resultado do desenvolvimento econômico da sociedade moderna, tão inevitável quanto a morte. E como esta é uma libertação para aqueles que sofrem de doenças dolorosas, nas condições atuais a bancarrota do pequeno homem é também frequentemente percebida como uma libertação; como libertação de uma propriedade que se tornou um peso opressor (...). A pequena empresa autônoma, independente do capital, que é completamente dona dos seus próprios meios de produção e dos seus produtos (...) desaparece completamente diante do capitalismo que avança, que conquista um ramo produtivo depois do outro. Estas pequenas empresas que ainda hoje se afirmam e em certas condições frequentemente reflorescem, ainda domina o capital, não são outra coisa senão formas cobertas de proletariado, e certamente nem mesmo uma das suas formas mais desenvolvidas. (...) A única diferença produzida pela propriedade privada entre trabalhadores possuidores e trabalhadores despossuídos, é que em geral o salário deste último é regulado segundo suas necessidades básicas, enquanto o ordenado do possuidor não tem um limite similar.⁵⁶

Dessa maneira estava delineada aquela que seria a visão oficial do partido sobre a questão camponesa: a destruição da pequena propriedade é dada pelo capital, independente da vontade do operariado ou dos camponeses.

De acordo com essa visão teórica, a segunda parte do programa, redigida por Bernstein, continha reivindicações de cunho democrático-burguês no sentido de melhorar as condições de vida dos pequenos proprietários, sem contudo conflitar com os interesses do proletariado. Isto porque o partido se achava no dever de mostrar aos camponeses sua real condição de subalternidade ao capital: de "nenhum modo se propõe a ajudar aos campone-

⁵⁶ Kautsky, K. op. cit., p. 52.

ses ameaçados economicamente"⁵⁷. Esta sua posição era lógica, honesta e coerente com a concepção teórica do partido: se o programa não só condenava a propriedade privada, mas, além disso, pregava aos camponeses a sua inevitável ruína, os socialistas não poderiam absolutamente prometer a garantia de sua propriedade.

Com esse programa prático estavam abertos os caminhos para a conquista do campo, essencial dentro da estratégia do partido de tomada do poder político. A justificativa de Kautsky para este programa é:

*(...) a elevação dos pequenos burgueses, dos pequenos camponeses enquanto consumidores, não são não contrasta com o desenvolvimento econômico, mas é também um meio de favorecê-los. (...) Quanto melhor é a sua situação como consumidor, tanto mais alto o seu nível de vida, tanto maior as suas exigências espirituais e físicas, tanto maior a sua consciência.*⁵⁸

Como se vê, a proposta de social-democracia é a conscientização dos pequenos proprietários rurais através da propaganda socialista. No entanto, este programa não dispunha de instrumentos políticos estratégicos, ou seja, que pensasse em uma relação mais estreita com o campesinato visando o socialismo (como seria a aliança operário-camponês proposta por Lênin).

Com aquelas reivindicações democrático-burguesas, o partido elevava um "programa mínimo" à condição de "programa máximo", evidenciando, assim, o dogmatismo de sua concepção da realidade, a incapacidade em dialetizar a relação teoria-prática em proveito desta última.

O exemplo do programa do Partido Social-Democrático da Alemanha (cujo nome fora adotado oficialmente no Congresso de Erfurt) na questão agrária, foi imitado sucessivamente pela Liga Social-Democrática da Dinamarca, pelo Parti Ouvrier Français (POF) em 1890, pelo Partido Operário Social-Democrático austríaco

⁵⁷ Cfr. Lehmann, H.G. op.cit., p. 50.

⁵⁸ Kautsky, K. op. cit., pp. 199 e 200.

co, bem como pelos da Rumênia, Bulgária entre outros.

As bases teóricas para a explicitação da questão agrária ou melhor, da questão camponesa do programa de Erfurt vão servir de apoio para a propaganda socialista no campo. Os folhetos de agitação traduziam para os agricultores as posições do partido; a sua inevitável ruína e conseqüente salvação no socialismo.

No entanto, com essas formulações o partido abria uma contradição entre seus objetivos e a sua prática. Ao mesmo tempo em que pretendia não ajudar aos pequenos proprietários enquanto produtores, o partido precisava de seu apoio para conseguir a maioria no parlamento. Esta contradição vai aflorar nos Congressos de Frankfurt e Breslavia, provocada pelos "reformistas" que pretendiam adaptar a propaganda do partido aos anseios imediatos dos camponeses, como forma de conseguir seu apoio. A crise da propaganda agrária, que se mostrava ineficaz para atingir seus objetivos, vai servir como apoio para a causa reformista.

As eleições de 1893 confirmaram o fracasso da propaganda agrária. O partido obteve 1.786.738 votos ou seja, pouco mais de 300.000 votos a mais que nas últimas eleições (1890). O número de cadeiras no parlamento aumentou em 9. De acordo com a expectativa do partido, este deveria alcançar 2 milhões e meio de votos, contando com o apoio da população agrícola. Até mesmo Engels esperava um resultado melhor. Bebel escreve a ele: "É estranho como todos, inclusive nós, nos enganamos sobre o nosso propósito".⁵⁹

A necessidade de rever a tática social-democrata no campo foi colocada no Congresso de Colônia (1893), onde foi aprovada uma moção apresentada por Schoenlack e outros propondo como tema para o próximo Congresso do partido "Os tralhadores braçais, os camponeses pequeno-proprietários e a social-democracia".

No Congresso de Frankfurt (1894) apresentou-se uma ala que pretendia que o partido assumisse uma linha de intervenção

⁵⁹ Lehmann, H.G. op. cit., p. 74.

reformista, baseada no apoio integral as reivindicações dos pe quenos proprietários, cujos expoentes eram Von Vollmar, Schoenlak, Quarck e David.

Von Vollmar era o líder do partido na Baviera, região ca racterizada pelo grande número de pequenas e médias proprieda des rurais. A situação peculiar da região era entendida por Vollmar como sendo a aquela de todo o país. Daí a importân-
cia a ser dada ao camponês pelo social-democracia.

De acordo com ele, o camponês meridional era assim defi-
nido: em termos econômicos, sofria o peso de um crescente endi-
vidamento e insuportáveis taxações. Apesar disto, a pequena e
média propriedade não podiam ser consideradas menos rentáveis
que a grande propriedade. O que aqueles precisavam era de aju-
da racional por parte do Estado e do partido.

Em termos político/ideológicos, Vollmar via o pequeno pro-
prietário como tradicional e rude:

*Nenhum traço de reflexão abstrata ou de fantasmago-
ria. O impulso cultural formal é mínimo. A reli-
gião funciona simplesmente como hábito e como arte.
A política é percebida essencialmente como sentimen-
to, falta quase que totalmente o senso da teoria.⁶⁰*

Em Frankfurt, com o apoio de Vollmar, Schoenlack apresen-
tou um relatório sobre a situação da agricultura na Alemanha.
Este era doutor e participante do grupo "Veren fur Sozial-
politik" (Instituto de política social), do qual faziam parte
Quarck, também do partido, e o jovem Max Weber.

O seu relatório se baseava em uma pesquisa do Instituto
sobre a situação dos trabalhadores do Vale do Elba (onde predo-
minava a propriedade "Junker"). Segundo o documento a entra-
da do capitalismo no campo alemão dava origem a dois tipos de
conflitos de classe: o primeiro era o da luta concor-
rencial entre a moderna propriedade agrícola e os "Junkers"

⁶⁰ Ibidem, p. 88.

atrasados e semi-feudais, junto à qual se dava a imensa tragédia dos pequenos camponeses proprietários em decadência, e o segundo era aquele que se dava entre os interesses dos latifundiários e dos proletários agrícolas, entre propriedades e trabalhadores braçais, entre camponeses e servos.⁶¹

Com esta análise, Schoenlak pretendia conquistar os trabalhadores assalariados do campo e neutralizar os camponeses. E isto só seria possível através de uma agitação política que levasse em conta as ^{suas} aus necessidades imediatas. X

A conclusão de Schoenlak, com a qual partilhava Vollmar, pedia a elaboração de um programa agrário social-democrático que integrasse o programa de Erfurt, mas superasse o "Abstrato para lealismo entre indústria e agricultura em que se baseava até então as análises do partido."⁶²

A resolução Schoenlak/Vollmar produz um grande impacto na assembléia e é aprovada quase que por unanimidade (com exceção dos dirigentes do partido que já haviam acusado Vollmar de "oportunista"). Junto com ela foi votada a proposta de formação de uma "Comissão Agrária" para a discussão da situação no campo alemão. Foram votados quinze nome para participar dela, dentre eles o de Bebel e Liebknech. As suas conclusões deveriam ser apresentadas no Congresso de Breslavia, em 1895.

A Comissão se reuniu várias vezes: primeiramente se dividiu em partes, para estudar as diversas regiões do país; depois fez circular um questionário entre os camponeses do sul do país para, finalmente, propor modificações na segunda parte do programa de Erfurt. Estas modificações traziam de volta as "cooperativas de produção" de Lassale, pediam a suspensão dos impostos sobre os bens imóveis e o alargamento da tutela sobre as propriedades fundiárias públicas sob o controle do parlamento, terras estas que deveriam ser trabalhadas por entidades estatias ou pelas cooperativas de camponeses e diaristas. O projeto propunha também a estatização das hipotecas imobiliárias, bem como diminuição dos impostos de renda sob a terra.

⁶¹ Ibidem, p. 118.

⁶² Ibidem, p. 119 e Salvadori, M. Kautsky e la rivoluzione socialista, 1880-1938, Feltrinelli ed., Milano, 1976, p. 45.

Em síntese, o novo projeto propunha a intervenção do Estado, enquanto mediador "neutro" junto aos pequenos proprietários e, conseqüentemente capaz de promover a democratização de todas as instituições públicas do império, dos estados e das comunidades, bem como de "melhorar a situação da indústria e do comércio, dos transportes e da agricultura com a elevação das condições sociais da classe trabalhadora." ⁶³

O projeto da Comissão encontrou resistência por parte dos "ortodoxos", representados por Kautsky e Clara Zetkin. Durante o Congresso as discussões foram acirradas: para contrapor ao revisionismo e defender o "Programa de Erfurt" a ortodoxia dos princípios não parecia suficiente. Kautsky, que já havia polemizado com David, Ernst e Quarck, que colocavam em dúvida a teoria do partido, neste momento pediu a ajuda de Engels:

Que coisa você diz do Congresso — pergunta o primeiro. Eu não estou entusiasmado. Vollmar dominou muito. Parece-me absolutamente necessário que você (...) desmascare todo seu jogo e faça uma declaração sobre o assunto (...). ⁶⁴

A resposta de Engels vem publicada no "Neue Zeit" de 3/12/84, com o título de "O problema camponês na França e na Alemanha".

O artigo começa com uma definição das diversas classes sociais que compunham o campo na França, Alemanha e o resto da Europa de forma geral, para em seguida se fixar na figura do camponês pequeno proprietário.

Este pequeno camponês é, portanto, como o pequeno artesão, um operário que se distingue do proletário-moderno pelo fato de ser, ainda, o proprietário dos seus meios de produção; representa, assim, um vestígio de um modo de produção próprio de épocas passadas. (...) Em resumo, nosso pequeno camponês, como todo resto de um modo de produção já caído, está irremediavelmente condenado a desaparecer. O pequeno lavrador é um futuro proletário. ⁶⁵

⁶³ Lehmann, H.G. op. cit., pp. 168 e ss.

⁶⁴ Ibidem, p. 132.

⁶⁵ Engels, F. O problema camponês na França e na Alemanha, apud Marx. K. e Engels, F. Obras Escolhidas, Ed. Vitoria, RJ, vol. III, p. 228.

Ainda continuando, Engels afirma que esse futuro operário não se interessava pela propaganda socialista, porque se encontra preso à sua propriedade por um "instinto", por um "preconceito" que o faz ver a social-democracia como um inimigo que fala da entrega de sua terra à coletividade. E ele se pergunta: como conquistar o pequeno proprietário, sem trair a si mesma?

Em primeiro lugar, responde o próprio Engels, devido aos preconceitos que vêm de sua situação econômica, da sua educação e do seu isolamento, a social-democracia não tem condições de conquistar os camponeses da noite para o dia, como queria o Partido Operário Francês, em seu programa agrário aprovado em Nantes.

Por outro lado, ele está de acordo que não se deve apressar o desaparecimento do campesinato através das atividades social-democratas, desaprovando a expropriação violenta dos pequenos camponeses sem indenização, medida esta que ele propõe para os latifundiários.

E a título de conclusão, Engels afirma:

*Em tudo isto, o fundamental hoje e em qualquer época, é que os camponeses compreendam que só poderemos salvá-los e conservar em suas mãos a posse de sua casa e de suas terras, através de sua transformação em propriedade e exploração coletivas. É precisamente a exploração em bases individuais condicionada pela propriedade individual, que leva à ruína os camponeses (...). Assim, se apresenta o problema: aparecemos nós e oferecemos aos camponeses a possibilidade de implantarem, por sua própria iniciativa, a grande exploração — não para servir aos capitalistas, e sim, para servir a seus próprios interesses — isto é, coletivamente. Por que não compreenderão os camponeses que isto corresponde a seus interesses e constitui seu único meio de salvação?*⁶⁶

A posição de Engels significou um avanço em relação às formulações do partido, na medida em que faz uma distinção mais

⁶⁶ Ibidem, p. 238.

detalhada entre as diversas classes sociais no campo, propondo medidas políticas às necessidades de cada uma e, ao mesmo tempo, explicitando a importância para o campesinato de um programa socialista. Ou seja, justifica a necessidade de se impedir a proletarianização do camponês pois, como camponês, será mais fácil a sua passagem ao modo de produção coletivizado. Ele diz:

*Não temos nenhum interesse em esperar, para que essa transformação se realize, que a produção capitalista se desenvolva por toda parte até suas últimas conseqüências, e que o último pequeno artesão e o último pequeno camponês tenham caído nas garras da grande exploração capitalista.*⁶⁷

Por sua vez Kautsky, na sua crítica ao programa revisionista da "Comissão Agrária", publicada na "Neue Zeit", considerava algumas propostas básicas do programa, como aquela de "democratização das instituições públicas", uma traição ao espírito global do programa social-democrático, já que não levava em conta o caráter de classe do Estado. Seria um absurdo esperar que este Estado interviesse a favor dos explorados e mais absurdo ainda aumentar os instrumentos de poder dele no confronto com aqueles.

Kautsky, por outro lado, via na democracia a oportunidade para se criar um terreno onde as forças sociais pudessem avançar. Na sua crítica à "Comissão Agrária", ele diz:

*(...) quando queremos a liberdade e direitos políticos, segundo a "Comissão Agrária", as queremos não para criar o terreno onde o proletariado possa organizar-se e conquistar o Estado, mas para a "Democratização de todas as instituições públicas"; e quando queremos reformas sociais, não o fazemos para formar o proletariado mais preparado para a luta, mas para "melhorar as condições existentes".*⁶⁸

No que diz respeito à ajuda às necessidades imediatas dos pequenos proprietários, Kautsky fazia uma distinção entre a personalidade física e intelectual do operário e aquela do cam

⁶⁷ Ibidem, p. 239.

⁶⁸ Proccaci, G. op. cit., p. LXIII

ponês: no momento em que a social-democracia toma a defesa, no âmbito da ordem existente, dos interesses operários, defende a sua pessoa no sentido de aumentar a sua capacidade de luta e favorecendo desta maneira o desenvolvimento social. No caso do camponês, assumir a defesa de sua personalidade integral, significa assumir o individualismo e o isolamento social, uma retrógrada tradição espiritual, com todas as conseqüências de um modo de produção ultrapassado.

Com isso, Kautsky concluía que a única verdadeira e real defesa que se pode fazer dos camponeses é a obra de clarificação de sua situação na sociedade atual. Assim o partido deveria defender os interesses somente dos assalariados agrícolas e daqueles camponeses pobres, proletarizados, obrigados a vender a própria força de trabalho para sobreviver. Sobre este juízo diz Salvadori, em sua obra já citada,

*Objeto de contestações é só a posição da social-democracia diante daqueles pequenos proprietários, que não se encontram em condições nem de prestarem um trabalho assalariado nem de explorar o trabalho assalariado de outros, que ocupam exclusivamente membros da família e vivem exclusivamente da agricultura.*⁶⁹

Para essa população o partido não tinha resposta e Kautsky reduzia seu significado político dizendo que esses camponeses eram poucos e não representavam um fator decisivo.

O fato de não considerar os camponeses como sujeitos políticos importantes num processo de transformação social, deixava entrever que Kautsky ainda se comportava como sendo o teórico do movimento proletário em sua fase de distinção e autonomia, ou seja, de união do proletariado contra a burguesia. Não havia nada em sua crítica que pudesse apontar para o "o problema de uma ligação mais estreita e mais orgânica entre classe operária e camponeses".⁷⁰

⁶⁹ Salvadori, M. op. cit., p. 51.

⁷⁰ Cfr. Ibidem, p. 49 e Proccaci, G. op. cit., p. LXIII.

Ele não se dava conta que aquela fase estava superada e o desafio atual para o movimento operário, era como estabelecer alianças com as outras forças que pressionavam a sociedade no sentido da democracia. Portanto, se colocava a questão da direção e da hegemonia da classe operária no processo de "fermentação democrática da sociedade".⁷¹

Depois da publicação dos textos de Engels e Kautsky a resolução da "Comissão Agrária" foi derrotada por 158 a 63 votos.

A vitória da ortodoxia significou para o partido alemão a vitória da visão de Kautsky sobre a questão agrária. Desde o início dos anos 80 ele vinha formulando esta posição, que de resto contava com o apoio de Engels, sintetizada nos seguintes pontos: os pequenos proprietários são apegados às suas propriedades e desta forma dificilmente engrossarão as fileiras da social-democracia. No entanto, o partido não quer deixá-los entregues à sua própria sorte, mas pretende obter sua neutralidade com a criação de instituições sociais para a distribuição da produção, etc. (ou seja, aquelas reivindicações que não vão de encontro às necessidades do operariado e sobre as quais já nos referimos), e também conscientizá-los do mecanismo de funcionamento da sociedade. Desta maneira mostrar-lhes que não é o partido que quer a sua ruína, mas que ela está diretamente ligada à dinâmica do desenvolvimento da sociedade, ou seja, do capitalismo.

Em resumo, o objetivo do partido é o de empenhar-se para que a luta contra a expropriação e a proletarização dos camponeses induza estes últimos a organizarem-se em formas associativas compatíveis com o desenvolvimento histórico, permitindo assim sua participação no movimento geral de emancipação dos trabalhadores.⁷²

Desta forma, se por um lado as formulações de Kautsky tinham um valor importante no sentido de rechaçar as formulações pequeno-burguesas que estavam por detrás das posições revisionis

⁷¹ Proccaci, G. op.cit., p. LXIII.

⁷² Cfr. Salvadori, M. op. cit., p. 47.

tas, por outro lado ele não soube perceber as novidades que estes mesmos revisionistas suscitavam em suas reivindicações, ainda que de forma confusa e incompleta, novidades estas consequentes do próprio desenvolvimento do capitalismo.

A manutenção do programa de Erfurt não finalizou a polêmica revisionista que, pelo contrário, ganhava força com a publicação dos artigos de Bernstein na "Neue Zeit", a partir de 1896, dentre eles "Notas agrárias sobre a Inglaterra", que em 1889 vão ser organizadas e publicados com o título "Os pressupostos do socialismo e as tarefas da social-democracia". No seu livro Bernstein sintetizou as questões polêmicas que davam corpo à doutrina revisionista, dentre elas a questão da relação entre a pequena e a grande propriedade.

Por sua vez, em dezembro de 1898, Kautsky publicou o "Agrarfrage" — A questão agrária — que era o resultado de um longo período de pesquisas e reflexão desenvolvidas a partir do Congresso de Breslavia; e no ano seguinte publicou o "Bernstein und das sozialdemokratische program", conhecido como o "Anti-Bernstein".

O fato de que os dois documentos tenham sido elaborados no mesmo momento, ou seja, durante o período mais áspero da polêmica anti-revisionista, dá a "medida da ligação histórica e intelectual que intercorre a obra de Kautsky como teórico da questão agrária e campeão na batalha contra o revisionismo."⁷³

Tanto em uma obra quanto na outra, a essência do seu pensamento é a tentativa de defender um sistema de pensamento, uma concepção geral da realidade contra os revisionistas que, partindo de pontos particulares e aspectos singulares, tentam invalidá-lo.⁷⁴

Em termos concreto as duas obras se completam: no "Anti-Bernstein" Kautsky polemiza contra as propostas apresentadas por Bernstein para solucionar os problemas concretos colocados pela realidade de então. A questão de um partido popular, que levasse em conta

⁷³ Proccaci, G. op. cit., p. LXV.

⁷⁴ Ibidem, p. LXVI.

as outras forças sociais que agiam no sentido democrático, bem como a relação democracia/socialismo, questões de resto diretamente dependentes. Se Kautsky refutava estas proposições revisionistas, com a alegação de que um partido popular ficaria no interior da ordem dominante, ele não era capaz de apontar as soluções para a questão que existia de fato. Para isto era necessário um esforço de teorização crítica sobre o campo adversário, isto é, sobre as questões colocadas por Bernstein, dentre outros. "Agrarfrage" aparece como tentativa mais fecunda de se analisar a nova realidade à luz da teoria marxista. Pode-se dizer, portanto, que na "Agrarfrage" Kautsky tenta recuperar os elementos positivos que o revisionismo levantou sobre a realidade, de modo a superá-los (ou tentar superar) criativamente dentro do marxismo.

Neste sentido, diz Proccaci, se pode dizer que a "Agrarfrage" é aquela entre as obras de Kautsky onde é maior a influência do revisionismo e também onde é mais sólida e mais convincente a crítica a ele; e se ela constitui sem nenhuma dúvida uma superação das teses que Kautsky havia sustentado em Breslavia, constitui também uma superação das teses que o revisionismo mesmo havia sustentado entre 1896 e 1898.⁷⁵

Na primeira parte do livro, Kautsky faz uma pesquisa aprofundada sobre as diversas situações da agricultura na Alemanha, partindo das interpretações que Marx e Engels fizeram das diversas conjunturas européias como foi o "18 Brumário de Napoleão Bonaparte", "Revolução e Contrarrevolução na Alemanha"; e também levando em consideração as próprias observações de Marx sobre os "resíduos pré-capitalistas". Para isto, Kautsky vai fazer menção ao III volume de "O Capital", que estivera completamente esquecido no debate anterior.

Exatamente por recuperar essas análises concretas e portanto ricas, do pensamento marxista, é que a "A questão agrária" vai influenciar sobremaneira o pensamento marxista posterior a Kautsky. O próprio Lênin definiu a obra como sendo "o acontecimento mais importante da recente literatura econômica,

⁷⁵ Ibidem, p. LXXI.

após a publicação do III volume d' "O Capital" (no prefácio ao "Desenvolvimento do capitalismo na Rússia), e esta sua obra vai estar grandemente influenciada pelas concepções "kautskistas".

No entanto, as análises d' "A questão agrária" não conseguem superar a visão dogmática que Kautsky tinha do marxismo. A riqueza de detalhes e de dados que ele levanta da situação do campo na Alemanha fica superposta àquela teoria que não tem elementos conceituais para explicá-la.

O próprio Kautsky explicita assim sua posição no seu "Préface à ed. francesa de "A questão agrária", de 1900.

"Antes de efetuar a pesquisa sobre a questão agrária da qual este livro fornece o resultado, pensava, segundo a minha concepção do desenvolvimento social, que a empresa camponesa fosse ameaçada de um lado pela divisão e de outro pela grande empresa e que, em consequência, acontecesse na agricultura a mesma evolução — se bem que de outra forma — da que acontecia na indústria: a proletarização em um pólo e o progresso da grande empresa capitalista no pólo oposto.

(...) Todavia as últimas estatísticas alemãs e inglesas demonstraram que aquela evolução não é uma lei geral e induziram a alguns teóricos a pensar que o futuro da agricultura não estaria ligado à empresa capitalista e sim àquela camponesa. Eu fiz aquelas pesquisas para ver qual das duas opiniões era a verdadeira e contra todas as expectativas cheguei à conclusão que nenhuma das duas tinha uma verdade universal e que nós não deveríamos prever na agricultura nem o fim da grande empresa nem o fim daquela camponesa; que nós encontramos sim em um pólo a tendência universalmente verdadeira da proletarização mas encontramos no outro pólo uma oscilação constante entre o progresso da pequena propriedade e da grande. Em conformidade com isto cheguei assim à conclusão que a agricultura produz por si mesma os elementos dos quais necessita para chegar ao socialismo. Mas a agricultura independente da indústria, seja essa camponesa ou capitalista, cessa sempre de ter uma função na sociedade. A indústria submete a agricultura de modo que o desenvolvimento industrial determina sempre mais a lei do desenvolvimento agrário. É nisto, no ter colocado às claras a industrialização da agricultura, que eu vejo a idéia central do meu livro. Nos encontramos aqui, ainda uma vez, defronte à distinção (...) entre situação e tendência. O teórico deve pesquisar a tendência geral do desenvolvimento social, o político prático deve partir das situações particulares que tem diante de si. As

tendências do desenvolvimento social, também aquelas do desenvolvimento agrícola, são fundamentalmente os mesmos em todos os países civis, mas as situações que esse criou são extremamente diversas nos diversos países e mesmo nas diversas partes de um mesmo país (...)⁷⁶ (grifos no original).

E se Kautsky reconhece a existência de dois momentos no desenvolvimento da propriedade agrícola, ele não sabe como fundí-los no exercício concreto da leitura da realidade. Sendo assim não consegue avançar a teoria e conseqüentemente não é capaz de propor novas tarefas políticas de acordo com as necessidades das diversas conjunturas.

Ainda no mesmo "Prefácio" ele justifica assim a contradição não resolvida:

(...) portanto são freqüentemente as necessidades práticas e não as necessidades teóricas que desafiavam hoje o interesse pela questão agrária (...). Eu procurei liberar-me destas necessidades antes de começar minha pesquisa; a conduzi sem preocupar-me em saber quais conseqüências se deveriam tirar para a relação do meu partido com os camponeses e vejo nisto uma condição que me permitiu ter com relação a questão agrária uma imparcialidade teórica (...). Quanto mais os meus leitores façam uma abstração, na leitura das páginas seguintes, da eventual influência que algumas teses possam exercer sobre as relações práticas entre socialismo e a classe dos camponeses, tanto melhor será para mim e para o meu livro!⁷⁷ (grifos nossos).

Apesar de todo seu esforço de "neutralidade" ou talvez, por isto mesmo, Kautsky continuava a receber críticas. Em 1904 ele escreve um Prefácio para a nova edição do "Programa de Erfurt", onde ele reafirma suas posições exaustivamente expostas na "Agrarfarge".

⁷⁶ Kautsky, K. Prefácio in La questione agraria, Feltrinelli ed. Milano, 1971, p. 9.

⁷⁷ Ibidem, p. 10.

Enfim é preciso relevar que a concentração do capital como foi concebida por Marx não só é compatível com a sobrevivência da pequena empresa mas até com um certo crescimento dela em vários ramos produtivos, não só na agricultura mas também na indústria e comércio. Procedendo no sentido da dialética marxiana se compreenderá mais facilmente este crescimento.⁷⁸

Tentando ainda resolver a contradição entre teoria e prática Kautsky vai "descobrir" a seguinte solução para o problema: a sobrevivência da pequena empresa está ligada a um determinado momento da concentração do capital em que é fundamental o exército industrial de reserva.

Um processo dialético análogo se dá com relação à concentração da pequena empresa. Mas a nova pequena empresa é bastante diversa da velha, só em aparência tem qualquer coisa de comum com ela, mas economicamente e politicamente cumpre um papel bastante diverso.

A concentração do capital leva notoriamente, segundo a concepção marxiana, não só à dissolução da pequena empresa tradicional, independente e gerada substancialmente sem trabalho assalariado constante mas leva também a um aumento do exército de reserva. Coloca no mercado bem mais força-de-trabalho do que este possa absorver. No entanto seria de todo errado crer que todo o exército industrial de reserva seja composto por desocupados. Ao contrário, estes constituem só uma pequena parte, só os seus extratos mais altos ou mais baixos (...). Mas o grosso extrato intermediário daqueles que procuram ainda um trabalho assalariado e não encontram um de acordo com a sua capacidade profissional é constrito a agarrar-se a outras possibilidades de valorização do seu próprio trabalho. Mas hoje a única alternativa ao trabalho assalariado é oferecida pelo trabalho em uma sua pequena empresa (...). Quanto mais rapidamente vem a concentração do capital, quanto mais ela destrói a originária pequena empresa e estende o exército de reserva, tanto mais forte se manifesta entre a força-de-trabalho liberada o impulso em direção à formação e a manutenção da pequena empresa. A remoção da pequena empresa em um lugar, corresponde à sua expansão em um outro.⁷⁹

⁷⁸ Ibidem, p.

⁷⁹ Idem, Prefácio in Il programa di Erfurt, cit., p. 28.

Não obstante a justeza dessa análise do ponto de vista econômico, em termos políticos Kautsky continua a propor a neutralização dos camponeses dentro da mesma formulação de Engels: não se poderia abandonar os pequenos proprietários à sua própria sorte, nem ajudá-los enquanto proprietários. Mais uma vez escapava-lhe o caráter político da relação dos camponeses com o proletariado e daqueles com o Estado na questão da terra.⁸⁰

O fato de que a análise das classes sociais no campo, de acordo com Kautsky, seja muito mais caracterizada pelos seus aspectos econômico e tecnológico do que pela relação de forças é consequência também da visão teórica do autor.

Desta maneira, o desenvolvimento do capitalismo no campo é entendido como sendo dependente da cidade e de suas classes sociais. A burguesia rural não é considerada como um inimigo concreto que, como diz Lênin no seu "Desenvolvimento do capitalismo na Rússia", tinha todo o interesse no desenvolvimento capitalista no campo, ao contrário dos latifundiários de tipo "semi-feudal". As características do isolamento e da dependência econômica da cidade em relação ao campo atingiam inclusive os trabalhadores assalariados, impedindo assim sua participação efetiva na luta de classes. Daí a passividade que Kautsky via no campo e que tinha como única saída não a mobilização política dos camponeses, mas a sua neutralização.

Mas, por outro lado, "A questão agrária" levanta algumas questões novas que mais tarde seriam aprofundadas pelo próprio Lênin e também por Gramsci. Em primeiro lugar, as características próprias do desenvolvimento do capitalismo na Alemanha, exigiam uma revolução não só para dar o poder ao proletariado como também para completar a revolução burguesa e acabar com os resíduos feudais que ainda persistiam no campo. Em segundo, a questão diretamente relacionada com a primeira, isto é, a relação entre democracia e socialismo no sentido de que a solução para o problema agrário passa necessariamente pela democratização da sociedade.

⁸⁰ Ibidem, p. LXXXI.

"A questão agrária" ocupa um lugar de destaque nas obras de Kautsky e do pensamento marxista da II internacional exatamente pelo seu caráter rico e complexo, que consegue sistematizar muitas das questões colocadas pelo debate dos anos anteriores mas, ao mesmo tempo, deixa aberta outras relevantes, que serão retomadas posteriormente de forma crítica.

Já a posição de Kautsky pode ser interpretada como sendo a tentativa desesperada de conciliar os interesses dentro do partido, mantendo a sua unidade e organização, fundamentais para o seu crescimento.

O caso do "revisionismo" pode ser usado como exemplo: o seu desenvolvimento dentro do partido não gerou cisões ou "rachas"; se manteve o "Programa de Erfurt" apesar de, muitas vezes na prática, suas posições serem deixadas de lado. A frase de David, no início dos anos 90 — "coloquemos no bolso por um momento o nosso programa e olhemos antes de tudo a vizinhança, a vila e seus habitantes" — foi um apelo irresistível a que todo o partido acabou por aceitar.⁸¹

O debate sobre a questão agrária no Partido Social-Democrático Alemão e nos demais partidos socialistas da época, bem como na II Internacional, não esgotou o problema da relação entre camponeses e operariado.

O fato de que ainda hoje o desenvolvimento do capitalismo no campo seja uma questão que se coloca para o movimento popular, torna o estudo deste debate atual e importante, principalmente se se leva em conta a influência que as posições "revisionistas" e "ortodoxas" vão ter no desenvolvimento posterior da teoria marxista.

Apesar dos avanços trazidos pela "A questão agrária", o SPD entrou em um círculo vicioso: a sua visão parlamentar-evolucionista do desenvolvimento do capitalismo o induzia a uma política de passividade diante do campesinato. Por sua vez, este comportamento permitia ao governo impor seu modelo de compromisso às camadas populares.

⁸¹Lehmann, G.H. op. cit., p. 205.

Foge ao âmbito deste trabalho a análise do desenvolvimento do Partido Social-Democrata Alemão, mas a votação dos créditos de guerra, solicitados pelo governo em 1914, foi o coroamento da política reformista do partido e a abertura do caminho para o rompimento de parte do movimento operário com a II Internacional.

O surgimento dos Partidos Comunistas e depois da III Internacional (1919) é acompanhado pela elaboração de uma nova conceituação que procura — desenvolver os princípios teóricos clássicos — explicar as especificidades do capitalismo monopolista. Lênin e Gramsci são protagonistas desta elaboração: partindo do entendimento do imperialismo como uma nova fase do desenvolvimento capitalista (e não como o pré-anúncio do seu fim) eles vão perceber a importância do campesinato como aliado fundamental do proletariado na tarefa de transformação da realidade. Este salto de qualidade na teoria e prática do movimento operário é de fundamental importância para a análise das realidades agrárias de hoje. E é sobre ele que falaremos a seguir.

CAPÍTULO II

A QUESTÃO AGRÁRIA NA RÚSSIA: DO PARTIDO SOCIAL-DEMOCRÁTICO
À REVOLUÇÃO BOLCHEVIQUE

A QUESTÃO AGRÁRIA NA RÚSSIA: DO PARTIDO SOCIAL-DEMOCRÁTICO A REVOLUÇÃO BOLCHEVIQUE

A questão agrária teve uma importância particular para os social-democratas russos por duas razões básicas: em primeiro lugar, devido à situação de atraso da sociedade russa em relação às aquelas Ocidentais e, em segundo lugar, devido à forte tradição ideológica do "socialismo agrário" (narodnicestvo) que tinha grande penetração nos meios intelectuais e políticos mais significativos da sociedade russa.

Os socialistas-agrários, bem como os populistas, viam no camponês e nas comunidades agrícolas feudais (MIR), com suas estruturas de propriedade coletiva da terra, a instituição que serviria de base para a futura sociedade socialista. Considerando o fato de que a Rússia foi um dos últimos países a abolir a servidão da gleba e a fazer as reformas administrativas necessárias ao livre desenvolvimento do capitalismo, os socialistas pré-marxistas acreditavam que a Rússia chegaria ao socialismo, sem atravessar aquelas diversas fases do desenvolvimento capitalista verificadas na Europa Ocidental. Isto por que a abolição da servidão da gleba só se deu em 1861, com a liberação dos camponeses da tutela dos senhores, transformando-os em possuidores dos pedaços de terra em que trabalhavam. Mas a terra que foi deixada a eles era aquela de pior qualidade e gravada com diversos ônus, que recaíram sobre os novos donos: impostos, reembolsos, descontos, etc. obrigando o camponês, para sobreviver, a vender parte de sua força-de-trabalho aos seus antigos senhores. Já os camponeses que não pos-

suíam terras arrendavam-nas dos seus antigos senhores a preços exorbitantes, voltando desta maneira à condição de ser vos.

Esta situação dos camponeses, juntamente com a crise agrária que investia toda a Europa naquela etapa do desenvolvimento capitalista gerava conflitos em todo o campo russo aguçando a polêmica entre os socialistas agrários e marxistas sobre a melhor solução para eles.

Exilados em Genebra, os marxistas organizaram-se no grupo "Emancipação do Trabalho" e tinham como figura-líder Plekânov. O seu programa de atuação não diferia muito daquele dos social-democratas europeus: pediam a criação de um partido cujo protagonista, capaz de transformar a realidade, fosse o proletário industrial. Uma vez alcançada a revolução, a massa camponesa seria beneficiada, não enquanto campesinato, mas como potenciais operários. Ou seja, segundo os social-democratas era imprescindível que a sociedade vencesse todas as etapas características do modo de produção capitalista para então alcançar o socialismo. De acordo ainda com esta posição, os camponeses eram incapazes de promover, por si só, o "progresso" porque eram politicamente conservadores e espiritualmente atrasados.¹

Para elaborar esse programa, o grupo "Emancipação do Trabalho" se baseava no marxismo tal como ele era difundido, sem levar em consideração, porém, as características do desenvolvimento do capitalismo russo. Esta dificuldade em perceber a realidade concreta do país era aumentada pela falta de liberdades políticas que impossibilitava o grupo de Plekânov de se organizar enquanto partido de massa, como seus companheiros do resto da Europa.

É nesse contexto de luta contra a autocracia czarista que o jovem Lênin vai manifestar seu apoio à social-democracia. À propósito diz Lehmann:

¹ Lehmann, op. cit., p. 24 e ss.

Não é por acaso que o primeiro trabalho que permanece do jovem Wladimir Ilich Ulianov (Lênin), escrito em Samara na primavera de 1893, se ocupasse da estrutura agrária russa. Ele analisou o livro de V.J. Postnikov sobre a "Economia camponesa na Rússia meridional" (ed. russa/1891) e encontrou uma comprovação para o fato de que a comunidade camponesa das vilas estava arruinada e se desagregava sempre mais .²

Enquanto a polêmica com os socialistas-agrários se tornava cada vez mais aguda, Lênin, por sua vez, começava a se preocupar com a difícil questão de saber como seria possível o desenvolvimento do capitalismo em um país pobre e essencialmente camponês. Este problema leva-o a um gradativo afastamento de Plekânov.

Em 1894 Lênin escreve o texto "Quem são 'os amigos do povo' e como lutam contra os social-democratas", onde ele lança as bases daquela concepção que vai ser o grande contributo do marxismo russo à questão agrária.

Na primeira polêmica do texto ele define o caráter pequeno-burguês do campesinato e de seus representantes — o socialismo-agrário — para, então, analisar o seu comportamento sócio-político. Para ele, a característica principal da pequena-burguesia é oscilar entre duas posturas: uma progressista e outra reacionária. Ela é progressista enquanto avança reivindicações democrático-burguesas gerais e é reacionária enquanto luta pela manutenção de sua situação enquanto pequena burguesia. No modo o socialismo-agrário...

Mas Lênin mostra a importância de que seja levado em consideração pela classe revolucionária, o lado positivo da luta da pequena-burguesia:

(...) é preciso diferenciar rigorosamente estes dois aspectos do programa pequeno-burguês e negar todo o caráter socialista destas teorias e, lutando contra seus aspectos reacionários, não esquecer aqueles de democráticos. ⁴

Assim, as reivindicações da pequena burguesia do campo e da cidade têm validade enquanto parte da luta pela derrubada do feudalismo, que interessa tanto ao proletariado urbano quanto àquele agrícola. O fim do feudalismo e a formação do proletariado agrícola são fundamentais para a luta contra a burguesia. E ele continua:

E por isto a luta ao lado da democracia radical contra o absolutismo, estamentos e instituições reacionárias é uma obrigação da classe operária, que deve levá-la à social-democracia, esclarecendo ao mesmo tempo que a luta contra todas estas instituições é necessária unicamente como meio para facilitar a luta contra a burguesia; que a realização das reivindicações democráticas de caráter geral é necessária para a classe operária somente como meio de abrir caminho para a vitória sobre o inimigo principal dos trabalhadores: o capital. ⁵

Através da crítica à intelectualidade liberal e "popular" Lênin formula o método de ação que os socialistas deveriam usar se quisessem "pensar em um trabalho fecundo" e sem ilusões. O trabalho teórico deveria levar ao estudo concreto de todas as formas de antagonismo econômico existentes na Rússia, suas conexões e seu desenvolvimento consecutivo, bem como desnudar estes antagonismos onde eles se encontrassem enco

⁴ Ibidem, p. 11.

⁵ Idem, p. 14.

bertos pela história política e pelo ordenamento jurídico. Só assim a teoria seria capaz de dar respostas às perguntas do proletariado e apontar os caminhos reais da prática organizacional e da propaganda. E Lênin conclui:

Esta colocação das tarefas reservadas à social-democracia a preserva daquelas deficiências que tão a miúdo enfraquecem os grupos social-democratas: o dogmatismo e o sectarismo. Não pode haver dogmatismo onde o critério supremo e único da doutrina é a conformidade desta com o processo efetivo do desenvolvimento econômico-social; não pode haver sectarismo quando a tarefa se reduz a contribuir para a organização do proletariado, quando, por conseguinte, o papel da "intelectualidade" se reduz, tornando desnecessários dirigentes intelectuais.⁶

Nestas formulações está implícita a segunda polêmica do texto contra a visão do marxismo dominante até então nos partidos social-democratas e que, na Rússia, era representada pelo grupo de Plekhânov.

A "descoberta" de um lado revolucionário nos camponeses é a grande chave que vai permitir à social-democracia russa sair do impasse em que caiu o Ocidente com relação à questão agrária. Em seus textos posteriores, Lênin aprofunda os termos desta sua proposta (luta pelas liberdades democráticas e liberdades dos camponeses), bem como o conhecimento da estrutura econômica-social da Rússia.

Em 1896 ele esboça, no cárcere, um ante-projeto para o programa do futuro Partido Social-Democrático Russo, (que não será publicado) onde uma parte está dedicada ao "programa agrário". Para elaborar o programa agrário Lênin novamente analisa a situação concreta do camponês russo, que continuava dependente do antigo senhor. Diante desta realidade o autor propõe como meta revolucionária a ser alcançada pelos camponeses, com o apoio do proletariado industrial, o fim de todos os en-

⁶ Idem, p. 20.

traves às liberdades político-jurídicas burguesas (limitação do direito de circulação entre uma propriedade e outra, dos privilégios fiscais dos latifundiários, etc.)⁷.

Em 1898 é criado o "Partido Operário Social-Democrático da Rússia" - POSDR. No ano seguinte, Lênin elabora um segundo ante-projeto (também não publicado na época) em cuja introdução ele aponta a necessidade de: "expressar nossos conceitos fundamentais e fixar com exatidão nossas tarefas políticas imediatas (...)", a fim de permitir uma unidade ao vasto círculo de intelectuais e operários que se juntaram ao partido.⁸ A polêmica principal agora, era com o grupo "Emancipação do Trabalho", já organizado como tendência e chamado de "Menchevique".

O grupo de Plekânov, por sua vez, entendia que a vanguarda do proletariado, agrupada em seu partido político, deveria apresentar-se como porta-voz da democracia política e se aliar com a burguesia na luta contra o czarismo. A partir da análise das peculiaridades da realidade russa "onde as massas trabalhadoras estavam subjugadas ao capitalismo em desenvolvimento e à agonizante economia patriarcal",⁹ o grupo reafirma a capacidade da classe operária de lutar pelo socialismo, através da "supressão da produção mercantil" e da "transformação em propriedade social de todos os meios e objetos da produção" e da "conquista do poder político pela classe operária".

Lênin estava de acordo com estas premissas do grupo "Emancipação do Trabalho" considerando-as válidas para o partido recém-fundado. Com isto, ele reconhecia também como legítimos os fundamentos do "Programa de Erfurt" sobre o qual o grupo de Plekânov se baseava. No entanto, Lênin faz uma ressalva de fundamental importância para o desenvolvimento posterior do partido, seguindo a direção das colocações já esboçadas no ante-projeto de 1896:

⁷ Lehmann, G. op. cit., p. 255.

⁸ Lênin, I. op. cit., p. 30.

⁹ Lehmann, G. op. cit., p. 255 (Ensaio de Axerold, 1898).

(...) a imitação (do Programa de Erfurt) não pode converter-se, de maneira nenhuma, em uma simples cópia. A imitação é plenamente legítima enquanto observamos na Rússia os mesmos processos **fundamentais** no desenvolvimento do capitalismo: as mesmas tarefas **fundamentais** dos socialistas e da classe operária; mas isto não deve fazer-nos esquecer em nenhum caso as **peculiaridades** da Rússia, que devem estar **plenamente refletidas** nas peculiaridades do nosso programa. Antecipando-nos à exposição, diremos já agora, que estas peculiaridades se referem, em primeiro lugar, às nossas tarefas políticas e aos nossos meios de luta e, em segundo lugar, à luta contra todos os resíduos do regime patriarcal, do regime pré-capitalistas e à especial colocação do problema camponês que esta luta impõe.¹⁰ (grifos no original)

Com relação à situação do camponês na Rússia, prossegue Lênin, sua característica fundamental é a de viver sob um regime pré-capitalista, onde o proletariado industrial ainda está muito ligado ao campo (seja por sua origem que por suas condições de existência). No Ocidente, pelo contrário, o camponês vive no regime democrático, tendo terminado sua tarefa de lutar contra as sobrevivências do regime feudal. O proletariado urbano, por sua vez, já se separou claramente do campo e esta separação está consolidada também em termos jurídicos. Esta diferenciação entre as duas situações marca decisivamente as tarefas da social-democracia russa: seus integrantes têm o dever — sem trair minimamente os princípios marxistas — de propugnar seu apoio ao campesinato "na medida em que ele seja capaz de lutar revolucionariamente contra os restos do regime da servidão em geral, e contra o absolutismo em particular".¹¹ O problema, portanto, se reduzia a duas questões: (1) a de elaborar reivindicações que não implicassem em apoio aos pequenos patrões; (2) e a de saber se o campesinato russo era capaz de lutar revolucionariamente contra os restos da servidão e do absolutismo.

Aí estava explicitada, de forma bastante clara, as diferenças fundamentais entre os partidos social-democráticos eu-

¹⁰ Lênin, V.I. op. cit., p. 35.

¹¹ Idem, pp. 42 e 43.

ropeus (ligados àquele alemão), e o jovem partido russo. Não demorariam, portanto, a se aguçarem as divergências entre Plekhânov e Lênin.

Para responder às questões colocadas acima, o programa, mais uma vez, examina os fatos concretos da realidade russa. Os diversos levantes camponeses contra os latifundiários e a administração czarista comprovavam a capacidade revolucionária do campesinato, muito embora fosse também conhecido o seu atraso político e a sua ignorância. Ora, o fato de que a autocracia, que deveria ser derrubada, ter sua base de sustentação neste mesmo campesinato só vai reforçar a constatação de que existe uma duplicidade de posições entre os camponeses: ora são conservadores, ora revolucionários.¹²

Com esta posição Lênin abre caminho para que as reivindicações do campesinato¹³ em favor da abolição dos restos feudais fossem incorporadas ao programa da social-democracia. Isto porque Lênin via nelas o lado revolucionário que tornaria a mobilização do campesinato um elemento importante no processo de transformação da sociedade.

Assim, não se pretende reforçar o lado pequeno-burguês do campesinato mas, pelo contrário, aproveitar da sua agitação para aglutinar também o operariado urbano que continuaria ligado à problemática do campo (através da família, da sua aldeia natal, etc.).¹⁴

No intervalo entre a elaboração destes esboços de programa e a publicação, em 1902, do programa oficial do partido, Lênin escreveu "O capitalismo na agricultura" (1899), "A questão agrária e os 'críticos de Marx'" (1901), "O partido operário e o campesinato" (Iskra 1901) e os "Cadernos sobre a

¹² Idem, pp. 46 e 47.

¹³ As reivindicações eram as seguintes: - supressão dos tributos relacionados com a posse da terra; - devolução do dinheiro pago pelos lotes de terra; - supressão de todas as leis que impedem ao camponês dispor de sua terra; - abolição de todos os restos de dependência dos camponeses em relação ao latifundiário e direito de julgamento por usura. Idem, p.48.

¹⁴ Idem, pp. 109 e ss.

questão agrária" (1901 a 1916). Em todos estes escritos o autor reelabora e aprofunda as teses fundamentais já expostas acima.

Em 1903 a "Liga da social-democracia russa" publica, no exterior, "Aos pobres do campo" (os objetivos dos social-democratas explicados aos camponeses). Neste texto estão sintetizadas, de forma bastante clara, todas as implicações decorrentes do programa agrário russo.

O documento começa expondo o objetivo fundamental da social-democracia (transformar a realidade do país) e os meios para se chegar a ele (conquista das liberdades políticas e fim dos restos do regime da servidão). Para isto seria necessário a atuação consciente da classe operária que, devido à sua situação no modo de produção capitalista, é a única capaz de libertar a si mesma e ao resto do povo oprimido.¹⁵

Em seguida, encontra-se uma análise sobre as classes no campo, procurando responder àquela questão: porque existem camponeses revolucionários e conservadores? Ou ainda: o camponês é capaz de lutar contra os restos feudais? Partindo da situação concreta russa, o texto distingue 3 tipos de camponeses: os pobres, os médios e os ricos. Além deles, existe ainda no campo russo, latifundiários e uma burguesia rural capitalista.

O camponês pobre é aquele arruinado, que precisa vender sua força-de-trabalho para completar sua renda. Semi-proletário, ele é irmão dos operários da cidade, para quem a única solução é a luta contra todos os ricos, ao lado da social-democracia.

Já os camponeses ricos possuem terras, empregam trabalhadores e seguem os latifundiários, sendo que o maior deles é o próprio czar. Diz o autor.

¹⁵ Idem, p. 125.

Portanto, existem camponeses diferentes: uns vivem na miséria e passam fome; outros enriquecem. Portanto, cada vez mais aumenta o número de camponeses ricos que se orientam em direção aos latifundiários, que se colocam do lado dos ricos, contra os operários. E os pobres do campo, que querem se unir aos operários da cidade, têm pois que refletir sobre isto: têm que ver se são muitos estes camponeses ricos, qual é a sua força e que espécie de união necessitam para combater esta força.¹⁶

Os camponeses médios, por sua vez, oscilam entre as duas classes. Por um lado, se consideram patrões porque empregam um ou dois operários. Mas também sofrem a pressão dos fundiários e dos ricos no sentido de sua proletarização. Muitas vezes o camponês médio é mais explorado pelo latifundiário, que precisa menos de um camponês arruinado, do que daquele que possui um junta de cavalos e instrumentos de trabalho. As contradições nas quais se movia o campesinato médio tomavam possível seu engajamento na luta revolucionária desde que ele fosse conscientizado da sua real situação. Para isto era preciso conquistá-lo, estabelecendo uma luta contra os latifundiários e camponeses ricos.

De acordo com o texto:

Em todas as partes aonde começa a luta entre ricos e pobres, entre proprietários e operários, os camponeses médios se encontram no meio, sem saber que partido tomar. Os ricos o chamam para o seu lado: tu, lhe dizem, também era patrão, um proprietário, não tens porque andar com os andrajosos operários. E os operários lhe dizem: os ricos o cansarão e o roubarão. Não tens outra solução que ajudar-nos na luta contra todos os ricos. Esta disputa pelo camponês médio se desenvolve em toda parte, em todos os países em que os operários social-democratas lutam pela emancipação do povo trabalhador.¹⁷

Sobre os latifundiários e a burguesia rural capitalista Lênin não acrescenta nada além do já conhecido: são os inimi

¹⁶ Idem, p. 135.

¹⁷ Idem, p. 142.

de classe a quem a social-democracia deve combater.

Com base nesse entendimento da realidade sócio-econômica do campo na Rússia, o autor explicita a tática e a estratégia do partido em relação àquelas classes. Aos camponeses arruinados não resta outra alternativa senão a *aliança* com os operários da cidade para derrubar os ricos, que usufruem da miséria e da penúria do povo trabalhador. À medida em que se estreita e se amplia esta aliança, o camponês médio perceberá a sua verdadeira situação, verá como são enganosas as promessas dos ricos e assim passará rapidamente para o lado dos oprimidos.

Para que isto aconteça, os social-democratas querem que o povo compreenda bem a verdadeira causa de sua miséria e com quem deve se aliar para lutar contra ela, pois a burguesia está a todo instante a falsear a realidade, com o objetivo de manter os camponeses médios do seu lado e, assim, impedir a concretização da aliança operário-camponesa.

Mas, além da aliança contra a burguesia, todos os camponeses russos devem se unir na luta contra os restos do regime feudal e contra a autocracia que impedem a livre organização e manifestação do povo russo. Esta é a proposta de Lênin:

Por isso todos os operários russos e todos os camponeses pobres têm que lutar com todas suas forças em duas direções: por uma parte, aliados a todos os operários, contra todos os burgueses; por outra, aliados a todos os camponeses, contra os funcionários nas aldeias, contra os latifundiários feudais. 18
(grifos no original).

A tática e a estratégia estão bem delimitadas, muito embora elas não se configurem como momentos estanques, e sim, como momentos de um mesmo processo. Desta forma, a aliança operário-camponesa não é uma mera aliança temporária, visando a conquista de um objetivo conjuntural. Para o autor, em ambos os

¹⁸ Idem, pp. 155 e ss.

momentos da luta (contra os restos feudais e pelo socialismo) o tático e o estratégico, a presença das duas forças — operários e camponeses — é fundamental. O caráter até então instrumental que era atribuído ao movimento camponês passa a ser substituído por um outro vital: agora se descobre nele uma faceta revolucionária imprescindível ao sucesso dos pressupostos socialistas.

Dentro deste raciocínio, a organização dos camponeses pobres e médios, em comitês próprios, separados dos latifundiários e dos camponeses ricos é de fundamental importância para o esclarecimento político e para a formação da consciência revolucionária camponesa. Já existindo um potencial de luta no campo (revoltas e levantes camponeses contra a administração do czar) cabe ao social-democrata a tarefa de organizá-lo dentro dos objetivos táticos e estratégicos explicitados acima. Em outras palavras, é preciso estender a luta de classes ao campo.

Mas para que isto acontecesse era preciso conquistar plenas liberdades políticas para o povo; igualdade de direitos para os camponeses e supressão do avassalamento feudal; bem como a organização dos camponeses e a criação de uma consciência revolucionária. Só assim seria possível conquistar o passo definitivo, ou seja, a liberação completa de todo o povo trabalhador.¹⁹

Lênin entendia que a "aliança operário-camponesa" não se realizaria tendo em vista um objetivo último, abstrato, que era o socialismo. Pelo contrário, ela seria construída passo a passo na conquista das liberdades políticas e no desenvolvimento do capitalismo. Ele esclarece:

¹⁹ Idem, p. 168.

*Por tudo isto os social-democratas não prometem ao camponês imediatamente o ouro e a vitória. Por isto os social-democratas exigem, antes de tudo, plena liberdade para a luta, para esta luta ampla e geral de todo o povo, de toda a classe operária contra a burguesia. Por isto os social-democratas propõem um primeiro passo, pequeno mas seguro.*²⁰ (grifos no original).

A conquista das liberdades democráticas e o fim dos restos do regime feudal só seriam possíveis através da implantação da república, através de uma revolução democrático-burguesa. E é pensando no seu desenrolar que, no Prefácio à segunda edição do livro "O desenvolvimento do capitalismo na Rússia" de 1907, Lênin discute as duas vias possíveis para a revolução russa:

*(...) ou bem a antiga economia latifundiária ligada por milhares de laços ao regime da escravidão se conserva, transformando-se lentamente em uma economia capitalista de tipo "junker" (...) ou a revolução rompe a antiga economia latifundiária destruindo todos os restos da servidão e, antes de mais nada, a grande propriedade agrícola (...).*²¹

Ou seja, no primeiro caso, as classes dominantes no processo revolucionário seriam a burguesia e o latifundiário liberal, apoiados pelos camponeses médios e tendo atrás de si uma enorme massa de camponeses expropriados, oprimidos e embrutecidos pelo domínio da reação. No segundo caso, o papel predominante seria do proletariado em aliança com os camponeses que, neutralizando o setor vacilante e contra-revolucionário da burguesia, liberaria as forças produtivas permitindo melhores condições de vida e de organização para as classes trabalhadoras.²² Naturalmente que, numa formação social concreta, são possíveis múltiplas combinações dos elementos de um e de outro tipo de evolução capitalista, cabendo por is

²⁰ Idem, p. 165.

²¹ Idem, p. 26.

²² Ibidem.

to às forças progressistas lutarem pelo desenvolvimento integral da revolução burguesa. Não é preciso dizer que o Partido Social-Democrático Russo lutava pela realização do segundo processo — aquele realmente revolucionário.

A consigna de "ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato", sob a direção do proletariado, é a fórmula concreta de luta, na Rússia, pelo governo democrático burguês que permitirá a livre organização dos operários urbanos e rurais, bem como o mais amplo desenvolvimento do capitalismo no campo. E não há que se estranhar que a social-democracia esteja à frente de tal palavra de ordem, já que estava bem claro para o partido as diferenças entre seus programas "mínimo" e "máximo". Ainda de acordo com Lênin:

*Objetivamente, a marcha histórica das coisas colocou hoje para o proletariado russo, justamente a tarefa da revolução democrática burguesa (cujo conteúdo do global expressamos, para abreviar, com a palavra república); esta mesma tarefa está colocada para todo o povo, quer dizer, toda a massa da pequena burguesia e do campesinato; sem esta revolução é inconcebível qualquer desenvolvimento amplo das organizações independentes de classe para a revolução socialista.*²³

A revolução burguesa para ser completa deve ser uma ditadura democrática, pois sem ela a grande burguesia e os latifundiários impedirão que se realize as mudanças de fundo (reforma agrária, república, melhorias do nível de vida do operário urbano, etc.) que tanto interessam aos operários e camponeses. E para que isto aconteça é preciso que o processo revolucionário tenha uma direção democrática de vanguarda, ou seja, tenha à frente uma classe comprometida com os interesses populares: o proletariado em aliança com os camponeses e demais setores pequeno-burgueses. Só desta maneira será alcançada a vitória definitiva, a conquista das mais amplas liberdades democráticas.

²³ Idem, pp. 203 e ss.

Se o proletariado em aliança com os camponeses não conseguirmos manter-se à frente do processo, teremos uma revolução burguesa abortada, baseada em reformas, concessões que não ofendem à grande burguesia e à monarquia liberal. ²⁴

A teorização da aliança operário-camponesa e das tarefas do partido na revolução democrático-burguesa dão um novo sentido ao programa agrário social-democrático. A política agrária do partido pode se desenvolver com muito mais êxito do que aquela dos social-democratas ocidentais, devido à clareza com que os primeiros definiram a tática e a estratégia a ser seguida. Lênin explicita a questão:

(...) também nós, os social-democratas russos, trataremos de aproveitar a experiência da Europa e nós dedicaremos a incorporar o "povo rústico" ao movimento operário socialista, muito mais rapidamente e com maior afã que aquele dos nossos camaradas ocidentais, que depois de terem conquistado as liberdades políticas, seguiram muito tempo buscando "às cegas" caminhos para o movimento operário industrial. Muito será, neste sentido, o que aproveitaremos dos "alemães", mas no domínio agrário é possível que elaboraremos algo de novo. E para facilitar no futuro aos nossos diaristas e semi-diaristas sua passagem ao socialismo, tem muita importância que o partido socialista comece desde agora a "intervir na defesa" dos pequenos camponeses (...). ²⁵

A importância da "aliança operário-camponesa" para o sucesso da revolução burguesa na Rússia é retomada por Lênin no livro "Duas táticas da social-democracia na revolução democrática" de 1905. Lênin polemiza contra os "neiskristas" ²⁶ explicitando que, o marxismo ensina ao proletariado, que este deve participar da revolução burguesa e lutar para que ela se realize completamente, para a burguesia, ao contrário, interessa a solução de compromisso com o *ancien régime*. Para a

²⁴ Cfr. Idem, pp. 203 e ss.

²⁵ Idem, p. 93.

²⁶ NEOISKRISTAS: denominação dada ao grupo Menchevique que reedita o "ISKRA", antiga publicação dos social-democratas.

derrubada do czarismo o proletariado precisa do apoio do camponinato, e de todo o povo. Segundo Lênin:

*A vitória decisiva da revolução sobre o czarismo é a ditadura democrática revolucionária do proletariado e do camponês (...) só pode ser uma ditadura, porque a implantação das mudanças imediatas e absolutamente necessárias para o proletariado e os camponeses provocará uma resistência desesperada por parte dos latifundiários, da grande burguesia e do czarismo.*²⁷ (grifos no original).

No que diz respeito à revolução socialista, Lênin reafirma a necessidade da luta continuar tendo sempre o proletariado como seu condutor. Em outras palavras, o proletariado deve ser o dirigente tanto da revolução burguesa quanto da socialista. No caso da revolução burguesa, o seu aliado é o camponês ainda ligado ao feudalismo; no caso da revolução socialista é a massa dos semi-proletários rurais e urbanos e do proletariado agrícola.²⁸

Desta formulação decorre a necessidade de que os camponeses pobres se organizem em "Comitês" autônomos, a fim de aumentarem seu nível de consciência política e assim poderem compreender a importância de seu papel junto ao proletariado.

E "o novo" do partido social-democrata russo foi logo percebido por Kautsky. Ainda em 1905, ele escreve na "Neue Zeit" um artigo intitulado "Os camponeses e a revolução na Rússia". Na sua opinião os operários urbanos deveriam se manter neutros ou, no máximo, olhar com simpatia a luta dos camponeses russos, uma vez que não era tarefa do proletariado "jogar os camponeses contra os latifundiários que na Rússia contemporânea não desempenham, por exemplo, o papel da nobreza feudal dos tempos do *ancien régime*. Segundo Kautsky, "a revolução vitoriosa não encontraria dificuldades especiais em utilizar os grandes latifúndios dos inimigos jurados da revolução para melhorar as condições de existência dos proletários e dos camponeses".²⁹

²⁷ Idem, p. 212.

²⁸ Idem, p. 234.

²⁹ Kautsky, K. apud Lênin, op. cit., pp. 182 e 183.

Lênin critica as posições de Kautsky, lembrando que a atitude do operariado em relação à luta camponesa variava de acordo com a situação objetiva da revolução russa. Naquele momento, a tarefa do proletariado deveria ser bilateral, ou seja, de apoio ao campesinato, enquanto ele atuasse com espírito democrático e de neutralidade, enquanto a luta contra o latifundiário fosse um mero "acerto de contas".³⁰

No entanto, Lênin apoia a segunda parte da observação kautskista, afirmando que ela não é "outra coisa que a colocação social-democrata da questão (...)". E na sua opinião, as críticas de Kautsky não passavam de "insuficiente conhecimento do programa agrário da social-democracia russa".

Em 1906 Lênin escreve a "Revisão do programa agrário do partido operário". O objetivo deste texto era esclarecer as diversas posições que se debatiam dentro do partido, a propósito da realização das reivindicações camponesas, no regime democrático.

Um dos problemas mais importantes referia-se às tarefas do movimento camponês em relação às terras conquistadas dos latifundiários. Pelo menos quatro posições podiam ser identificadas: a que propunha o confisco das terras sem sua nacionalização; a que defendia a indenização aos antigos proprietários; aquela que advogava a alienação das terras e uma nacionalização limitada e variável para cada província e, finalmente, a posição do autor que propunha "o confisco das terras dos latifundiários e em determinadas condições políticas sua nacionalização."³¹ (grifos no original)

Para justificar sua posição, Lênin evoca o texto de Kautsky "A questão agrária na Rússia", onde segundo ele, o autor:

*expõe os fundamentos gerais dos pontos de vista social-democrata sobre o problema e expressa sua plena simpatia pela repartição das terras dos latifundiários, admitindo, ao que parece, a nacionalização em determinadas condições, mas sem se aludir em absoluto ao velho programa agrário do PSDOR e aos projetos de modificação do mesmo.*³² (grifos nossos).

³⁰ Lênin, V.I. op. cit., pp. 183 e ss.

³¹ Idem, p. 268.

³² Ibidem.

Mais importante que a polêmica de Lênin com os seus companheiros é sua posição no confronto do texto kautskista: Lênin "passa por cima" do dogmatismo e generalismo do "pai do socialismo alemão" e se aproveita das suas afirmações como ponto de apoio e credibilidade para o seu texto. Por outro lado, sempre que possível, Lênin apoiará Kautsky, seja em sua luta contra a esquerda (Rosa de Luxemburgo) seja contra a direita.³³

A exposição sumária de alguns dos principais textos do Partido Social-Democrata Russo sobre a questão agrária tem por objetivo mostrar os rumos diversos que tomou o problema naquele contexto. O que nos interessa, no âmbito deste trabalho, é saber como as diferentes interpretações da questão agrária e do marxismo em geral se confrontaram e o porque de tais diferenças.

Como já foi dito no início deste capítulo, as peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, bem como o desenvolvimento teórico da questão entre os "Mencheviques" e os "socialistas agrários", nos dão a primeira indicação da diferença.

Em segundo lugar, o fato do Partido Social-Democrata Russo ter se fraccionado logo no início de sua existência em duas tendências (Menchevique e Bolchevique), aguçou a polêmica interna e obrigou o esclarecimento das divergências. Para justificar suas posições, as tendências tinham que buscar a realidade concreta e aprofundar a teoria marxista.

Ora, estas duas razões estruturais é que vão permitir ao partido estabelecer com justeza as diversas tarefas necessárias a cada momento do desenvolvimento da luta no país, bem como seus programas mínimos, sem nunca perder de vista o objetivo estratégico maior do movimento.

³³ Neste mesmo texto Lênin se refere à polêmica de Kautsky com Rosa de Luxemburgo sobre a questão da independência da Polônia (seu caráter irrealizável ou não) para dizer a Máslov que a questão da realização do programa agrário dependia "da direção geral do desenvolvimento da sociedade ou da situação econômica e política geral de todo o mundo civilizado". Idem, p. 247.

A relação Kautsky-Lênin só pode ser entendida neste contexto. As diferenças que surgiram a partir das situações diversas em que ambos se encontravam, tinham uma segunda base de sustentação: aquela teórico-cultural. O método de interpretação do marxismo e do desenvolvimento do capitalismo por parte de Lênin resgatava o "político" para o movimento operário.

Porque Lênin preferiu não levar em consideração o dogmatismo-centrista de Kautsky? Antes de mais nada, por uma razão eminentemente política: os "Bolcheviques" não podiam deixar para os "Mencheviques", ou mesmo para os "Populistas", o apoio do maior partido social-democrata da época e juntamente com ele o de seu maior alicerce teórico: Kautsky. Pelo contrário, Lênin deveria se aproveitar das posições genéricas e abstratas daquele para fazer valer suas opiniões, como podemos observar no seu texto acima citado.

Uma segunda razão de ordem teórico-ideológica explica a tomada de posição leniniana: o fato de que todo o movimento operário e progressista da época estar impregnado pelo "visão de mundo da II Internacional". O crescimento do Partido Social-Democrático Alemão e a sua grande produção teórica transformou-o rapidamente no partido-guia e a sua teoria hegemônica no seio do movimento social-democrático de então.

Até que ponto Lênin conhecia esta situação e não podia questioná-la tendo em vista a situação do partido dentro da Rússia; ou até que ponto ele também considerava Kautsky o grande intérprete de Marx?

Na nossa opinião as duas questões são inseparáveis. O fato de que não era politicamente interessante criticar Kautsky vem da sua autoridade enquanto intérprete-maior da teoria marxista. À medida que uma nova visão de mundo foi se afirmando, a partir de novas realidades que se moviam (não só a russa mas de todo o Oriente), vai-se construindo também a crítica ao velho. A ruptura com o velho coloca-se assim como exigência vital da nova realidade.

Somente o desenvolvimento da revolução russa, os estudos e a maior compreensão do capitalismo monopolista e do imperialismo; e a conseqüente afirmação da concepção comunista no seio do movimento operário irá permitir a ruptura com aquela visão hegemônica e uma crítica mais orgânica à "II Internacional". Só assim será possível compreender a complexa dialética que se desenvolveu entre o movimento operário russo e aquele internacional, entre o desenvolvimento do marxismo na Rússia e aquele já consolidado dos grandes teóricos social-democratas, que culminou na formação dos partidos comunistas e na criação da "III Internacional".

Se o dogmatismo kautskysta valoriza a evolução e a economia como motores da transformação, a novidade fundamental de Lênin é a "redescoberta" da política e das classes sociais como sujeitos revolucionários. Redimensionando as classes sociais ele vai dar novo sentido ao partido e aos programas mínimos e máximos — passos a serem dados para se alcançar determinada meta — à agitação e à propaganda no seio de todo o povo explorado.

A segunda conseqüência da leitura leniniana é a retomada do método dialético para nortear a relação teoria-prática. As novidades e as peculiaridades da situação estrutural russa serviam para desenvolver a teoria; esta, por sua vez, deixou de ser uma camisa-de-força a espremer a realidade para se tornar o caminho norteador na elucidação dos problemas concretos.

Diz Lênin:

(...) nós não somos doutrinários. Nossa doutrina não é um dogma, senão um guia para a ação. Não pretendemos que Marx, ou os marxistas, conheçam o caminho para o socialismo com toda exatidão. Isto é absurdo. Conhecemos a direção deste caminho, sabemos que forças de classe passam por ele, mas só a experiência de milhões de seres, quando colocam as mãos à obra, o mostrarão de uma maneira concreta e prática.³⁴ (grifos no original).

³⁴ Idem, pp. 399 e ss.

A importância das classes sociais enquanto "sujeito revolucionário", bem como a valorização da política, colocaram uma distância de fato entre o POSDR e o movimento social-democrático ocidental. No entanto, estas divergências só se explicitaram a partir de 1914, com o apoio da social-democracia às burguesias nacionais (votação dos créditos de guerra) e que se materializaram no livro de Lênin "O Renegado Kautsky e a revolução proletária" de 1918, e naquele de Trotsky "Terro-rismo e Comunismo" de 1920.

Por sua vez, Kautsky vai dedicar grande parte de sua atividade, a partir de 1918, à crítica da revolução russa. Seus textos desta época não foram traduzidos para outras línguas, o que impede um acompanhamento mais de perto da polêmica. Contudo, através dos estudiosos do problema poderemos conhecer o desenvolvimento da sua crítica.³⁵

Colocando Kautsky como renegado Lênin (e também Trotsky) exprimiam uma exigência do partido, ao mesmo tempo que criavam uma situação de embaraçosa perplexidade: como era possível que o maior teórico do movimento operário se transformasse em um cínico traidor? Para justificar sua posição, Lênin e Trotsky vão sustentar que Kautsky abria mão da conceituação marxista que até então empregara em suas análises, para passar à sua crítica mais veemente. Para eles, conceitos como "ditadura do proletariado", "democracia proletária", a teoria da necessidade de um Estado de classe e a análise do nexu inevitável entre guerra mundial e revolução proletária foram abandonados por Kautsky numa clara atitude de abjura aos princípios marxistas.

Na realidade, Kautsky não era um traidor da causa revolucionária, uma vez que seus conceitos não correspondiam àqueles mencionados por Lênin e Trotsky. Quando Kautsky se referia a conceitos marxistas, como por exemplo, "ditadura do proletariado", pensava no poder do operariado alcançado através da conquista da maioria parlamentar de socialistas. Este socialismo

³⁵ Cfr. Salvadori, M. op. cit., pp. 23. e ss.

manteria as liberdades civis e políticas para todos os cidadãos e verificaria sua própria base de apoio com eleições periódicas.³⁶

Estas posições de Kautsky vinham da leitura dogmática do marxismo e incompreensão do processo do desenvolvimento capitalista de então. Este dogmatismo permitiria a ele a hegemonia sobre o movimento social-democrático, porque facilitava a união do operariado a partir de concepções genéricas e abstratas. Desta maneira, Kautsky elaborou uma nova visão de socialismo que não podia conviver com aquela do Estado russo de 1917.

Como diz ainda Salvadori, "(...) não era portanto questão de 'traição' ou 'abjuração' mas sim de duas concepções de socialismo que se levantam uma contra a outra".³⁷

Lênin, apesar da genialidade com que sempre analisou a realidade e empregou a conceituação marxista, não aprofundou o caráter das divergências com a visão kautskysta, impedindo assim um rompimento de fato do movimento operário com a hegemonia social-democrática. Ainda hoje é grande a confusão a respeito da continuidade da visão da "II Internacional" dentro dos partidos comunistas, não se fazendo atenção à novidade que Lênin trouxe. Esta confusão é agravada por uma má interpretação das suas posições, decorrente de uma leitura superficial e não contextualizada de suas obras.

Foge ao âmbito deste trabalho uma análise mais detalhada da polêmica kautskysta sobre o desenvolvimento da revolução russa e as críticas leninianas a ele, bem como os desdobramentos da mesma. O que nos interessa aqui é acompanhar o desenvolvimento da "questão agrária" no movimento operário russo tentando descobrir o fio condutor que perpassa o debate nas diferentes conjunturas sócio/políticas.

Depois da "Revolução de Fevereiro" serão retomadas muitas das propostas de Lênin sobre a "aliança operário-camponesa", reascendendo assim a polêmica sobre o assunto e ratificando a

³⁶ Idem, p. 233.

³⁷ Idem, pp. 256 e ss.

sua importância naquela nova conjuntura.

O texto de Lênin "Do Diário de um jornalista", de 1917, recoloca a pertinência da "aliança" a partir das reivindicações camponesas expressas pelos seus deputados no "I Congresso de deputados camponeses de toda a Rússia"³⁸. A sua conclusão é que as reivindicações camponesas apresentadas ali, só seriam realizáveis com a derrubada do capitalismo. Para isto era essencial a aliança dos camponeses com o proletariado do campo e da cidade. Textualmente:

*O auto-engano dos socialistas revolucionários e seu engano em relação ao campesinato consiste precisamente em admitir e difundir a idéia de que estas transformações (democracia política e abolição da propriedade privada da terra), de que transformações **semelhantes** são possíveis sem a derrubada do domínio capitalista, sem que todo o poder do Estado passe ao proletariado, sem que os camponeses pobres apoiem as medidas mais decisivas e revolucionárias do poder estatal proletário contra os capitalistas.*³⁹

Em seguida o autor faz uma rápida análise do desenvolvimento da sociedade russa dos últimos anos com o intuito de demonstrar a justeza das posições bolcheviques em relação ao campesinato.

³⁸ As principais reivindicações diziam respeito a: abolição da propriedade privada da terra, sendo o confisco feito sem indenização; confisco do direito de exploração do sub-solo, lagos e bosques que passam para o Estado; confisco dos instrumentos de trabalho e dos animais. Com relação ao usufruto, qualquer cidadão interessado em cultivar a terra poderia fazê-lo desde que se responsabilizasse pelos bens móveis e imóveis que lhe fosse confiado, não sendo porém permitido o trabalho assalariado. A terra seria controlada pelo "Fundo agrário nacional" que a distribuiria, bem como a receberia de volta no caso do seu trabalhador não mais querer usufruí-la. Idem, pp. 409 e ss.

³⁹ Lênin, V. I. op. cit., p. 394.

*Sõ o proletariado e o campesinato podem derrubar a monarquia: tal era, naquele tempo, a definição fundamental de nossa política de classe (...). Sõ o proletariado dirigindo os camponeses pobres (os semi-proletários como diz nosso programa) pode por fim a guerra com uma paz democrática, curar as suas feridas, começar a dar os passos absolutamente necessários e *inadiáveis* para o socialismo: tal é a definição de nossa política de classe no momento atual.*⁴⁰ (grifos no original)

A "aliança operário-camponesa" como condição para o socialismo era a consequência mesma do desenvolvimento do capitalismo em sua fase monopolista. Este, no âmbito internacional, gerava guerras de rapina para sujeitar as nações menos desenvolvidas; no âmbito interno se aliava aos antigos adversários (latifundiários) para sujeitar a maioria do povo trabalhador. Além disto, o capitalismo se mostrava incapaz de destruir a pequena-burguesia — expropriar todos os pequenos proprietários do campo e da cidade — transformando-os em assalariados. E, mais especificamente, o capitalismo russo se desenvolvia dependente dos latifundiários e da burguesia conservadora que foram as classes hegemônicas na "Revolução de Fevereiro".

Para Lênin — diante deste quadro — só restava ao proletariado a tarefa de

*arrancar os camponeses da influência dos "eseritas" (aliados da burguesia no governo provisório) e contrapor, à opinião utópico pequeno-burguesa sobre o socialismo, o caminho proletário revolucionário até o socialismo.*⁴¹

De fato, a tomada do poder pelos bolcheviques, em Outubro de 1917 só foi possível com o apoio dos camponeses e soldados ao "Partido do proletariado consciente". Uma das primeiras medidas do novo governo foi o "Decreto sobre a terra" que incorporou exatamente as reivindicações dos camponeses que foram expressas pelos seus deputados, e sobre as quais já nos referimos anteriormente.

⁴⁰ Idem, p. 397.

⁴¹ Idem, p. 396.

No entanto, o decreto dos bolcheviques vai além das reivindicações camponesas, na medida em que procura respeitar as características culturais e sociais do trabalhador do campo, permitindo aos expropriados receber uma ajuda até que pudessem se acostumar com a nova situação, permitindo que proprietários de casas com jardins e quintais as mantivessem, não confiscando terras e instrumentos de trabalho de camponeses com pouca terra e permitindo que cada comunidade discutisse a forma de usufruto da terra que melhor conviesse às suas condições.⁴²

Ainda sobre isto, Lênin sublinha a necessidade de se confiar nas massas populares pois elas saberiam, com o exercício prático das novas condições, resolver os seus problemas. Isto explica porque o projeto de lei era genérico e anti-burocrático.

Desta maneira, a "Revolução de Outubro" na Rússia colocou pela primeira vez diante de todo o mundo capitalista a questão da *transição para o socialismo*. A "aliança operário-camponês" se transformou na forma concreta desta transição, em uma Rússia atrasada e empobrecida pela guerra. Isso porque, para Lênin, o mais difícil não era a insurreição contra um governo fraco, mas sim o trabalho prolongado e tenaz de combate a todas as instituições do regime apenas derrubado. Diz ele:

*São o entusiasmo massivo dos operários avançados que pode salvar o país e a revolução. Fazem falta dezenas de milhares de operários avançados, temperados e suficientemente conscientes para explicar a situação aos milhares de camponeses pobres em todos os confins do país e por-se à cabeça destas massas.*⁴³

Ao contrário do que pensava a social-democracia, o caminho para o socialismo não se realizava só com medidas econômi

⁴² Ibidem.

⁴³ Idem, p. 430.

cas — derrubada da propriedade privada e implantação do trabalho coletivo — mas também com medidas político ideológicas — formação de uma consciência revolucionária que permitisse ao camponês pobre superar sua dependência em relação aos antigos patrões através de seu estreito contato com os operários da cidade e do campo. Mais uma vez, Lênin colocava a teoria em função das realidades concretas e, desafiando a realidade, fazia teoria.

Depois de promulgado o "Decreto da terra" e diante da grave situação econômica vivida pelo país, agravada pelo boicote imposto pelos países capitalistas, o Partido Comunista Russo vai se colocar como tarefa fundamental o desenvolvimento da grande agricultura socialista. Para Lênin, a única maneira de aumentar a produtividade no campo era através de uniões voluntárias de camponeses para a exploração de uma grande fazenda ou de associações para o cultivo coletivo da terra. Só o desenvolvimento do campo possibilitaria o fim da contradição entre cidade-campo e abriria o caminho para a consolidação do socialismo.

Junto com esta questão se colocava o problema da postura a ser assumida pelo partido em relação aos camponeses médios. Já em 1919, no "Projeto de programa do Partido Comunista da Rússia", Lênin falava da necessidade do partido em isolá-los dos "kulaks" através da atenção às suas reivindicações e da luta ideológica contra sua visão atrasada. Em termos econômicos, ele propunha a realização de acordos práticos com os camponeses, nos casos em que eram afetados seus interesses vitais e concessões na determinação dos métodos para realizar as transformações socialistas.⁴⁴

Ainda segundo Lênin, era impossível colocar este problema com profundidade nos primeiros tempos da revolução, já que as tarefas do momento eram aquelas

nin viu nascer uma nova realidade, ou seja, aquela da consoli-
dação e organização da nova sociedade socialista. Desta for-
 ma, as atenções se voltam para a realidade interna e os seus
 desafios.

Diz Lênin no "Discurso de abertura do VIII Congresso do
 PC da Rússia":

(...) Temos que destacar aqui, em particular, que
 ante nós deve-se colocar precisamente uma das tare-
 fas mais difíceis da edificação comunista em um país
 de pequenos camponeses: a tarefa da posição diante
 dos camponeses médios (...). Esta tarefa é a mais com-
 plexa. Requer que determinemos nossa atitude dian-
 te de um setor da população numeroso e forte. Esta
 atitude não pode ser fixada com uma resposta sim-
 ples: luta ou apoio. (...) temos que elaborar con-
 cretamente e com todos os detalhes as regras e in-
 dicações fundamentais, comprovadas pela experiência
 do trabalho no campo, que devem servir de guia para
 chegar a estabelecer uma aliança sólida com o campe-
 sinato médio; para tornar impossível os desvios e
 equívocos tantas vezes repetidos, que os separam de
 nós (...). ⁴⁵ (grifos no original).

Lênin reconhece ainda que a colocação abstrata dos socia-
 listas "dos velhos tempos" de neutralização do campesinato era
 correta, mas não bastava naquela fase de edificação concreta
 do socialismo. Daí a necessidade de se viabilizar a "aliança
 operário-camponês" em termos econômicos e políticos.

Assim, durante todo o ano de 1919 a revolução bolchevi-
 que, apenas vencedora, se viu às voltas com um problema ime-
 diato: como conseguir que os camponeses — ignorantes e mal-
 tratados pela situação de penúria em que se encontrava a re-
 pública soviética — se adaptassem à nova disciplina? Ou, co-
 mo convencer os camponeses a vender o excedente agrícola ao
 Estado e não aos especuladores? Lênin insiste em vários
 textos, na necessidade de se conter a especulação através de
 um trabalho de esclarecimento aos camponeses da importância
 deles se aliarem ao Poder Soviético.

⁴⁵ Cfr. Idem, p. 516.

Diz ele:

Nossa política com relação aos camponeses consiste em uma luta prolongada e tenaz contra estes hábitos com a agitação, a propaganda e o esclarecimento; com a comprovação do que já foi feito. (Em mostrar que) (...) que a população rural (...) embrutecida até o extremo, derrotada, oprimida, condenada em todos os países avançados a vegetar em condições de vida semi-bárbara, interessada no triunfo do socialismo do ponto de vista econômico, social e cultural, é capaz de apoiar energeticamente o proletariado revolucionário somente **depois** que este conquiste o poder político, **só depois** que ajuste terminantemente as contas com os grandes latifundiários e os capitalistas, **só depois** que esta gente oprimida veja na **prática** que têm um chefe e um defensor organizado, bastante poderoso e firme para ajudar e dirigir, para assinalar o caminho certo. ⁴⁶ (grifos no original).

Na "Resolução acerca da atitude diante do camponês médio" o partido bolchevique pretende que:

(...) todos os funcionários dos "Soviets" que trabalham no campo compreendam, com absoluta claridade e firmeza, a verdade, plenamente estabelecida pelo socialismo científico, de que os camponeses médios não pertencem aos exploradores, já que não obtêm lucros a custa do trabalho alheio (...)

(que) Estimulando toda classe de cooperação, como as comunas agrícolas de camponeses médios, os representantes do Poder Soviético **não devem consentir na menor roação** para a criação destas empresas.

(...) (e) que as autoridades soviéticas locais têm o dever de buscar todos os meios possíveis para prestar aos camponeses pobres e médios a mais variada ajuda efetiva que lhes sirva de apoio no difícil momento presente. ⁴⁷ (grifos nossos).

E no "Esboço inicial das teses sobre a questão agrária", ele reafirma:

⁴⁶ Idem, p. 598.

⁴⁷ Idem, pp. 541 e ss.

(...) os partidos comunistas devem ter bem claro que, no período de transição do capitalismo ao comunismo, ou seja, durante a ditadura do proletariado, neste setor (o campesinato) ou ao menos em uma parte dele, são inevitáveis as vacilações, no sentido de se tender a uma liberdade de comércio ilimitada, assim como de se ter liberdade de exercer direitos de propriedade privada pois este setor, sendo já (se bem que em pequena parte) vendedor de artigos de consumo, está corrompido pela especulação e por hábitos de proprietário.⁴⁸

Em outras palavras, se colocava diante do poder soviético a pouca conscientização de todo o povo russo, decorrente da situação de atraso em que se encontrava o país, seja do ponto de vista econômico que político-ideológico. Lênin, como se viu com as propostas acima enumeradas, dava mostras de plena consciência do problema.

Entretanto, a situação de penúria e ruína em que se encontrava o país dificultava a tarefa de mostrar aos camponeses as conquistas do socialismo. E, aquele que tinha todas as condições para se tornar o maior aliado do proletariado revolucionário, se voltava cada vez mais contra ele. Uma vez analisada as causas desta atitude e concluindo que ela não dependia só de um trabalho político-ideológico de conscientização do campesinato, mas estava também ligada à sua situação estrutural, o Partido vai propor — no "X Congresso do PC da Rússia" 1921 — a substituição do sistema de imposto compulsório pelo imposto em espécie. Isto significava a restauração da liberdade de comércio e, conseqüentemente, do capitalismo.⁴⁹

⁴⁸ Idem, pp. 616 e ss.

⁴⁹ Cfr. Idem, p. 639, "O sistema compulsório supunha requisitar todas as sobras, implantar o monopólio obrigatório do Estado. (...) O Estado tinha certas obrigações de abastecimento. Por isso, os contingentes pagos foram aumentados no ano passado. O imposto em espécie deve ser menor".

Segundo Lênin, o partido enquanto instrumento político de ação, não deveria temer em admitir que havia errado em relação aos campones. O partido havia ido longe demais nas suas exigências aos camponeses, que em três anos de privações e penúrias, ainda não tinham se certificado das vantagens do cultivo coletivo. Desta maneira, a forma do Poder Soviético atender aos camponeses era a de conceder a liberdade de comércio.

No "Informe sobre a Tática do PC da Rússia diante do III Congresso da Internacional Comunista" (Projeto inicial) Lênin vai explicitar a "Nova Política Econômica" que o Estado proletário acabara de adotar. Segundo ele, a revolução socialista russa conseguiu sobreviver ao cerco capitalista graças às divergências de interesses das burguesias dos diversos países europeus. Desta maneira, apesar de o imperialismo ser mais forte que a Rússia soviética, ele não foi capaz de derrotá-la. Isto permitiu o nascimento de uma situação de equilíbrio precário, onde a revolução bolchevique se consolidava.

No entanto, este quadro tendia a mudar: de um lado a burguesia internacionalizada se armava na expectativa de recommençar a guerra contra a Rússia; de outro, o proletariado dos países avançados, formando os Partidos Comunistas, procurava conquistar a maioria do operariado de cada país, sem conseguir, porém, romper com a influência social-democrática sobre os mesmos.

Por sua vez, os latifundiários e os capitalistas que foram derrotados, conservavam sua organização de classe no exterior e trabalhavam para derrubar o poder soviético e restaurar o capitalismo na Rússia. Restavam ainda os pequenos-burgueses organizados pela "II Internacional" e pela "Internacional II e 1/2" que, naquele momento, representavam o sustentáculo maior do capitalismo através da influência sobre uma grande parte dos operários e dos empregados da indústria e comércio, receosos de perder os privilégios criados pelo imperialismo. Mas a crise econômica e a evidência de que seriam inevitáveis novas guerras imperialistas denunciavam a situação de empobrecimento da pe-

quena burguesia. Finalmente, apareciam as massas trabalhadoras dos países coloniais e semi-coloniais que, apesar de des-
pertadas para a política, encontravam o obstáculo potente das
burguesias nacionais aliadas.

Nesta nova conjuntura de ofensiva burguesa que se caracte-
riza também pela retomada do desenvolvimento capitalista, ca-
bia ao proletariado russo, como classe dominante, estabelecer
as medidas práticas necessárias para realizar com os campone-
ses uma firme aliança, que permitiria a manutenção do Estado
socialista e uma longa transição até à agricultura coletiva
mecanizada. Esta seria uma das tarefas mais difíceis da revo-
lução socialista, tanto na Rússia, quanto nos demais países ca-
pitalistas. Por isto, o momento que atravessava a revolução
soviética era de fundamental importância para o proletariado
mundial, porque colocava à prova sua política diante da massa
pequeno-burguesa.

Em seguida, Lênin vai fazer uma retrospectiva do desenvol-
vimento da "aliança operário-camponesa" na Rússia. A primeira
forma da aliança foi a militar, que se deu entre 17 e 21, na
defesa do poder soviético contra os latifundiários e a burgue-
sia apoiados pelo imperialismo.

No entanto, para se manter, a "aliança operário-campone-
sa" precisava de bases econômicas. No primeiro momento, os
camponeses obtiveram terras e apoio contra os latifundiá-
rios; os operários, em troca, receberam víveres. Mas a situa-
ção de penúria em que se encontrava a Rússia, depois da revo-
lução, impedia que a aliança se desenvolvesse de forma plena
ou seja, com a grande indústria fornecendo seus produtos aos
camponeses em troca de alimentos e matérias-primas. Diante dis-
to foi preciso implantar o imposto em espécie. Com ele se per-
mitiria uma melhora na situação do camponês incentivando-o a
produzir mais e a aperfeiçoar os métodos de cultivo.

Ao mesmo tempo que o imposto em espécie significava uma
alternativa para a viabilização da aliança operário-camponesa,
naquele momento de implantação do socialismo russo, ele significa-

va também "um passo atrás" em relação ao socialismo, com o restabelecimento da liberdade de comercialização e do mercado. Esta concessão era condição *sine qua non* para a retomada da grande indústria e o desenvolvimento imediato da agricultura.

Para o autor, não se tratava de negar a volta ao capitalismo, mas sim de se analisar as condições especiais em que ele ressurgia:

A liberdade de comércio implica em liberdade para o capitalismo mas, por sua vez, uma nova forma do mesmo. Isto significa que, até certo ponto, criamos de novo o capitalismo. E o fazemos sem nenhum remorso. Se trata do capitalismo de Estado. Bem, capitalismo de Estado numa sociedade em que o poder pertence ao capital e capitalismo de Estado em um Estado proletário são dois conceitos distintos. Em um Estado capitalista, o capitalismo de Estado significa que ele é reconhecido e controlado pelo Estado, em benefício da burguesia e contra o proletariado. No Estado proletário se dá o mesmo em benefício da classe operária, com o fim de nos mantermos fortes frente à burguesia e lutar contra ela.⁵⁰

Lênin conclui seu texto, lembrando que a ditadura do proletariado, ou a transição do capitalismo para o socialismo, não significava o fim da luta de classes, mas sim a sua continuação sob nova forma.

A NEP era também o outro lado da moeda da revolução mundial frustrada. Para Lênin, se tornava cada dia mais claro a inviabilidade da revolução socialista nos países capitalistas avançados, o que deixava o Poder Soviético sozinho diante da enorme tarefa que tinha pela frente. Mais do que nunca, se fazia necessário o apoio do campesinato para a sobrevivência da revolução bolchevique.

E a ditadura do proletariado se materializava com o imposto em espécie, a liberdade de comércio e o desenvolvimento da cooperação; ingredientes que permitindo o reatar da "aliança operário-camponesa" formavam o NEP.

Com o imposto em espécie e a liberdade de comercialização do excedente estava assegurada a conjugação de interesses das classes existentes em função do objetivo maior. Ao mesmo

⁵⁰ Idem, p. 680.

tempo a cooperação se tornava um instrumento imprescindível para a edificação do socialismo, na medida em que permitia o desenvolvimento cultural da massa camponesa: cultivando coletivamente ou comercializando coletivamente, o camponês adquiria uma nova consciência, tomava contato com a "civilização" mais avançada.

Para Lênin, no seu texto "Sobre a Cooperação":

Agora devemos compreender, para trabalhar com consciência, que o regime social ao qual no presente devemos prestar um apoio extraordinário é o regime cooperativo. (Mas) temos que apoiá-lo no verdadeiro sentido da palavra, quer dizer, não basta entender como apoio a ajuda prestada a qualquer intercâmbio cooperativo, senão que por tal apoio se entende o prestado a um intercâmbio cooperativo em que participem efetivamente verdadeiras massas da população. 51 (grifos no original).

A participação efetiva das massas leva ao seu desenvolvimento cultural. E num país de analfabetos, numa situação de atraso e miséria, a revolução cultural é tarefa para toda uma época histórica.

Lênin continua:

Mas será uma época histórica especial e sem passar por esta época histórica, sem conseguir que todos saibam ler e escrever, sem um grau suficiente de compreensão, sem acostumar em grau suficiente a população a ler livros e sem uma base material para ela — sem certas garantias, digamos, contra as más colheitas, contra a fome, etc., — sem isto não podemos alcançar nosso objetivo. 52

Desta maneira, a NEP significava também o deslocamento do centro de gravidade do Poder Soviético. Se até então todas as atenções se voltavam para a luta política, a conquista do poder, agora era preciso voltar-se para a tarefa pacífica de organização cultural.

⁵¹ Idem, p. 701

⁵² Ibidem.

Esta tarefa cultural implicava não só no trabalho de organização do campesinato, mas também naquele de refazer o aparato burocrático de forma a transformá-lo em algo dinâmico e prático.⁵³

E Lênin conclui:

Nossos adversários nos dizem, uma vez mais, que empreendemos uma obra irracional ao implantar o socialismo em um país de insuficiente cultura. Mas se equivocaram: não começamos na ordem que se devia segundo a teoria (de todo tipo de pedantes) e a revolução política e social em nosso país precedeu à revolução cultural, a esta revolução cultural ante a qual, apesar de tudo, nos encontramos agora.⁵⁴

Pela primeira vez, Lênin explicitava de forma clara e definitiva o caráter fundamental da "aliança operário-camponesa": a adesão dos camponeses ao programa socialista, não pela sua incorporação ao proletariado, mas pela "compreensão" dos benefícios que aquele lhes traria.

A revolução cultural e a conscientização dos camponeses são os instrumentos político-ideológicos — concretizados na Rússia pela NEP — que permitiram ao Partido Comunista da Rússia romper com o imobilismo que caracterizou os partidos da "II Internacional". A capacidade em Lênin em recriar os conceitos a partir das novas realidades é uma das contribuições fundamentais da revolução bolchevique ao debate da questão agrária. A "aliança operário-camponesa", através do seu longo percurso de experimentação teórico e prática é de enorme importância a todos aqueles empenhados na transformação da sociedade.

Depois de 1920 a problemática da aliança com os camponeses e, em particular, com os camponeses médios, vai se colocar em todo o movimento operário internacional. O "III Congresso da Internacional Comunista" (1921) vai adotar como linha de

⁵³ Cfr. Idem, pp. 699 e ss.

⁵⁴ Idem, p. 707.

ação em todos os países capitalistas a tática da "Frente Única" e do "governo operário e camponês".

Os Congressos seguintes vão ratificar esta proposta, apesar das longas discussões sobre como se realizaria tal aliança (se entre as massas ou entre os partidos, etc.)

Em 1925 a "V Reunião do Comitê Executivo alargado da Internacional Comunista" assume formalmente a constatação de que as crises revolucionárias estavam diminuindo e aumentava a capacidade de resistência do capitalismo, definindo assim a nova situação como de "estabilização relativa do capitalismo".

O crescimento das burguesias era consequência também da divisão do movimento operário, uma vez que a influência dos partidos socialistas no meio das massas continuava grande. A proposta da "Frente Única" era a consequência da constatação da necessidade de unir o movimento operário, compreendendo agora não somente o proletariado do campo e da cidade, mas também a massa pequeno-burguesa de camponeses e as camadas médias das cidades.

Em outras palavras, a "aliança operário-camponês" saíra do âmbito restrito da sociedade russa, para se incorporar definitivamente à teoria do movimento operário.

No entanto, a sagacidade de Lênin em responder à crescente complexificação do capitalismo, não era acompanhada pela maioria dos partidos e seus militantes.

Segundo De Felice, em sua "Introdução" ao livro "Americanismo e Fordismo" a explicação para este fato vem da maneira como se interpreta a proposta de "estabilização relativa":

É bastante fácil individualizar as implicações gerais e não só políticas, conexas à definição da estabilização relativa: o acento sobre o primeiro elemento da definição significava o reconhecimento da possibilidade para o capitalismo de superar as suas próprias contradições e colocava, portanto, em discussão a tese fundamental sobre a qual estava baseada a análise, a elaboração e a iniciativa mesma do comunismo internacional (a atualidade da revolução); o acento sobre o segundo elemento significava marginalizar a análise científica da realidade, as experiências reais com que o movimento se debatia, reintroduzindo na relação com os fenômenos em ato elementos de fatalismo. 55

Analisando também os documentos da época se pode perceber essa dificuldade do movimento comunista em assimilar as novidades tático-estratégicas impostas pela nova realidade.

No comentário de Jane Degras sobre o "Apelo do Comitê Executivo da Internacional Comunista aos operários e camponeses da Bulgária para chamar-lhes à oposição ao novo governo búlgaro", se lê:

O PC búlgaro havia se mostrado, desde o princípio, relutante em reconhecer a palavra-de-ordem de "governo operário e camponês" como válida para a Bulgária, sustentando que era impossível subtrair os camponeses da influência de Stambulisk e observando que se tratava de uma palavra-de-ordem aplicável somente aos países onde fortes partidos burgueses se opunham aos operários e camponeses. 56 (grifos nos nos).

E sobre o "Terceiro plenário alargado do CEIC" Degras registra o seguinte:

⁵⁵ De Felice, F. Introdução in Americanismo e Fordismo. Ed. Riuniti, Roma, 1972. p. XXII.

⁵⁶ Stambulisk, líder da "União Camponesa" e derrubado do poder com um golpe de estado. Cfr. Degrais, J. Storia dell'Internazionale, Feltrinelli, ed., Milano, 1975. tomo II, p. 61.

Em larga medida sob o desafio dos acontecimentos búlgaros, a palavra-de-ordem "governo operário" foi substituída por aquela de "governo operário-camponês" sendo aprovada uma resolução que explicava seu significado. Se pretendia assim colocar em relevo a importância da questão camponesa, vital para certos países como a Polônia. (...) O "governo operário-camponês" era o caminho para a ditadura do proletário e não a sua negação.⁵⁷

Sem a compreensão profunda de toda a análise que se esboçava por detrás da palavra-de-ordem "governo operário-camponês" não era mesmo possível recriá-la dentro da especificidade das várias realidades.

Uma segunda questão que nos parece fundamental nesta conjuntura é a da doença de Lênin que, afastando-o da liderança político-intelectual do movimento operário, possibilitava o fortalecimento daquelas concepções mecanicistas e dogmáticas, de resto ainda presentes numa parte significativa das "esquerdas" dos partidos comunistas.

Foge ao âmbito deste trabalho a análise do desenvolvimento posterior da teoria e os encaminhamentos concretos dados à questão agrária com Stálin. Ao contrário, acompanharemos o fio condutor inaugurado pelo pensamento leniniano nas experiências do movimento operário e camponês italiano do partido comunista na Itália aprofundados por Antonio Gramsci.

o0o

⁵⁷ Idem, p. 41.

CAPÍTULO III

A QUESTÃO AGRÁRIA NO OCIDENTE: GRAMSCI E O PARTIDO COMUNISTA
ITALIANO

A QUESTÃO AGRÁRIA NO OCIDENTE: GRAMSCI E O PARTIDO COMUNISTA ITALIANO

Na Itália, da mesma forma que na Rússia, o movimento socialista do fim do século passado se deparou com uma forte corrente político-ideológica ligada aos camponeses do sul do país (Mezzogiorno), pensamento este desenvolvido a partir da situação de miséria e atraso que era característica daquela região, e que se tornara um componente fundamental na história do país.

O "meridionalismo" — como ficou conhecida esta corrente do pensamento — apesar de suas várias linhas de interpretação da realidade do sul da Itália, se pautava por um ponto comum: a referência ao Estado e às diversas políticas que pretendiam solucionar os problemas da região.

A corrente mais importante que, partindo da denúncia da péssima situação vivida pela massa camponesa meridional, propunha um reformismo capaz de ligar as massas ao Estado, sem a influência dos socialistas e direitistas, era representada por Sonnino, Francheti e Fortunato.

Esses liberais conservadores, levando em consideração os resultados limitados do movimento ressurgimental de unificação do país que, para eles, havia se caracterizado por uma revolução burguesa que não estendeu seus benefícios ao campo, propõem um reformismo social visando a minimizar a penúria do sul e, ao mesmo tempo, assegurar bases mais sólidas ao Estado conservador. Isto seria feito a partir da consti-

tuição de propriedades camponesas médias da região.

Entretanto, esses liberais não discutiram quais seriam as forças protagonistas daquelas transformações, já que a burguesia italiana não se interessa pelo projeto por eles apresentado.¹

Uma segunda posição, que retoma de forma mais ampla a posição liberal, era aquela representada por Nitti.

Partindo de estudos sobre o papel desempenhado pelo Estado na economia, Nitti analisa como a política tributária estatal era dirigida à exploração do sul, em favor do norte. Desta forma, a "Itália meridional funcionou como uma colônia de consumo e permitiu o desenvolvimento da grande indústria do Norte".²

Tendo em vista essa situação, Nitti propõe um plano de construção de uma moderna economia no sul, onde o Estado assume a industrialização meridional em substituição à iniciativa privada.

Mas por que essa proposta não encontrara eco no Estado italiano?

Nitti responde a essa questão afirmando que isso ocorreria fundamentalmente pelas condições ambientais que o Norte oferecia ao desenvolvimento industrial, condições estas que foram aprofundadas de modo a atender aos interesses do bloco industrial-agrário,³ dominante no processo de implantação do capitalismo.

Uma terceira corrente do pensamento meridional é aquela democrática e socialista, que centraliza sua análise no papel dos industriais e dos proprietários agrícolas na sociedade capitalista, propondo como solução para o problema do sul a luta contra eles.

¹ Cfr. Salvadori, M.L. Gramsci e la questione meridionale in Gramsci e la cultura contemporânea I, atti del convegno internazionale di studi gramsciani, Ed. Riuniti - Istituto Gramsci, Roma, 1975, pp. 392-3.

² Nitti, F.S. Scritti sulla questione meridionale, in Salvadori, M.L. op. cit., p. 394.

³ Cfr. Salvadori, op. cit., p. 395.

Ciccotti e Salvemini são os dois protagonistas mais importantes dessa perspectiva.

A primeira posição socialista que apareceu sobre a questão meridional foi a de Ciccotti que, entendendo o atraso do sul como consequência do menor grau de desenvolvimento do capitalismo ali, vai propor a difusão da consciência socialista como forma de despertar as massas para a luta de classes.

Mas segundo Salvadori, em sua obra já citada:

Na perspectiva de Ciccotti, e com maiores incertezas e contradições na de Turatti, a politização das massas meridionais tinha unicamente a função de reforçar a batalha que o proletariado industrial e, a nível parlamentar, o Partido Socialista conduziampor uma política de reformas.⁴

Aprofundando a perspectiva de Ciccotti, Salvemini propõe a necessidade de uma aliança entre operários e camponeses como forma de superar aquela realidade.

Em sua análise sobre o desenvolvimento do Estado italiano, Salvemini denuncia a centralização política e administrativa como sendo a arma que permitira ao bloco dos industriais do norte e dos proprietários agrícolas do sul controlar toda a vida do país: no parlamento, o bloco planificava suas ações e os proprietários, por sua vez, em troca do apoio contra os camponeses, se submetiam à vontade política dos industriais; estes, com o protecionismo industrial e das taxas sobre os cereais, exploravam os recursos econômicos da nação.

Para se contrapor, então, ao projeto político-econômico do bloco dominante, Salvemini formula uma série de exigências democrático-burguesas que ele pensava conquistar através da aliança entre operários e camponeses.

⁴ Idem, p. 396.

De acordo com Villari, em seu estudo sobre o Sul da Itália:

A aliança entre operários e camponeses (...) significa portanto, concretamente, a assunção, por parte dos reformistas, de uma linha política que acolha as exigências do Mezzogiorno, exigências que as correntes meridionalistas radicais e o próprio Salvemini vêm expressando: sufrágio universal, anti-protecționismo, organização federativa do Estado; e que dê perspectiva aos camponeses e ao Mezzogiorno, através da liberdade de voto, de exprimirem uma posição autônoma fora do bloco operário.⁵

A participação dos camponeses na vida do Estado, nos moldes do sistema democrático, servirá como um catalizador do potencial revolucionário camponês impedindo, assim, as rebeliões que são características do Mezzogiorno.

Por sua vez, o apoio da classe operária ao campesinato pode ser resumido em uma genérica solidariedade às suas lutas, visando favorecer não só a sua organização política, mas também o desenvolvimento, no sul, da pequena propriedade agrícola de tipo "farmer".

Ainda segundo Villari:

A sua idéia é que a crise do latifúndio será determinada de modo espontâneo pela abolição do imposto sobre os cereais, que o crédito agrário em bases democráticas e uma política de tratados comerciais favoráveis à pequena produção meridional permitirão à pequena propriedade de receber a herança do latifúndio.⁶

No entanto, Salvemini vai se desiludir com a política do Partido Socialista que, aceitando de fato o reformismo

⁵ Villari, Rosário. *Il sud nella storia d'Italia*, antologia della Questione Meridionale, Ed. Laterza, Bari, 1972, vol. 2., p. 460.

⁶ Idem, p. 461.

giollittiano⁷ permitirá a criação de uma aristocracia operária a partir da exploração do Mezzogiorno.

Dessa forma, Salvemini desenvolverá uma luta paralela contra o partido e Giolitti, denunciando o fato do SPD estar em posição subalterna, que servirá de sustentáculo à política giolittiana.

À propósito dessa questão, diz Salvadori:

É mais que compreensível, portanto, que Salvemini abandonasse o Partido Socialista, no momento em que lhe ocorre que o proletariado do norte não poderia ser utilizado como instrumento dos seus fins reformistas, dada a sua integração no sistema giollittiano e dado que a política das organizações operárias se coligava a uma concepção de reformismo setorizado.⁸

A partir de 1911, com a fundação da revista "L'Unita", Salvemini vai repropor o tema da aliança, mas tendo agora como protagonistas os camponeses do sul e os intelectuais dispostos a empenhar-se em uma luta de educação do campesinato e de propaganda anti-protetionista.⁹

Para o jovem sardo Antonio Gramsci, a problemática do Mezzogiorno era particularmente importante. A experiência que ele trazia do sul era aquela da miséria endêmica das massas, do atraso cultural, do aparato do governo ao serviço da repressão, etc. Para combater este quadro, Gramsci trazia consigo toda uma perspectiva "sardista" que pretendia lutar "pela emancipação nacional da região", a partir de uma explicação geral de ordem histórica para os problemas da estruturação classista da sociedade, o que já demonstrava a influência do pensamento socialista nas suas idéias.

Em Turim, em contato com a classe operária, Gramsci vai

⁷ Giolitti, a exemplo de Bismarck e outros dirigentes europeus do começo do século, usava da política de concessões às reivindicações do operariado como forma de desmobilizar o movimento socialista.

⁸ Salvadori, M. L. op. cit., p. 398.

⁹ Crf. Ibidem.

superar aquela visão "sarda" do problema agrário, mas como ele mesmo declara, a influência de Salvemini será fundamental para a formação dos socialistas da sua geração.¹⁰

Em 1916, surge o primeiro texto de Gramsci sobre a questão agrária, no jornal "O grito do povo", publicado em Turim. O artigo "Il Mezzogiorno e a guerra" que, junto com "Clericali e Agrari", reúne a primeira sistematização do seu pensamento sobre a questão do sul, revela os indícios de uma posição autônoma de Gramsci em relação a Salvemini. Ambos os textos analisam as consequências da guerra sobre o desenvolvimento do país.

No primeiro artigo, Gramsci aponta rapidamente os efeitos da unificação do país, para o Mezzogiorno (na linha do pensamento meridionalista) constatando que, tendo o norte uma burguesia "audaz e cheia de iniciativas" e o sul uma situação de atraso e pobreza, era inevitável a evasão de recursos, a imigração e o desenvolvimento do norte em detrimento do sul. Mas a sua análise continua avançando até desvendar o mecanismo econômico que explica o atraso do sul.

A política externa dos últimos trinta anos tornou-se estéril os benéficos efeitos da emigração. A guerra da Eritrêia e aquela da Líbia tornou necessária a emissão de empréstimos internos que absorveram as economias dos emigrantes. Fala-se frequentemente da falta de iniciativa dos meridionais. É uma acusação injusta. O fato é que o capital vai encontrar sempre formas mais seguras e mais rentáveis de emprego e que o governo tem, com muita insistência, oferecido aqueles bônus quinquenais. Onde já existe a fábrica, esta continua a desenvolver-se para a economia, mas onde toda forma de capitalismo é incerta e aleatória, o investimento suado e juntado com padecimento não vingará e vai ser investido onde encontra logo vantagens seguras.¹¹

¹⁰ Cfr. Gramsci, A. Scritti Giovanilli, Einaudi ed., Torino, IV ed., 1975 p. 154, e também o episódio da proposta da seção turinesa do PCI de lançar Salvemini como candidato a uma vaga no parlamento da cidade em 1914, pelo partido, para defender os interesses dos trabalhadores agrícolas do Vale do Pô, in "Alcuni temi della questione meridionale", apud, La costruzione del partido comunista, Einaudi, ed. Torino, IV ed., 1975, p. 138.

¹¹ Gramsci, A. "Il Mezzogiorno e la guerra", in Scritti giovanilli, 1914-1918, Einaudi ed., Torino, 1975, IV ed., p. 31.

Para Gramsci, esse quadro se mantinha graças à "falta de uma política geral inspirada nas necessidades gerais do país".¹²

A novidade desse texto, de acordo com Salvadori, consiste na reelaboração, por parte de Gramsci, de elementos de análise de Ciccotti e Salvemini dentro da nova situação criada pela guerra.¹³

No texto "Clericali e agrari", escrito alguns meses depois, Gramsci retoma a problemática norte-sul do ponto de vista do desenvolvimento capitalista. Além da denúncia da política protecionista e de preços do governo, que só favorecia aos produtores agrícolas, ele vai mostrar também a aliança dos fazendeiros com o clero, que usava de expedientes demagógicos para manter o campesinato subordinado econômica e culturalmente.

No entanto, a questão mais importante desse pequeno artigo, publicado no "Avanti", é a perspectiva ainda genérica de luta do proletariado do norte — "que provou mais duramente da alquimia negociadora dos proprietários rurais e que está portanto mais preparado para a luta"¹⁴ — contra o protecionismo, que prejudica tanto os camponeses quanto os próprios operários.

Nos anos 1919-1920, a seção turinesa do Partido Socialista da qual Gramsci participava e que editava o jornal "L'Ordine Nuovo", passa por novas e importantes experiências junto ao setor mais significativo do operariado italiano: os metalúrgicos. Em primeiro lugar, o acompanhamento dos acontecimentos russos e particularmente o desenvolvimento do debate sobre a questão agrária vão influenciar bastante o jovem Gramsci. Em segundo lugar, a crise da sociedade italiana, que parecia se abrir para uma solução revolucionária, com o movimento de ocupação das fábricas por parte dos operários metalúrgicos, dava o plano

¹² Idem, p. 32.

¹³ Cfr. Salvadori, M. op. cit., p. 400.

¹⁴ Cfr. Gramsci, A. "Clericali e Agrari", in Scritti giovanilli, Einaudi ed., Torino, 1975, IV ed., p. 41.

de fundo para o trabalho de Gramsci.

É da experiência russa que ele vai assimilar, como fundamental, a proposta dos "Conselhos de operários e camponeses".

Para Salvadori:

O Conselho de Gramsci não é só a célula funcional de uma ordem nova: ele é também e, sobretudo, uma criação espiritual. Se nós lermos duas, três ou mais vezes aquele bloco de escritos de 1918 a 1920 veremos emergir duas constantes, duas idéias fixas: o Conselho e a força da espiritualidade, que se exprime na vontade, em inteligência, que se desvincula do servilismo em direção aos dados de fato, e parte do real para superá-lo na obra criativa de um projeto de vida que enriqueça, eleve o homem.¹⁵

Na situação concreta italiana, Gramsci via a necessidade de organizar o impulso revolucionário do país na forma dos Conselhos e dar-lhes como conteúdo aquele da "aliança operário-camponesa".

Ainda segundo Salvadori, Gramsci via nos Conselhos o verdadeiro instrumento da revolução, cabendo ao partido o papel de coordenador do processo revolucionário. Isto porque ele entendia os Conselhos, não como meros órgãos técnicos de produção industrial ou de democracia industrial, mas como instrumento da "democracia dos produtores".¹⁶

Se os Conselhos eram os organizadores dos produtores, eles deveriam existir também no campo. No seu artigo intitulado "Os acontecimentos de 2-3 de dezembro de 1919", escrito com Togliatti, Gramsci aponta a necessidade de se organizar o protesto "espontâneo" das massas camponesas do sul.

¹⁵ Salvadori, M. op. cit., p. 401.

¹⁶ Idem, p. 403.

No campo devemos contar sobretudo com a ação e com o apoio dos camponeses pobres, dos "sem-terra". Eles serão impulsionados a moverem-se pela necessidade de resolver o problema da sobrevivência, (...) pela necessidade de lutar pelo pão; e também pela mesma necessidade, contra o perigo sempre presente de morte por fome ou bala, serão obrigados a fazer pressão sobre os outros setores da população agrícola, para obrigar-lhes a criar, também no campo, um organismo de controle coletivo da produção.¹⁷

Esse organismo, o "Conselho dos Camponeses" deveria, ainda segundo Gramsci, fazer um trabalho de "coesão e de transformação psicológica e técnica" da situação dos camponeses visando a superação do capitalismo. Na medida em que o operariado se organizasse para a conquista da fábrica e o camponês para a conquista da terra, estava aberto o caminho natural para o encontro das duas forças, para a "criação dos órgãos do poder proletário".¹⁸

Desta maneira, Gramsci projeta a revolução italiana com seus vários nexos: a revolução se baseará na "aliança operário-camponesa" que tem sua organização político-institucional nos Conselhos e seu centro unificador no Partido; os pólos fundamentais desta luta serão o norte e o sul, onde se concentram as fábricas e os "sem-terra".

De acordo com Salvadori:

A formação dos Conselhos para Gramsci deveria acompanhar o curso revolucionário, intensificar-se com a intensificação daquele; assim se criaria uma dualidade de poder: de um lado o Estado burguês, do outro o anti-Estado proletário, enquanto este, enfim estruturado, não derrubasse aquele; mas quando isso acontecesse, exatamente pela presença dos Conselhos, a revolução teria sua força nas próprias massas já organizadas no seu local de produção e, portanto, prontas a substituir com sucesso poder da burguesia.¹⁹

¹⁷ Gramsci, A. "Gli avvenimenti del 2-3 dicembre", in L'Ordine Nuovo, Einaudi ed., Torino, IV ed., 1975, p. 66.

¹⁸ Cfr. Idem, pp. 66-67.

¹⁹ Cfr. Salvadori, M. op. cit., pp. 404-5.

Gramsci vai desenvolver o tema da "aliança operário-camponesa através dos "Conselhos de operários e camponeses" em três artigos escritos entre 1919 e 1920 e intitulados "Operai e Contadini".

No primeiro texto, publicado no jornal da seção turinesa, "L'Ordine Nuovo", Gramsci avança uma análise mais específica sobre a condição do camponês.

Para ele, o capitalismo em países atrasados como Itália e Rússia permitiu a sobrevivência no campo de formas econômicas e psicológicas tipicamente feudais. O camponês, nesta situação, não conhecia a sociedade moderna e, portanto, concebia as instituições econômicas e sociais do campo como imutáveis e naturais.

A mentalidade do camponês era ainda aquela do servo da gleba, que se revoltava contra o senhor em determinadas ocasiões, mas que era incapaz de desenvolver uma ação sistemática e permanente visando a mudança das relações econômicas e políticas.²⁰

A guerra, entretanto, vai causar uma mudança nesse quadro e no papel do camponês no processo de transformação social. Explicando esta questão, afirma Gramsci:

A guerra restringiu as nações capitalistas mais atrasadas e, portanto, menos dotadas de meios mecânicos, a arrolar todos os homens disponíveis para opor massas enormes de carne viva aos instrumentos bélicos dos impérios centrais. (Assim) os instintos individuais se diluíram, uma alma comum unitária se modelou, os sentimentos se igualaram, se formou um hábito de disciplina social: os camponeses conceberam o Estado na sua complexa grandiosidade, na sua incomensurável potência, na sua complicada construção.²¹

²⁰ Gramsci, A. "Operai e Contadini", in L'Ordine Nuovo. 1919-1920, Einaudi ed., Torino, IV ed., 1975, p. 23.

²¹ Idem, p. 24.

Essa situação — ainda segundo Gramsci — permitiu a criação de uma solidariedade e uma mudança na mentalidade do camponês que, na Rússia, se tornou uma das condições da tomada do poder: a vida em grupo permitiu o nascimento dos "Conselhos de Delegados Militares" que, agrupando os soldados-camponeses possibilitou seu contato com a classe trabalhadora e, com o fim da guerra e o retorno dos soldados às suas cidades, permitiu a proliferação dos "Conselhos de camponeses".

Na Itália, Gramsci via condições históricas similares àquela russa e percebia a necessidade da modernização do campo como condição para a superação da crise econômica e social gerada pela guerra. Esta modernização, que no capitalismo significaria desemprego e desorganização da produção, só seria viável com o advento do Estado socialista. Daí a importância, para os camponeses pobres, de sua aliança com os operários industriais visando a transformação industrial da agricultura e de toda a sociedade.

Mas Gramsci enfatizava que somente após uma experiência aglutinadora como aquela da guerra, aliada a uma situação de crise econômica, seria possível esta aliança. E tendo em vista o exemplo dos Conselhos na Rússia, a aliança tinha como pressuposto a organização autônoma dos camponeses, a partir de suas necessidades concretas:

*Qualquer trabalho revolucionário tem possibilidade de bons resultados só quando se funda sobre as necessidades da suas vidas e sobre as exigências da sua cultura (...). Nas condições atrasadas da economia capitalista de antes da guerra não era possível o surgimento e o desenvolvimento de vastas e profundas organizações camponesas, nas quais os trabalhadores do campo se educassem para uma concepção orgânica de luta de classes (...)*²²

Só assim seria possível a tarefa de ligar o campo à cidade, ou seja, através do surgimento de instituições de campones

²²Ibidem, p. 26.

ses pobres, onde o Estado socialista pudesse se apoiar e se desenvolver.

No segundo texto "Operai e Contadini", escrito em janeiro de 1920, Gramsci vai explicitar o mecanismo econômico-social de ligação entre operários e camponeses:

A palavra-de-ordem "terra aos camponeses" deve ser entendida no sentido de que as indústrias agrícolas e as fábricas modernas devem ser controladas pelos operários agrícolas organizados por indústria e por fábrica, deve significar que as terras cultivadas extensivamente devem ser administradas pelos Conselhos de Camponeses pobres das vilas e das cidades agrícolas. (...) A regeneração econômica e política dos camponeses não deve ser procurada na divisão das terras incultas ou mal cultivadas, mas na solidariedade do proletariado industrial que tem necessidade, por sua vez, da solidariedade dos camponeses; que tem interesse em que o capitalismo não renasça economicamente da propriedade da terra e tem interesse em que a Itália meridional e as ilhas não se tornem uma base militar da contra-revolução capitalista.²³

Nesses textos, Gramsci trabalha o conceito de "aliança entre operários e camponeses" segundo os moldes leninistas, se afastando completamente da visão meridional de Salvemini. Fazendo um paralelo com a situação russa, no que diz respeito à existência de uma "questão camponesa" e da influência da guerra sobre a sua mentalidade, ele vai analisar a situação italiana para recriar nela a proposta da "aliança".

Além da experiência russa, ele acompanha atentamente os acontecimentos da Hungria e Alemanha, ressaltando que a falta de apoio dos camponeses permitiu o triunfo da reação:

Esse é o tema do terceiro texto "Operai e Contadini":

²³ Gramsci, A. "Operai e Contadini", in op. cit., pp. 317-8.

A questão camponesa instiga o escritor da "Stampa". Ele a coloca entre os pés, alegremente, triunfalmente. Os camponeses serão o martelo do comunismo: atenção operários! Quereis liberar vossa nuca do pezinho bem calçado da civilizada burguesia moderna? Encontrareis sobre a nuca a bota ferrada do camponês! (...) A luta de classe não assumiu ainda formas difundidas e organicamente conscientes no campo. (...) Na Alemanha e na Hungria o movimento operário não se fez acompanhar de um movimento dos estratos pobres camponeses: a cidade em revolta permaneceu sô, circundada pela incompreensão e pela indiferença do campo e a reação clerical e capitalista se apoiou solidamente sobre o campo.²⁴

Gramsci vai trazer também do pensamento leninista a solução para o problema da relação de força, ou seja, da hegemonia entre operários e camponeses no interior da aliança: os operários e os camponeses são "as duas energias da revolução proletária", um não pode vencer sem o outro e, neste sentido, a sua ligação se dá em uma aliança orgânica. No entanto, é ao proletariado que cabe o papel de guia do processo, por causa da proeminência que a indústria tem no capitalismo moderno.

Em um texto intitulado "Il problema della forza" ele explica essa relação:

*Se os operários, centralizados nas cidades industriais, serão os principais atores da revolução comunista, o principal ator da ação pré-revolucionária será, por sua vez, a massa camponesa. Os movimentos das massas do campo aniquilarão definitivamente o poder do Estado burguês porque aniquilarão a força militar. Nenhum exército é suficiente para domar o campo em revolta: os regimentos que parecem invencíveis, se reunidos nas ruas de uma cidade, se tornam uma ilusão na imensidão do campo (...)*²⁵

A diferenciação do papel de cada força no processo revolucionário (e mesmo depois da revolução) não diminui em nada a importância do campesinato. Se ele deveria se colocar sob

²⁴ Gramsci, A. "Operari e Contadini", in op. cit., p. 89.

²⁵ Gramsci, A. "Il problema della forza", in op. cit., p. 102.

a direção do operariado industrial, em função da disciplina e organização que este adquiriu no seu processo de constituição enquanto classe, por sua vez ele não é capaz de alcançar o objetivo revolucionário sem o apoio do campo, já que o campesinato é a maioria da população e se constitui na única classe nacional (ou seja, distribuída em todo o território, apesar de ter um setor significativo no Mezzogiorno).

Além da massa dos camponeses, o proletariado deveria conquistar os proprietários médios e os intelectuais para o bloco revolucionário:

(a classe operária), prosseguindo sem transigir na sua estrada, (...) destacará os camponeses pobres e os pequenos proprietários dos ricos, dos exploradores e os fará seu auxiliar na criação do Estado operário (...). (Por sua vez)

O técnico se reduzirá também a um produtor, ligado ao capitalista pela relação nua e crua de explorador e explorado. A sua psicologia perde as incrustações pequeno-burguesas e se torna proletária, revolucionária.²⁶

Não obstante a clareza das propostas do jovem Gramsci, a questão agrária nos escritos de 1919-1920 é ainda "a questão camponesa e agrária em geral", ou seja, ele ainda não distinguia a questão agrária dentro do desenvolvimento desigual do capitalismo (contradição norte-sul) como fará posteriormente com a conceituação da "questão meridional". Ao mesmo tempo, a experiência do grupo "L'Ordine Nuovo" dentro do Partido Socialista, ao contrário do proposto, ficará restrita à organização do operariado citadino, o que levou à sua derrota na experiência de ocupação das fábricas em 1921.

Isso se deu, não porque a proposta da "aliança operário-camponesa" fosse incorreta, mas pela visão do Partido Socialista, impregnado do reformismo social-democrático, que conce-

²⁶ Idem, pp. 79-82.

bia a revolução como conquista do Estado através das instituições tradicionais como sindicatos e partidos, não estando, portanto, preparado para uma proposta como aquela de Gramsci. Diz Salvadori:

Tal temática é um programa para uma força política que, nos seus componentes, ou está preparada a acolhê-la de modo eficaz, ou não pretende acolhê-la. (...) Faltando assim a força que pretenda acolhê-la, o programa de Gramsci ganha a fisionomia de um projeto de sociedade proclamado para a formação de novas consciências.²⁸

Por outro lado, a experiência da ocupação das fábricas se inseria em um contexto de crise do capitalismo (causado pela primeira guerra) que se traduziu em um otimismo sobre a possibilidade da revolução mundial. Mas a frustração de diversas experiências (Alemanha, Hungria e Itália, etc.) e as dificuldades da Rússia em consolidar sua revolução (revolta de Kronstadt e a NEP), vão gerar uma reviravolta no movimento operário internacional. Um setor vai se desligar dos partidos socialistas e criar aqueles comunistas, elaborando uma nova tática para enfrentar a nova conjuntura (a "estabilização relativa do capitalismo", corresponde a proposta de "Frente Única").

É nesse contexto que nasce o Partido Comunista Italiano, formado pelas frações "bordiguista", pelos jornais "Avanti" e "Ordine Nuovo", todos vindos do PSI.²⁸

²⁷ Cfr. Parlato e De Felice, op. cit., pp. 17 e ss., e Salvadori, op. cit., pp. 410-11.

²⁸ Bordiga era o chefe da tendência "esquerdista" do PSI que, na luta contra a direita dirigida por Serrati, se compõe com o grupo "L'ordine Nuovo" e "Avanti" do Piemonte. Esta aliança foi baseada na posição de Bordiga que se dizia seguidor da "Internacional" e assim permitiu o rompimento das tendências com o Partido Socialista e a criação do PCI no Congresso de Livorno em 1921. Bordiga, nascido em uma família de classe média napolitana (pai professor universitário e mãe de família nobre), a partir da visão progressista do pai se coloca em uma posição avançada, dirigida ao socialismo. Ele entra no PSI através do contato com

À propósito do Congresso de Livorno (15-20 de janeiro de 1921), onde nasceu o PCI, Gramsci escreve um artigo onde delinea o que se pretende com o novo partido, no que diz respeito à relação operários e camponeses.

Tendo como pressuposto o desenvolvimento do capitalismo na Itália, que criou um tipo particular de relação entre cidade e campo, Gramsci retoma a proposta de "aliança operário - camponês" como a única saída para o problema da exploração do norte sobre o sul. A "aliança" se concretizaria através da complementação da revolução burguesa no país, tarefa que a burguesia deixara incompleta:

Sõ a classe operária pode conduzir a bom termo o laborioso esforço de unificação iniciado com o "Ri-sorgimento". A burguesia unificou territorialmente o povo italiano; a classe operária tem a tarefa de concluir a obra da burguesia, tem a tarefa de unificar economicamente e espiritualmente o povo italiano. Isto sõ pode acontecer despedaçando a atual máquina do Estado burguês. ²⁹

Essa tarefa de unificação de todo o povo italiano, pressunha o rompimento do movimento operário com a aristocracia operária e com a política reformista dos socialistas para, então, enfrentar definitivamente a situação de exploração em que vivia o campesinato. Segundo Gramsci:

textos de Marx ("Manifesto" e "Crítica da economia política") e logo assume uma **postura ética** contra a burguesia e contra qualquer compromisso com ela, que mais tarde se consolidaria "naquele esquematismo doutrinário" que ficou caracterizado como "bordiguismo". A posição "obreirista" de Bordiga vem, entre outros motivos, de sua concepção estreita e sectária da relação partido-classe e da sua incapacidade em distinguir tática e estratégia. Para ele, a necessidade de se separar dos reformistas era entendida como a negação de qualquer aliança com outras forças sociais e de ligação somente com a classe operária. Cfr. Livorsi, F. Introdução in Bordiga A., Scritti Scelti, Feltrinelli ed., Milano, 1975, p. 31.

²⁹ Gramsci, A. "Il Congresso de Livorno", In Socialismo e fascismo, Einaudi ed., Torino, IV ed., 1971, p. 41.

O destaque que haverá em Livorno entre comunistas e reformistas terá especialmente este significado: a classe operária revolucionária se destaca daquelas correntes degeneradas do socialismo que estão apodrecidas no parasitismo estatal, se destaca daquelas correntes que tratam de explorar a posição de superioridade do norte sobre o Mezzogiorno, para criar a aristocracia operária.³⁰

No entanto, o fato da direção do partido estar nas mãos de Bordiga impede que o debate sobre a "questão meridional" seja aprofundado, pois ele não a considerava prioritária para o movimento operário.

Como diz Franco Livorsi, em sua "Introdução" ao livro de Bordiga:

(Com relação à questão agrária, ele) negava (...) a existência de uma questão meridional específica no interior da questão do socialismo nacional. O sul, para ele, não é senão a face atrasada de um único sistema capitalista italiano, e a intransigência, no sul, é para ele ainda mais válida que no norte, enquanto contribui para a demarcação das classes, e, portanto, para a formação daquelas condições de luta proletária ainda carentes.³¹

Por outro lado, a luta interna pela consolidação do partido no seio das massas, exigirá um grande esforço de seus militantes, obrigando-os a abandonar as questões específicas da realidade italiana, em função da problemática mais geral da interpretação teórico-política do movimento operário. Pode-se dizer, então, que este período se caracterizará, na história do partido, por um hiato entre as posições assumidas entre 1919-1920 e aquelas de 1924-25, quando Gramsci assume a sua direção e retoma, de forma mais articulada e aprofundada, as suas propostas.

³¹Livorsi, F. Introduzione. In op. cit., p. 31.

³²Gramsci, A. op. cit., p. 42.

Já nas "Resoluções propostas pelo Comitê Central ao II Congresso do Partido Comunista da Itália" (1922), assinado por Gramsci e Angelo Tasca, se pode perceber o esforço de Gramsci em esclarecer sua posição.

Partindo da crítica ao Partido Socialista, que havia se deixado conquistar pelos camponeses e refletia no seu interior o "caos que reinava no campo", Gramsci, por ocasião do Congresso, acentua a necessidade da concretização da aliança entre camponeses e operários:

Nós confundimos frequentemente os operários com os camponeses. Eles são duas classes diferentes. O Partido Socialista se baseava nas duas classes e daí derivava o fato que houvesse nele duas almas. A classe dos operários e aquela dos camponeses podem entrar em acordo de forma orgânica, como o que foi proposto pelo Partido Comunista na sua tese sobre a questão agrária, mas não se deve crer que os camponeses possam se tornar comunista. O Partido Comunista deve manter a sua fisionomia de partido operário, o qual tem centros de ação no campo. ³² (grifos nossos).

Sobre isto diz Giarrizzo em seu texto "Il Mezzogiorno de Gramsci":

Com esta avaliação, Gramsci reassume icasticamente seu juízo cultural e político sobre a novidade histórica do pós-guerra italiano. A guerra produziu um salto na psicologia coletiva do mundo camponês. A crise política, porém, bloqueara a saída revolucionária do processo. A política dos partidos "camponeses" tinha se polarizado, ou em uma ameaça do campo em relação à hegemonia da cidade; ou em uma ambígua perspectiva de "terra aos camponeses", fora de qualquer projeto global de "regeneração econômica e política dos camponeses", e tinha conseguido suscitar o alarme da cidade (...).³³

³² Gramsci, A. op. cit., p. 42.

³³ Giarrizzo, G. "Il Mezzogiorno di Gramsci", in Política e storia in Gramsci I, Ed. Riuniti, Roma, 1977, p. 343.

Diante desse quadro se tornava fundamental que o partido, aberto à nova realidade, agregasse as massas, e preparasse a construção do governo revolucionário de camponeses e operários.

Mas Bordigha tinha uma posição diferente sobre o que deveria ser o partido da classe operária. De acordo com Livorsi, para Bordigha o partido operário deveria ser o instrumento que possibilitaria a transformação da massa do operariado, em "classe operária". Portanto, para ele, o proletariado enquanto tal não era concebível sem partido político; a "massa do operariado" era, então, considerada apenas um agregado sociológico. Toda esta visão de Bordigha era consequência de uma certa interpretação do marxismo: para ele a teoria marxista é "tão luminosamente confirmada pelos acontecimentos históricos do presente, que nos autoriza a segui-la no sentido mais estreitamente intransigente, diferenciando-se de todas as outras escolas".³⁴ Daí a sua visão sectária sobre o partido e as classes sociais.

Dessa forma, diz Salvadori, "o Partido Italiano permanecia fechado em concepções que tendiam a impedir a tomada da consciência de que os termos da luta requeriam uma adequação tática do partido".³⁵

Para tirar o PCI, apenas fundado, daquela situação de isolamento, Gramsci vai propor um novo programa para o partido tendo em vista a realidade política do momento. Neste programa, ele analisa o fascismo como sendo o resultado da falência do plano "giolittiano", fundado na integração da classe operária no sistema burguês (através da aristocracia operária), na subordinação da burguesia rural aos seus interesses e na exploração das massas camponesas. Desta maneira, o fascismo representa a tomada da direção do Estado pela burguesia rural que, através da supressão da democracia parlamentar e sua substituição por um regime de violência, pretendia impedir qualquer organização das classes populares.

³⁴ Livorsi, F. op. cit., p. 31.

³⁵ Salvadori, M. op. cit., p. 420.

Por outro lado, ele continua, a vitória do fascismo significou a derrota das outras propostas burguesas para o desenvolvimento do país. Em primeiro lugar, daquela de tipo "radical-socialista" do jornal "La Stampa", que propugnava a absorção da aristocracia operária do norte no sistema hegemônico setentrional-piemontês; e em segundo lugar, da defendida pelo jornal "Corriere della Sera" que propunha uma solução mais conservadora, chamando para o poder a pequena burguesia meridional e estabelecendo, assim, uma democracia rural.³⁶ Mais tarde, ele nota, o fascismo consegue o apoio de grande parte da burguesia italiana.

Além de analisar a conjuntura italiana, Gramsci se refere também às propostas da "III Internacional" sobre a conjuntura mundial: as propostas de "Frente Única" e de "Governo operário-camponês".

Em base a esse quadro Gramsci propõe que se reproduza "na situação existente (1924-26) na Itália, a posição assumida nos anos 19-20", ou seja, que se traduza para a realidade italiana a proposta de um "governo operário-camponês" como se havia tentado em 1920 com os Conselhos. Diz Gramsci:

Estabelecer concretamente o significado italiano da expressão "governo operário e camponês"; dar a esta expressão uma substância política nacional. Isto não pode acontecer se não se examina os problemas mais vitais e urgentes das massas camponesas: em primeiro lugar, portanto, problemas específicos que se reassumem na expressão "questão meridional".³⁷

A partir de 1924 começa a se consolidar todo este esforço do grupo "L'Ordine Nuovo" em se diferenciar da posição bordiguista e trabalhar para a formação de uma nova classe dirigente comunista.

³⁶ Gramsci, A. "Problemi di Oggi e Domani", in L'Ordine Nuovo. 1924, nº 3-4, apud Salvadori, M. op. cit., pp. 418.

³⁷ Gramsci, A. "Il Mezzogiorno e il fascismo", in op. cit., p. 174.

O fato de Gramsci assumir a secretaria-geral do partido nesse mesmo ano, logo após seu exílio em Moscou onde ficara dois anos, significou uma vitória da sua posição sobre a "esquerda" no PCI.

No entanto, para levar adiante a proposta de Gramsci era preciso uma auto-crítica do partido sobre a sua história, sobre sua tática e sua estratégia, a fim de se analisar as falhas e os pontos positivos. Para isto, Gramsci vai fazer uma crítica ao surgimento do partido com a cisão de Livorno, colocando-a como "o maior triunfo da reação" porque tinha significado a "separação da maioria do proletariado italiano da "Internacional Comunista", provocando assim um "estado de necessidade", auto-defesa e de pessimismo nos quadros do partido.³⁸ Portanto, era fundamental para a inserção do partido na realidade do momento, romper com aquela "mentalidade livornista" que, segundo Gramsci, se preocupava demais no confronto com o Partido Socialista e colocava em segundo plano as propostas do partido e da Internacional.³⁹

Dessa forma, Gramsci conclui, o PCI deveria voltar todos os seus esforços para a tarefa de:

(...) continuar nos termos políticos atuais, a tradição de intérprete fiel e integral do programa da Internacional Comunista. O problema urgente, a palavra-de-ordem necessária hoje é aquela de "governo operário camponês": se trata de popularizá-la, de adequá-la às condições concretas italianas, de demonstrar como ela surge de cada episódio de nossa vida nacional, como ela reassume e contém em si todas as reivindicações das multiplicidades de partidos e tendências nas quais o fascismo desagregou a vontade política da classe operária, mas especialmente das massas camponesas.⁴⁰

³⁸ Togliatti, Palmiro. La formazione del grupo dirigente del Partito Comunista Italiano. Ed. Riuniti, Roma, 1971. III ed., p. 102.

³⁹ Cfr. Parlato e De Felice, op. cit., p. 18

⁴⁰ Gramsci, A. "Il programa de L'Ordine Nuovo", in La costruzione del partito comunista, 1923-1926, Einuaid ed., Torino, 1971, IV ed., p. 21.

Dessa maneira, a proposta de "aliança operário-camponês" volta aos escritos de Gramsci mas agora de forma diferente. Aquela generalidade do jovem Gramsci é substituída por uma proposta muito concreta de "pesquisar os menores indícios ou germes de uma oposição que surgisse da base (ex-combatentes, dannunzianos, católicos de esquerda, regionalistas, sardistas, etc.) e em especial no Mezzogiorno", dentro de uma estratégia de se formar um novo poder a partir da mobilização constante das massas, capaz de derrubar o fascismo.⁴¹

Naquela situação de crise em que se encontrava o país, a consigna de "república federal dos operários e camponeses" era entendida por Gramsci como o único meio de mobilizar os operários e os camponeses, já que ele tinha claro que, no caso de uma retomada democrática, os comunistas estariam em minoria, com os operários seguindo ainda os socialistas e a burguesia liberal.

Diz Gramsci no seu artigo "La crisi italiana", publicado no "L'Ordine Nuovo", em 1924:

*A situação é "democrática" porque as grandes massas trabalhadoras estão desorganizadas, dispersas, pulverizadas indistintamente no povo. (...) A tarefa essencial do nosso partido consiste na conquista da maioria da classe trabalhadora; a fase que atravessamos não é aquela da luta direta pelo poder, mas uma fase preparatória, de transição à luta pelo poder, uma fase enfim de agitação, propaganda, e de organização.*⁴²

Ou seja, era preciso um grande trabalho por parte do Partido Comunista, de modo a impedir que o despertar político do país nos anos 23-24, fosse hegemônico pela direção liberal burguesa.

⁴¹ Gramsci, A. "La lettera per la fondazione del L'Unita", in Parlato e De Felice, op. cit., pp. 80 e ss.

⁴² Gramsci, A. "La crisi italiana", in La costruzione del partito comunista, 1923-26, Einaudi ed., Torino, IV ed., 1971, p. 37.

Portanto, o fracasso do "Aventino"⁴³ coloca para o partido a necessidade de se preparar para a fase de "transição", mas sem se esquecer que a questão do poder também teria de ser reaberta. Segundo Togliatti:

*(é necessário) que as forças da classe operária entrem no jogo político enquanto força de classe, distinguindo-se das forças dos grupos da oposição burguesa. A confusão das forças dos operários e dos camponeses, com as forças anti-fascistas burguesas não pode ter como consequência senão uma solução sempre mais à "direita", ou seja, sempre mais reacionária para a crise política atual.*⁴⁴

A forma concreta de viabilizar a "aliança operário-camponesa" dentro desta conjuntura é novamente através da organização autônoma do movimento popular revolucionário nos "Comitês operário e camponês". Os "Comitês", como os Conselhos dos anos 20, deveriam estar independentes de quaisquer partidos. Diz Gramsci:

*Trata-se de comitês eleitos, nos quais a massa operária e camponesa possa ser representada por homens da sua confiança, sejam estes comunistas, massimalistas, unitários, populistas, republicanos ou de qualquer outro partido, para a luta contra o regime fascista.*⁴⁵

Dessa forma, estavam lançadas as bases daquela que seria a verdadeira oposição popular, rejeitada pelos partidos liberais. Como sujeitos desta ação de mobilização contra o fascismo, Gramsci vai indicar os operários do norte e os camponeses do sul.

⁴³ Depois do assassinato do deputado Matteotti em 1924, as forças liberais do Congresso, onde Gramsci era deputado, se retiraram para o Monte Aventino, em sinal de protesto pelo acontecido. Gramsci, então, vai propor a eles a chamada à greve geral e a criação de um anti-parlamento, o que não foi aceito pelos moderados que esperavam que o rei destituisse Mussolini. Desde então, o PCI se retira do bloco da oposição.

⁴⁴ Relatório de Togliatti à Secretaria do "Comintern" in Rinascita, 19 Setembro de 1962, apud Parlato e De Felice, op. cit., p.24.

⁴⁵ Gramsci, A. "Domande che attendono sempre una risposta", in L'Unita, 7-11-1924, apud Salvadori, M. op. cit., p. 421.

Além de todos os motivos que Gramsci vinha enumerando, até então, para o fato dos camponeses do sul serem os aliados "naturais" dos operários do norte, naquela conjuntura de crise do fascismo ele vai acrescentar mais uma: o fato do fascismo ter eliminado no sul um estrato de antigos dirigentes que representavam a força anti-fascista, o que impedia qualquer possibilidade de formação de um "partido radical camponês". Assim, caberia ao Partido Comunista organizar autonomamente os camponeses e saldar com eles a aliança revolucionária.

É dentro dessa perspectiva que se explica o apelo da "Internacional Camponesa" ao "Congresso do Partido Sardo da Ação" (apelo redigido por Rodolfo Grieco sob a inspiração de Gramsci) no sentido de convidar seus membros para uma aliança com base num "programa mínimo": - expropriação da burguesia industrial e dos grandes proprietários de terra, tendo em vista a incapacidade dos camponeses de se libertarem por conta própria da exploração capitalista.⁴⁶

Com esse "programa mínimo" pretendia-se encurtar o período da transição democrática, através do encaminhamento das reivindicações populares que permitiriam a consolidação das organizações camponesas.

É com esse mesmo objetivo que se constitui, em 1924, a "Associação Nacional de Defesa dos Camponeses" que, ao contrário da "Confederação dos Trabalhadores da Terra", formada por camponeses e assalariados rurais, organizava somente camponeses.

Diz o "L'Unità" a respeito do fato:

(...) os camponeses meridionais (...) - pela primeira vez na história - formam uma organização própria e entram decisivamente na batalha política e social do nosso país, para levar a ela o peso de sua vontade e de suas aspirações.⁴⁷

⁴⁶ Cfr. Salvadori, op. cit., p. 422.

⁴⁷ Parlato e De Felice, op. cit., p. 25.

Todo esse esforço do partido resultou num grande crescimento, tendo o número de seus membros aumentado de 9.000 para mais ou menos 20.000.

NO "III Congresso " do partido, em 1926, são apresentadas as "Teses de Lion", que representam a conclusão de todo aquele processo de elaboração e aquisição teórico-política, por parte do PCI, sobre a questão agrária:

O projeto apresentado para discussão constava de 5 partes: (1) teses sobre a situação internacional (situação econômica e situação política); (2) teses para o trabalho nacional e colonial; (3) teses agrárias; (4) teses políticas (situação italiana e bolchevização do PCI) e (5) teses sindicais.

Destas teses, foram publicadas as de caráter político com o título "Tese sobre a situação italiana e sobre as tarefas do PCI", sendo que as demais se encontram em arquivos do Estado. Isto significa que o texto definitivo das "Teses de Lion" teve uma pequeníssima difusão logo após o Congresso, devido à situação de semi-ilegalidade em que se encontrava o partido.

Especificamente sobre as "Teses Agrárias", publicadas no semanário "Rinascita" em 25 de novembro de 1983, se supõe que foram redigidas por Ruggero Grieco que, aceitando assumir a seção agrária do partido, elabora um trabalho de análise da situação do campo, visando a organização dos camponeses do Mezzogiorno.⁴⁸

Nas premissas que antecederam o texto propriamente dito, Grieco faz referência às "Teses agrárias de Lênin" (1920) e aquelas de Buckarin (1922) como fonte de inspiração para a realidade italiana. De fato, o texto vai seguir aquela metodologia usada por Lênin de, a partir da realidade concreta,

⁴⁸ Cfr. Pistillo, Michele. "Questo documento", in Rinascita, nº 46, 23 de novembro de 1983, p. 20.

descobrir as múltiplas determinações que a caracteriza e, então, programar as alianças e política, visando superá-la.

O texto inicia com a análise da estratificação econômico-social da população rural na Itália e, em especial, do camponês.

A população rural italiana era composta por proletários agrícolas (trabalhadores assalariados); semi-proletários ou camponeses (que têm um pedaço de terra mas se assalariam para complementar a renda); pequenos arrendatários; camponeses médios (que frequentemente contratam assalariados); camponeses ricos e grandes proprietários agrícolas.

Dentro deste quadro, os proletários agrícolas, os semi-proletários, os pequenos arrendatários e os camponeses médios constituem a maioria da população italiana. A definição destes estratos se dá não através do tamanho de sua propriedade, mas pela "função do trabalho na produção agrícola, e das suas relações com o capital terra".⁴⁹

A partir deste pressuposto, o texto estabelece o contraste entre cada uma destas classes sociais e delas com a classe operária, permitindo assim se estabelecer uma política correta de organização do movimento operário.

Assim, segundo Grieco, enquanto o contraste entre os camponeses ricos e a classe operária deriva do antagonismo entre compradores de força-de-trabalho e aqueles que a vendem, o contraste entre camponeses pequenos, médios e semi-proletários e a classe operária deriva dos interesses divergentes sobre a economia de compra e venda.

No entanto, à medida que o capitalismo avança no campo, o contraste entre pequenos camponeses e camponeses pobres com o proletariado tende a desaparecer.⁵⁰

⁴⁹ Grieco, R. "Le tesi agrarie di Lione", in Rinascita, 23/11/83, p. 21.

⁵⁰ Ibidem.

No que diz respeito à situação do campesinato, o texto constata que os "camponeses pobres se concentram prevalentemente no sul, dando ao Mezzogiorno o caráter social de região camponesa atrasada".

E o texto continua:

Este caráter social do Mezzogiorno é a base do problema político-histórico meridional e é também um dos elementos da revolução proletária italiana. O "governo operário-camponês", na Itália significa a soldadura entre os operários do norte e os camponeses pobres do sul para a vitória sobre o capitalismo e para a defesa do Estado proletário.⁵¹

No entanto, o advento da guerra causou uma modificação na situação do campesinato. O surgimento de um novo setor de pequenos proprietários no Norte (Vale do Pô, região típica de assalariados agrícolas) que adquiri uma certa estabilidade social com a guerra, vai servir de apoio para o fascismo.

Mas esse processo de divisão da terra e crescimento da pequena propriedade vem acompanhado pela proletarização de grande parte desses camponeses, já que muitos deles não suportam a política fiscal e de preços do governo fascista.

Por outro lado, o fim da guerra forçou uma volta ao campo de trabalhadores assalariados que, com a desmobilização militar e industrial perderam o emprego. Estes trabalhadores lançando mão da palavra-de-ordem "terra aos camponeses", difundida durante a guerra pelos partidos burgueses para a propaganda da resistência, iniciaram um processo de ocupação das terras que, apesar de desordenada e restrita a certas regiões, gerou uma reação por parte do fascismo.

Essa situação de quebra do equilíbrio social do pós-guerra aumentou o sentimento anti-fascista das massas, permitindo inclusive àqueles setores que tinham apoiado inicialmente

⁵¹ Ibidem.

o fascismo, a perda de seus privilégios e a sua passagem gradativa à oposição.

Diante deste quadro aumenta a ofensiva da burguesia que assim "pode chegar à uma situação de estabilização relativa do capitalismo através de uma série de medidas políticas e fiscais, de caráter coercitivo", como redução de salários; aumento dos impostos, dos insumos agrícolas e das sementes; com o agravamento das condições de vida das massas trabalhadoras.

Tendo em vista todo este contexto, as "Teses de Lion" propõem um programa agrário, a partir das reivindicações dos camponeses:

Já que o objetivo preciso da classe operária é o abatimento do poder burguês, os operários devem assegurar-se todos os elementos que lhes garantam vencer. O proletariado, por isso, deve dirigir a luta dos camponeses pela emancipação da terra, luta que se põe — assim — sob o mesmo plano histórico da revolução operária.⁵² (grifos nossos).

Antes mesmo de nos referirmos às reivindicações contidas no programa, nos parece fundamental esta observação. Atento novamente aos ensinamentos leninistas, o partido compreendeu bem a importância da articulação tática-estratégia na revolução proletária. A tática, nesta relação dialética com a estratégia, perde o seu caráter imediato, contextual de aliança momentânea, para ser substituído por outro de longo prazo, de aliança duradoura mas que tem diversos momentos já enunciados por Lênin: o econômico, o político.

Para que a classe camponesa possa se tornar um aliado do proletariado é preciso que este lute efetivamente para a emancipação econômica e política dos camponeses. (...) (portanto) a fome de terra dos proprietários agrícolas e dos camponeses pobres italianos só pode ser satisfeita pelo proletariado italiano. A palavra de ordem "terra aos camponeses" não é só uma palavra de agitação.⁵³

⁵² Ibidem.

⁵³ Ibidem.

Nesta perspectiva de aliança, o programa agrário do PCI vai seguir aquele russo: fazer concessões aos camponeses que permitam a eles aumentar sua consciência. Assim, o partido vai interpretar a consigna "terra aos camponeses" como significando a divisão do grande latifúndio não industrializado, sem o pagamento de indenização; concessão de quotas-parte aos camponeses de acordo com a capacidade de trabalho de sua família; abolição do pagamento das taxas aos pequenos arrendatários, meeiros e colonos; abolição das dívidas hipotecárias, etc. A questão da divisão das terras é também conjugada àquela da absorção da mão-de-obra agrícola por parte da agro-indústria. ⁵⁴

Desta maneira, apesar do partido se ater às reivindicações camponesas, ele não fica no seu nível: as entende como fase de um processo maior de mobilização e organização que culminará na transformação social.

Segundo Salvadori, nas "Teses de Lion" a análise da questão meridional aparece claramente, não só como uma componente da estratégia do partido, mas como a chave para a sua justa impostação. ⁵⁵

No relatório de Gramsci sobre o "II Congresso do PCI" publicado no "L'Unitá", ele sintetiza o debate sobre a questão agrária: é necessário que o partido entre no terreno prático da organização e da ação política real no que diz respeito aos camponeses; ação esta tão mais necessária na Itália em virtude do proletariado industrial ser a minoria da população.

Para definir a política correta em relação ao campesinato Gramsci vai caracterizar os quatro agrupamentos básicos de camponeses no país: os dois primeiros são os camponeses eslavos da Istria e do Friuli, cuja organização está ligada à resolução da questão nacional, e aqueles do Piemonte cuja or-

⁵⁴ Cfr. Ibidem.

⁵⁵ Salvadori, M. op. cit., p. 425.

ganização pode ser definida como a de um "partido dos camponeses" com reivindicações mais estreitamente econômica e de caráter aconfessional, para os quais vale a tática mais geral do pensamento leniniano.

Os outros dois grupos são os maiores e os que devem ser considerados pelo partido: a massa dos camponeses católicos, agrupadas na Itália central e setentrional, que são mais ou menos organizadas pela "Ação Católica" e pelo aparato eclesástico (Vaticano), e a massa dos camponeses do Mezzogiorno.

Com relação ao agrupamento católico, o partido pretende incentivar as formações de esquerda que nascem ali em virtude da crise agrária do pós-guerra, além de procurar ele mesmo se organizar:

A tarefa do partido consiste em explicar os conflitos que nascem no terreno da religião como derivados dos conflitos de classe e de tentar colocar sempre em maior relevo o caráter de classe destes conflitos (...).⁵⁶

Finalmente, o relatório afirma a respeito dos camponeses do Mezzogiorno, "(que) depois do proletariado industrial e agrícola do norte (eles são) o elemento social mais revolucionário da sociedade italiana"⁵⁷. Isto se dá em primeiro lugar, devido ao fato dos camponeses do Mezzogiorno, ao contrário de outro setores do campesinato, não possuírem nenhuma experiência organizativa autônoma. Eles são controlados pelas classes dominantes agrárias, dentro do esquema tradicional das sociedades burguesas. Em segundo lugar, porque as relações entre capitalismo e camponeses do sul não consistem naquelas usuais entre cidade e campo, mas são agravadas e radicalizadas pelo fato que econômica e politicamente, toda zona meridional e das ilhas funciona como um imenso cam

⁵⁶ Gramsci, A. "La relazione sul III Congresso del PCd'I", in Parlato e De Felice, op. cit., pp.126 e ss.

⁵⁷ Idem.

po diante da Itália do norte, que funciona como uma imensa cidade.⁵⁸

O fato dos camponeses do sul começarem a se organizar — por exemplo no movimento dos "ex-combatentes" — e de começarem a questionar o apoio até então dado ao fascismo, aumenta a necessidade de dar-lhes uma direção diferente daquela da burguesia agrária. Mas, diz Gramsci:

Para que este trabalho de organização seja possível e eficaz é preciso que o nosso partido se avizíne estreitamente ao camponês meridional, que o nosso partido destrua no operário industrial o preconceito inculcado pela propaganda burguesa de que o Mezzogiorno seja a bola de chumbo que se opõe ao mais grandioso desenvolvimento da economia nacional, e destrua no camponês meridional o preconceito ainda mais perigoso através do qual ele vê no norte da Itália um só bloco de inimigos de classe.⁵⁹

Para isso, o partido deveria desenvolver um intenso trabalho de propaganda para dar a todos — camponeses e operários industriais — uma verdadeira consciência de classe.

Gramsci, finaliza seu texto fazendo uma crítica à posição da extrema esquerda no Partido que "espera mecanicamente do desenvolvimento, as condições objetivas gerais à realização dos fins revolucionários".⁶⁰

Todo este quadro desenvolvido até aqui, nos parece suficiente para apontar a riqueza da elaboração do Partido Comunista Italiano. A descoberta da importância dos camponeses do Mezzogiorno para a "aliança operário-camponês" é um dos pontos-chave de toda a obra gramsciana. A valorização do campesinato mais atrasado permitiu um salto de qualidade, dentro da teoria marxista, para a relação partido operário-campesinato. Na base dessa valorização está a concepção do "político"

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ Idem, p. 128.

⁶⁰ Ibidem.

e do cultural, como os verdadeiros instrumentos revolucionários na época do imperialismo, que redimensiona o papel do partido e dos intelectuais no processo de transformação social.

Somente através de um trabalho de "reforma intelectual e moral", de valorização do cultural e do político seria possível romper com o domínio burguês sobre os camponeses, deslocando sua visão anti-capitalista para uma perspectiva revolucionária.

O momento maior de elaboração desta proposta, fundamental na compreensão teórico-prática da realidade italiana é o texto "Alcuni temi della questione meridionale", escrito em 1926. Segundo consta, o texto faria parte de uma série de artigos sobre a questão agrária, que Gramsci publicaria em uma revista do partido. No entanto, sua prisão forçou-o a interromper seu projeto e o texto ficou incompleto.

Salvadori, em sua obra já citada, caracteriza assim o texto:

*É um escrito novo, inclusive no estilo, que não é aquele rápido e espedaçado do político no vivo da luta, mas o estilo mais articulado e complexo do estudioso que se reencontrará permanentemente nos "Quaderni".*⁶⁰

Gramsci começa o artigo com uma revisão dos diversos momentos da discussão da "questão agrária" dentro da história italiana e do Partido Comunista: segundo ele, desde 1920 os comunistas vêm construindo sua perspectiva de "aliança operário-camponesa". Já naquele momento, o partido entendia a palavra-de-ordem "terra aos camponeses" como uma etapa da luta revolucionária mais geral das duas classes aliadas. Por sua vez os comunistas de Turim já viam na "questão meridional" um dos "problemas essenciais da política nacional do proletariado revolucionário".⁶¹

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ Salvadori, M. op. cit., p. 425.

Com isto, eles estavam colocando concretamente a questão da "hegemonia" ou seja, da base social da ditadura do proletariado. De acordo com Gramsci:

*O proletariado pode tornar-se classe dirigente e dominante, na medida em que consegue criar um sistema de aliança de classe que lhe permita mobilizar a maioria da população trabalhadora contra o capitalismo e o Estado burguês, o que significa na Itália, na situação existente atualmente, na medida em que consegue obter o consenso de grandes massas camponesas.*⁶²

Para realizar a hegemonia, ou seja, conquistar a maioria das massas camponesas, o proletariado italiano deveria assimilar as determinações peculiares que assumiu a questão camponesa na Itália: a "questão meridional" e a "questão vaticana".

Para compreender tanto uma como outra questão, a primeira tarefa do partido era vencer o preconceito contra o camponês existente na sociedade. Esse preconceito era difundido tanto pelas classes dominantes quanto pelo Partido Socialista, com sua política de apoio àquela visão positivista que via o atraso camponês e do Mezzogiorno como uma "fatalidade natural".

Para superar este preconceito o partido vai tomar uma série de medidas, que vão desde o convite a Salvemini para se candidatar pelo partido para defender os camponeses, e a intervenção no "Círculo Educativo Socialista Sardo" no sentido de transformá-lo em uma associação classista ligada aos operários, até o trabalho de conscientização dos próprios operários do seu papel de dirigente da massa camponesa. Para isto diz Gramsci, o proletariado deveria se libertar de todos os resíduos corporativos, ou seja:

⁶² Gramsci, A. "Alcuni temi della questione meridionale", in La costruzione del Partito Comunista - 1923-26", Einaudi ed., Torino, 1971, IV ed., p. 139.

(eles) deveriam não sō pensar como proletários e não mais como metalúrgico, carpinteiro, peão, etc. mas deveriam dar ainda um passo adiante: deveriam pensar como operários membros de uma classe que tende a dirigir os camponeses e os intelectuais (...).⁶³

O que é pensar como classe dirigente? Gramsci vai dar um exemplo concreto: depois da ocupação das fábricas (1921) a FIAT faz uma proposta aos operários para que eles assumissem a gestão da empresa de forma cooperativa. Ora, esta proposta fazia parte do plano da burguesia italiana, representada por Giolitti, de retomada do desenvolvimento capitalista.

Giolitti entendeu, diante da ofensiva simultânea dos camponeses meridionais (através de suas insurreições) e do movimento operário, no começo do século, que era necessário fazer alianças com outras classes sociais para poder governar. Como parceiro, Giolitti vai escolher uma parte da classe operária visando constituir um "bloco industrial capitalista-operário", que permitisse a supressão do sufrágio universal, que restaurasse o protecionismo alfandegário, mantivesse a centralização estatal, a política reformista dos salários e a liberdade sindical".⁶⁴

O desenvolvimento do capitalismo possibilitado por esta política criou uma diferenciação nas classes sociais e um fortalecimento dos trabalhadores rurais do norte (Vale do Pô). O avanço da luta contra o capitalismo, dos trabalhadores braçais do norte, vai exigir uma mudança na tática burguesa: "Giolitti muda o fuzil de ombro e substitui a aliança entre burgueses e operários pela aliança entre burgueses e católicos que representam a massa camponesa da Itália central e setentrional".⁶⁵

Em 1921, Giolitti volta à cena para tentar enquadrar os operários da FIAT de Turim. Se os operários aceitassem a

⁶³ Idem, p. 146.

⁶⁴ Idem, p. 147.

⁶⁵ Idem, p. 150.

proposta da FIAT, isto significaria a sua submissão à políti governamental e com isto se separariam do resto da massa dos operários.

Recusando a proposta da FIAT, os operários mostraram que ser classe dirigente é ser capaz de analisar a si tuação das classes sociais em seus diversos momentos.

Mas se os operários comunistas souberam interpretar as intenções da burguesia, o mesmo não se deu em relação aos camponeses do sul. Isto devido às características do Mezzogiorno, que Gramsci passa então a analisar.

*A sociedade meridional é um grande bloco agrário constituído de três estratos sociais: a grande massa camponesa, amorfa e desagregada, os intelectuais da pequena e média burguesia rural, os grandes proprietários de terra e os grandes intelectuais. Os camponeses meridionais estão em perpétuo fermento, mas como massa são incapazes de dar uma expressão centralizada às suas aspirações e às suas necessidades. O estrato médio dos intelectuais recebe da base camponesa os impulsos para a sua atividade política e ideológica. Os grandes proprietários no campo político e os grandes intelectuais no campo ideológico centralizam e dominam, em última análise, todo este complexo de manifestações.*⁶⁶

Em seguida, Gramsci vai analisar o papel dos intelec tuais no campo, individualizando-os por setores.

*Em cada país o estrato dos intelectuais foi radicalmente modificado pelo desenvolvimento capitalista. O velho tipo de intelectual era o elemento organizativo de uma sociedade de base camponesa e prevalentemente artesanal. (...) A indústria introduziu um novo tipo de intelectual: o organizador técnico, o especialista da ciência aplicada. (...) O intelectual meridional vem prevalentemente de um setor que no Mezzogiorno é ainda notável: o burguês rural, ou seja, o pequeno e médio proprietário de terras que não é camponês, que não trabalha a terra e que se envergonharia de ser agricultor (...). Desse setor os intelectuais recebem uma áspera aversão aos camponeses trabalhadores, considerados uma máquina de trabalho que deve ser sugada até o osso e que pode ser substituída pela superpopulação trabalhadora (...).*⁶⁷

⁶⁶ Idem, p. 151.

⁶⁷ Idem, p. 152.

O terceiro tipo de intelectual que Gramsci encontra no Mezzogiorno é o padre católico: para o camponês ele aparece como um administrador de terras, como um usurário que cobra elevadas taxas e para isto usa do elemento religioso, e como um indivíduo mundano que não oferece confiança nem imparcialidade espiritual. O camponês do sul é supersticioso mas não é clerical.

O camponês é ligado ao grande proprietário de terras através do intelectual. Isto se dá pelo fato da organização camponesa de massa não ser autônoma e independente, ficando portanto no âmbito do aparato estatal: Câmara dos vereadores, prefeituras e Assembléias Legislativas.⁶⁸

É nesta situação que Gramsci vê surgir o "bloco agrário", esta estrutura econômico-social de ligação entre massas camponesas e proprietários através dos intelectuais, que funciona como intermediário e sustentáculo do capitalismo setentrional e dos bancos. O "bloco agrário" impede a realização de qualquer proposta de melhoramento da situação do campesinato meridional.

Como exemplo do poder de veto do bloco agrário, Gramsci vai se referir à única proposta burguesa de criação de um estrato médio independente no campo, que pretendia-se que servisse de "opinião pública" e limitasse a violência dos proprietários e as insurreições camponesas. A proposta de Sonnino e Franchetti nunca foi executada, devido à organização do capitalismo no sul: qualquer acumulação se torna impossível ali devido às taxas fiscais e de alfândega; e também porque os capitalistas que possuem fábricas reinvestem seus lucros noutras regiões do país.⁶⁹

⁶⁸ Cfr. Idem, pp. 154 e ss.

⁶⁹ Cfr. Idem, pp. 155 e ss.

Acima do "bloco agrário" funciona um "bloco intelectual" que impede que as fendas abertas no "bloco agrário" se tornem perigosas. A desagregação do Mezzogiorno se reflete neste bloco, que impede a organização e manifestação autônoma dos grupos intelectuais democráticos. Todos aqueles que tentaram sair do "bloco agrário", com uma visão mais radical da questão meridional, foram reabsorvidos por ele. Gramsci vai explicitar este mecanismo:

Os supremos moderadores políticos e intelectuais de todas estas iniciativas foram Giustino Fortunato e Benedetto Croce. Em uma cerca mais ampla que aquela muito sufocante do "bloco agrário", eles tornaram possível que a impostação dos problemas meridionais não ultrapasse certos limites, não se tornasse revolucionária. Homens de grandíssima cultura e inteligência, saídos do terreno tradicional do Mezzogiorno mas ligados à cultura européia e portanto mundial, eles tinham todos os dotes para dar uma satisfação às necessidades intelectuais dos mais honestos representantes da juventude culta do Mezzogiorno (...).⁷⁰

Este processo levava ao afastamento dos intelectuais das massas camponesas através de "uma linha média de serenidade clássica do pensamento e ação" que, aproximando-os da cultura clássica européia e mundial permitia sua absorção pela burguesia nacional e portanto pelo "bloco agrário". Por isso Gramsci vê como tarefa dos comunistas o rompimento desta situação pela transmissão de uma nova mentalidade aos intelectuais de esquerda. Usando como exemplo a figura de Gobetti, Gramsci vai mostrar a importância do seu trabalho de permitir a ligação do partido com os técnicos capitalistas de esquerda e com aqueles intelectuais meridionais que conseguiram se afastar do "bloco agrário".

Apesar da importância de contatos como Gobetti para o proletariado, isto não basta para a destruição do "bloco agrário":

⁷⁰ Idem, p. 158.

O proletariado destruirá o bloco agrário meridional na medida em que conseguir, através de seu partido, organizar em formações autônomas e independentes sempre mais massas de camponeses pobres; mas conseguirá em maior ou menor grau esta sua tarefa obrigatória, dependendo da sua capacidade de desagregar o "bloco intelectual" que é a armadura flexível, mas resistentíssima, do bloco agrário.⁷¹

Por isso é fundamental que na massa dos intelectuais se dê uma fratura de caráter orgânico: que se forme uma tendência de esquerda no seio dos intelectuais orientada em direção ao proletariado revolucionário. Só assim será possível o rompimento do "bloco intelectual" e a consecução da "aliança operário-camponesa".⁷²

Da síntese que esboçamos aqui é possível entrever os inúmeros conceitos lançados por Gramsci e que tornam o texto "Alcuni temi" um dos marcos fundamentais para a construção da "aliança operário-camponesa".

A característica fundamental do texto, ressaltada por Salvadori, é aquela de haver posto no centro da questão da aliança as premissas de ordem intelectual e política, ou seja, premissas "subjetivas", sem as quais o papel hegemônico do proletariado fica relegado a segundo plano.

Tal colocação — diz Salvadori — chegava a Gramsci do seu modo de entender a construção da força revolucionária, do seu anti-positivismo, anti-determinismo; da convicção que estava na base de todo o seu pensamento de que a maturação das forças materiais se exprime como potencialidade, mas só como potencialidade, para a intervenção concreta do homem.⁷³

⁷¹ Idem, p. 153.

⁷² Cfr. Ibidem.

⁷³ Salvadori, M.L. op. cit., p. 429.

A preocupação com a hegemonia já era presente desde a elaboração dos "Conselhos" de 1920 e dos "Comitês", de 1924, na questão das relações entre comunistas e não-comunistas, e, conseqüentemente, na maneira de se realizar a aliança entre operários e camponeses.

Entretanto, é em "Alcuni temi" que a questão vai adquirir sua conceituação mais explícita: a "reforma intelectual e moral" das massas é pressuposto de uma organização revolucionária:

Sem uma revolução intelectual — continua Salvadori — não será possível a desagregação dos velhos comportamentos, nos quais se manifesta a subordinação à classe dominante; e a formação de novos comportamentos. 74

É dentro desta perspectiva que vai nascer por um lado, o conceito de "bloco agrário", "que é já, em um notável grau de elaboração, o núcleo essencial da temática do "bloco histórico"; e por outro, "uma organização nova e diferenciada para centralizar, dirigir e coordenar, com a ação da classe operária, o movimento camponês". 75

Esta proposta se concretiza nos "Comitês de operários e camponeses para a luta de anti-fascista", onde as duas classes se organizam como um bloco social que tem no intelectual seu elemento agregador (intelectual este representado também pelo partido).

Esta elaboração demonstrava a capacidade do movimento operário em "superar **politicamente**, ou seja, não só organizativamente mas também teoricamente, os limites da experiência 'ordinovista'". 76 . Daí o caráter de marco, de mudança de rumo que o texto "Alcuni temi" vai representar para o movimento operário: os camponeses pobres passam a ter um papel

⁷⁴ Idem, p. 426.

⁷⁵ De Felice e Parlato, Introduzione in La questione meridionale, Ed. Riuniti, Roma, III ed., 1973, p. 29.

⁷⁶ Idem, p. 28.

ativo, de força motriz no movimento revolucionário.

Esta importância do campesinato para o movimento operário só é entendida se colocada dentro da problemática do desenvolvimento do capitalismo e do Estado. Para fazer frente ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo é preciso a união das forças exploradas (camponeses e operários), união esta que leve em consideração as desigualdades, mas também os pontos em comum dos dois aliados, formando o "bloco histórico".

O fato de serem forças desiguais, com especificidades próprias é que torna o Mezzogiorno uma situação particular. De acordo com De Felice e Parlato:

Estas especificidades, que definem a questão meridional no âmbito (e como sua manifestação concreta) das contradições capitalistas, são aquelas da territorialidade, da desagregação, de ser a questão meridional um aspecto da questão camponesa, da função dos intelectuais e sobretudo do potencial de contestação política representado pelo Mezzogiorno. ⁷⁷

Desta forma, a "questão meridional" é assumida como a forma concreta em que se manifesta na Itália, a contradição mais geral entre cidade-campo.

Portanto, o debate sobre a "questão agrária" se transformou na questão mesma da revolução proletária na Itália: nascendo no concreto de uma luta política interna e externa do partido sobre questão de tática e estratégia, a questão agrária foi, em substância, um debate de linha política. ⁷⁸

Ao conceber a aliança operário-camponesa, se por um lado Gramsci (e também Lênin) coloca claramente seu fim revolucionário, de outro, ele não elimina uma fase democrático-burguesa necessária, por exemplo, com a queda do fascismo. Tati

⁷⁷ Cfr. Idem, pp. 34-37.

⁷⁸ Cfr. Idem, p. 33.

ca e estratégia se articulam dialeticamente rompendo com aque la visão teleológica do movimento operário que caracterizava a "II Internacional".

Tanto para Lênin, quanto para Gramsci, a tarefa de levar a termo a revolução democrático-burguesa por parte do operariado significava não uma volta atrás por parte do movimento revolucionário, mas sim o exercício concreto de organização e implantação da aliança.

Esta relação socialismo-democracia é uma das grandes contribuições ao movimento operário suscitado pela proposta da "aliança operário-camponês".

Finalmente, se deve fazer referência à experiência soviética que Gramsci acompanhava atentamente e à elaboração teórica que nascia *pari passu* ao seu desenvolvimento.

Re-traduzir aquela teoria e sua correspondente proposta política para a realidade italiana, reelaborando-a em função das exigências específicas e, ao mesmo tempo resguardando as características gerais e comuns foi o grande legado de Gramsci para o movimento operário.

No entanto, o esforço genial desenvolvido por ele não impediu a derrota do movimento na Itália, inclusive com a sua prisão.

O desenvolvimento de sua análise no cárcere, apesar de seguir os mesmos princípios dos artigos do seu período de militante, aprofundam e dão nova coerência à situação do momento complementando e enriquecendo sua contribuição ao movimento ao movimento operário. X

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Nesta conclusão nos interessa ressaltar, no **método** de construção da conceituação leninista-gramsciana, uma determinada concepção de marxismo; e ressaltar, em segundo lugar, a importância deste referencial teórico-metodológico para a análise da realidade brasileira. Esta concepção se fundamenta na leitura de Marx, retomada por Lênin e aprofundada e desdobrada por Gramsci; formando assim um **veio teórico-ideológico** de fundamental importância para as análises das realidades sociais, econômicas e políticas do capitalismo.

Se a social-democracia reinterpretou as posições de Marx, criando assim uma nova teoria, re-descobriu o pensamento de Marx na tarefa concreta de organização do proletariado em luta contra as novas trincheiras criadas pela burguesia. Gramsci, tolhido de sua militância por esta mesma burguesia, então mais agressiva que nunca, partirá da sua própria experiência ampliando os conceitos leninianos para melhor enfrentar o inimigo.

Esse **veio teórico** encontra sua maior clareza e profundidade nos estudos de Gramsci na prisão, obra que ficou conhecida como os "Cadernos do Cárcere". Depois de acompanharmos o desenvolvimento e os nexos que caracterizam os conceitos mais importantes, poderemos entender realmente o alcance político e analítico deste "veio".

1- Depois de 1927 os textos de Gramsci sofreram uma mudança fundamental: de textos militantes, conseqüentes da luta concreta que se travava na sociedade, se transformam em textos reflexivos, que encarnam a nova situação do autor, o cárcere.

No entanto, diversos estudiosos insistem em apontar a continuidade que existe entre um período e outro, continuidade de esta caracterizada não por uma linearidade, mas por uma relação dialética que, no segundo momento, aprofunda e desenvolve temas lançados ou esboçados no momento anterior.

Mas toda a problemática abordada por Gramsci não pode ser entendida fora da sua preocupação em desenvolver teórica e praticamente a experiência da "Internacional Comunista". Se o pano de fundo teórico da perspectiva gramsciana implicava numa luta contra aquela visão social-democrática, presente ainda nos partidos comunistas seja nas frações moderadas que nas extremistas, o terreno da ação prático-política não era menos desafiador. A derrota dos "Conselhos" em 20-21, a dificuldade do Partido Comunista em se organizar e conquistar a massa operária, o isolamento do proletariado em relação às massas camponesas e os intelectuais, a vitória do fascismo e a sua manutenção com o apoio de outros países da Europa Ocidental colocam para Gramsci a necessidade de repensar estes temas — ainda não esgotados em profundidade.

De acordo com De Felice, em seu ensaio já citado, essa necessidade de Gramsci de conhecer a realidade italiana "assim como ela realmente é", está de acordo com as propostas do "IV Congresso da Internacional Comunista" e com o discurso de Lênin para a ocasião. Segundo Lênin:

Entendo que para todos nós, tanto para os companheiros russos como para os companheiros estrangeiros, que o essencial seja isto: depois de cinco anos de revolução russa, devemos estudar (...). Nós estudamos no sentido geral da palavra. Agora, entretanto, devemos estudar em um sentido particular, para compreender verdadeiramente a organização, a estrutura, o método e o conteúdo do trabalho revolucionário.¹

¹ Lênin, V. Opere, Ed. Riuniti, Roma, 1967, vol. XXXIII, pp. 396-7.

E De Felice continua:

Lênin como é sabido, tinha criticado como "muito russa" as resoluções do III Congresso, repropondo assim com força, a temática fundamental do seu volume sobre o "Esquerdismo", ou seja, a de como resolver politicamente o problema da circulação da experiência revolucionária, da recuperação real do valor universal do "Outubro Russo".²

A tentativa de Gramsci em traduzir para a situação nacional as palavras-de-ordem da "Internacional" e, ao mesmo tempo, desvendar as contradições suscitadas por uma determinada forma do desenvolvimento capitalista na Itália coloca a "questão meridional" no centro de suas preocupações.

Para viabilizar suas análises Gramsci revê os estudos sobre o processo de unificação nacional (Risorgimento) e reinterpreta as diversas formas políticas que o desenvolvimento capitalista, expressando-os nos conceitos de "revolução passiva", de "transformismo" e "americanismo". Também desta análise deriva a constatação da importância dos intelectuais no processo de hegemonia e da direção política na relação Estado-Sociedade Civil.

Com essa conceituação Gramsci dá corpo a toda uma série de propostas e palavras-de-ordem fundamentais para a organização do movimento operário e de seus aliados (principalmente o campesinato), contribuindo sobremaneira para o enriquecimento da teoria marxista.

No que diz respeito especificamente à "questão agrária", um dos últimos textos escritos antes da prisão, "Alcuni temi della questione meridionale" ao qual fizemos referência no capítulo anterior, tem sido apontado como o texto inspirador das reflexões do cárcere, ou seja, como o texto que lançou os problemas-chaves que seriam desmembrados e aprofundados nos "Quaderni".

² De Felice, F. Introduzione in Americanismo e Fordismo, Einaudi ed., Torino, 1978, pp. XX e ss.

A motivação imediata da reflexão gramsciana é a derrota do movimento operário italiano e mundial, derrota esta que se configura na ascensão de governos totalitários em quase toda a Europa.

Tentando entender o fascismo não como mera demonstração de força por parte da burguesia, mas como a forma encontrada por ela para a retomada do desenvolvimento capitalista, depois de um período de crise causada pela guerra, Gramsci procura no surgimento do capitalismo italiano os elementos teórico-históricos que explicariam o seu desemboco na realidade de então. Diz ele no seu texto "Il Risorgimento":

A democracia italiana, tal como foi criada em 1870, ressentida de uma sólida estrutura de classes por não ter prevalecido nela nenhuma das duas classes de proprietários: nem os capitalistas, nem os proprietários agrícolas. A luta entre estas duas classes representou, na história dos outros países, o terreno para a organização do Estado moderno, liberal e parlamentar. Na Itália esta luta quase que não existiu, ou melhor, aconteceu de forma equivocada, como uma sujeição de natureza burocrática e plutocrática, das regiões centrais e meridionais do país habitadas pelas classes rurais, às regiões setentrionais onde, por outro lado, se tinha desenvolvido o capital industrial e financeiro.³

Assim, o Estado burguês italiano nasceu de um compromisso entre a burguesia e os proprietários agrícolas: os proprietários continuaram a exercer seu poder sobre os camponeses da mesma forma que a magistratura continuou a ser recrutada no seio da pequena burguesia rural de origem camponesa. Daí a fraqueza do poder judiciário e do parlamento.

Por outro lado, a situação mundial permitiu que a bur-

³ Gramsci, A. Il Risorgimento, Ed. Riuniti, Roma, 1971, p. 64.

guesia italiana se organizasse e vencesse o feudalismo, apesar de sua pouca força.

Ainda segundo Gramsci:

*De elemento negativo e passivo, a situação internacional se torna elemento ativo depois da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas, que alarga o interesse político e nacional à pequena-burguesia e aos pequenos intelectuais, que dá uma certa experiência militar e cria um certo número de intelectuais italianos.*⁴

A diferença entre a **unificação** italiana e a **revolução** francesa leva Gramsci a confrontar uma e outra e a ressaltar os elementos de **direção política** e **hegemonia** fundamentais para a consolidação do poder jacobino:

*Por sua vez, a França rural aceitando a hegemonia de Paris, ou seja, compreendendo que para destruir definitivamente o velho regime era preciso se unir aos elementos mais avançados do "Terceiro Estado", possibilitou a organização do governo burguês, fez da burguesia a classe nacional dirigente, criou a compacta nação francesa moderna.*⁵

Pensando depois na Inglaterra, que na falta de uma força jacobina conseguiu criar um sistema de equilíbrio entre capital fundiário e capital industrial, Gramsci vai compará-la também à Itália, onde o capital industrial tomou conta do Estado, saqueando o campo, esterilizando o solo e obrigando os camponeses a emigrar.

Finalmente, Gramsci vai se referir à Alemanha, onde ele via elementos de uma e outra situação daquelas citadas acima:

⁴ Ibidem.

⁵ Idem, p. 92.

Na Alemanha o processo se desenvolve em alguns aspectos de modo que se assemelhe aqueles italianos, e por outros aqueles ingleses (...) a burguesia obtém o governo econômico-industrial, mas as velhas classes feudais permanecem como casta governante do Estado político, com amplos privilégios corporativos no exército, na administração e sobre a terra: entretanto, se estas velhas classes alemãs conservam tanta importância e gozam de tantos privilégios, por sua vez elas exercem uma função nacional, tornam-se os "intelectuais" da burguesia com um determinado temperamento dado pela sua origem de casta e pela tradição. ⁶

A partir desses exemplos históricos, Gramsci se perguntará porque, na Itália, as forças liberais de Cavour (Partito del Piemonte) prevaleceram sobre aquelas radicais de Mazzini e Garibaldi (Partito D'Azione). E ele mesmo responde:

(Porque) os liberais de Cavour não são os jacobinos liberais: eles, na realidade, (...) conceberam a unidade como alargamento do Estado piemontês e do patrimônio da dinastia; não como movimento nacional de baixo, mas como conquista régia. ⁷

Já o Partito D'Azione, que seria o partido em condições de cumprir o papel dos jacobinos, ficou dependente da influência de Cavour e do rei Vitório Emanuele II exatamente pela falta de apoio de uma classe social historicamente importante.

Para que o partido de Garibaldi desempenhasse o papel de imprimir ao "Risorgimento" um caráter mais popular e democrático seria preciso contrapor à atividade "pragmática" dos moderados um programa orgânico de governo que refletisse as reivindicações essenciais das massas populares, destacando-se em primeiro lugar as dos camponeses.

⁶ Gramsci, A. op. cit., p. 116.

⁷ Gramsci, A. op. cit., p. 65.

O Partito D'Azione não só não poderia ter — dada a sua natureza — um similar poder de atração (sobre as massas) mas era ele mesmo atraído e influenciado seja pela atmosfera de intimidação que o tornava exi- tante para acolher no seu programa determinadas reivindicações populares como por exemplo reforma agrária, seja porque alguma das suas maiores personalidades (Garibaldi) estavam, apesar de inconscientemente, em relação pessoal de subordinação aos chefes dos moderados.⁸

Gramsci faz um paralelo entre os "jacobinos" e o Partito d'Azione e vê que os franceses lutaram para assegurar uma ligação entre cidade-campo e, desta forma, conquistaram a função de partido dirigente, ou seja, se impuseram à própria burguesia francesa, conduzindo-a para uma posição muito mais avançada do que aquela do primeiro núcleo burguês.

No Partito D'Azione não se encontra nada que se assemelhe àquela determinação jacobina de se tornar partido dirigente. Na Itália, a luta se apresenta como luta contra os velhos tratados e a intervenção estrangeira sendo que a ligação de uma parte da burguesia com a Áustria (intelectuais, nobreza e proprietários de terra) nunca foi denunciada pelo Partito D'Azione. A causa de sua fraqueza deve ser procurada, portanto, na esfera econômica, na debilidade mesma da burguesia italiana.⁹ Esta fraqueza econômica expressa a sua incapacidade em exercer uma verdadeira direção político-militar.

Para Gramsci era preciso que a direção militar do processo de unificação se transformasse em um processo amplo de direção política, capaz de mobilizar as massas populares.

Portanto o problema militar era este: como conseguir mobilizar uma força insurrecional que estivesse em grau de expulsar da península o exército austríaco e também de impedir que este pudesse retornar com uma contra-ofensiva.¹⁰

⁸ Idem, p. 96.

⁹ Cfr. Idem, pp. 93 e ss.

¹⁰ Gramsci, A. op. cit., p. 118.

Por sua vez, o Partito D'Azione também não dispunha de instrumentos políticos (ele colocava os problemas a nível de princípios, abstratamente) que permitissem a ele consumir uma série de alianças entre as forças rurais e urbanas do norte e do sul, o que lhe possibilitaria imprimir à "locomotiva-força urbana setentrional — uma combinação mais útil e um ritmo aptos a construir um 'trem' que avançasse mais rapidamente na história".¹¹

O entendimento do "Risorgimento" como a incapacidade da burguesia em mobilizar o povo contra o velho regime e o invasor, ou seja, em exercer uma verdadeira direção política, explica a relação entre o Piemonte e as demais regiões submetidas ao seu domínio. É o que mostra Gramsci:

*No Risorgimento, portanto, se manifesta embrionariamente a relação histórica entre Norte e Sul como uma relação similar àquela de uma grande cidade e um grande campo, sendo esta relação não aquela orgânica e normal de província e capital industrial, mas o resultado da relação entre dois vastos territórios de tradição civil e cultural muito diversos, onde se acentuam os aspectos e os elementos de um conflito de nacionalidade.*¹²

Para que o sul participasse ativamente e nas mesmas condições do norte no processo de unificação da Itália, era preciso que este tivesse consciência da sua função dirigente de maneira "concreta" e não puramente teórica, e assim pudesse apontar as soluções necessárias aos vários problemas do país. Por sua vez, o sul teria que sentir a presença de um forte centro de direção política, capaz de aglutinar o apoio de importantes setores meridionais.¹³

Nesse quadro de fraqueza do centro hegemônico (moderado), Gramsci pergunta porque o Partito D'Azione não contra-

¹¹ Idem, p. 130.

¹² Idem, p. 132.

¹³ Ibidem.

pôs ao programa de Cavour a perspectiva de uma reforma agrária radical, que mobilizasse grandes massas e colocasse em cheque o projeto burguês. E ele mesmo responde: porque o Partido D'Azione, com sua postura "paternalista" em relação às massas (principalmente as camponesas), pensava como os moderados e considerava "nacionalista" a participação da aristocracia e dos latifundiários no processo de construção da nova sociedade.

Por outro lado, a ameaça feita pela Áustria de resolver a questão agrária em favor dos camponeses, contra a nobreza, ajudou a união da burguesia e nobreza na Itália, bem como paralisou o Partido D'Azione.

Através do exemplo do comportamento do Partido D'Azione, Gramsci conceitua o **transformismo**:

No desenvolvimento do Risorgimento o assim chamado Partido D'Azione tinha um comportamento "paternalista" e, por isto, não conseguiu, senão em medida muito limitada, colocar as grandes massas populares em contato com o Estado. O assim chamado "transformismo" não é senão a expressão parlamentar do fato de que o Partido D'Azione foi incorporado molecularmente pelos moderados e as massas populares foram decapitadas, não absorvidas no âmbito do novo Estado.¹⁴

Posteriormente Gramsci amplia o conceito de "transformismo" a partir da adaptação de uma fórmula proposta por Vincenzo Cuoco e chamada **revolução passiva**:

Vincenzo Cuoco chamou de revolução passiva o acontecido na Itália em contraposição às guerras napoleônicas. O conceito de revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas e de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino.¹⁵

¹⁴ Idem, p. 130.

¹⁵ Idem, *Quaderni del Carcere*, Ed. crítica do Istituto Gramsci, Einaudi ed., Torino, 1975. Vol. 1, p. 504.

No entanto, à medida que Gramsci aprofunda seu estudo sobre o desenvolvimento do capitalismo italiano e dos outros países europeus, o conceito de "revolução-passiva" vai adquirindo significados mais amplos.

Segundo De Felice, na sua Introdução ao livro "Americanismo e Fordismo":

Um primeiro elemento de generalização é oferecido pelo próprio Gramsci nas suas observações sobre transformismo; entendido como uma das formas históricas da revolução passiva e colhido a partir da prática concreta de duas experiências de oposição na história da Itália (Partito D'Azione e Partito Socialista): (...) transformismo molecular de 1860 até 1900 e de inteiros grupos de 1900 em diante.¹⁶

O que permite unir essas duas experiências históricas tão diversas são princípios marxistas que Gramsci vai buscar no próprio Marx.

Segundo Gramsci, na "Miséria da Filosofia", Marx afirma que:

Cada membro da oposição dialética deve tentar ser todo o mesmo.

E, mais adiante, o autor incorpora o conceito aos limites históricos da dialética marxiana:

O conceito de revolução passiva deve ser deduzido rigorosamente de dois princípios de ciência política: (1) que nenhuma formação social desaparece até que as forças produtivas que se desenvolvem nela encontrem lugar para um ulterior movimento progressivo; (2) que a sociedade não se põe tarefas cujas soluções não estejam já sendo preparadas, etc...¹⁸

De Felice acrescenta que a referência de Gramsci a esses elementos do "Prefácio" de Marx, não é feita por acaso, pois estes são exatamente os pontos que permitiram a fundamentação do marxismo economicista da "II Internacional".

Das diversas formas de "revolução passiva" que Gramsci vislumbra ao longo do desenvolvimento capitalista, em diferentes formações sociais, nos parece fundamental para a explicitação da nossa problemática — questão agrária — aquela do "americanismo".

Para entender o "americanismo" Gramsci analisa a necessidade da economia capitalista de passar do "velho individualismo econômico à economia programada", isto é, de racionalizar a economia com o fim de obter maiores lucros (fundamental diante da queda da taxa de lucros), através da introdução de modificações em toda a sociedade, ou seja, na estrutura e na superestrutura, no Estado e na sociedade civil.

Esse processo se deu de forma mais completa na América do Norte porque, como explica Gramsci:

¹⁸ Ibidem, p. 1774.

A América não tem grandes "tradições históricas e culturais" mas também não é gravada por esta capa de chumbo (das classes parasitárias herdadas das economias anteriores): é esta uma das principais razões — mais importantes que as assim ditas riquezas naturais — da sua formidável acumulação de capitais, não obstante o teor de vida superior das classes populares em relação àquele europeu. A não existência destas sedimentações viscosamente parasitárias, deixadas pelas fases históricas passadas, permitiu uma base sã à indústria e especialmente ao comércio, e permite sempre mais a redução da função econômica representada pelo comércio a uma real atividade subalterna ou, então, a tentativa de absorver estas atividades na atividade produtiva mesma. (...) Como já existiam estas condições preliminares, organizadas pelo desenvolvimento histórico, **foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força** (destruição do sindicalismo operário em sua base territorial) **com a persuasão** (altos salários, diversos benefícios sociais, propaganda ideológica e política habilíssima) **e alicerçando toda a vida do país sobre a produção.**¹⁹ (grifos nossos).

O parasitismo e a burocracia, heranças dos modos de produção anteriores, são vistos por Gramsci como o principal impedimento à racionalização e modernização da Europa, em particular da Itália. O parasitismo, que é característico do setor terciário e da pequena e média burguesia rural, gera uma superexploração do trabalho no campo que recai sobre o campesinato de forma brutal. Assim, tanto o intelectual-burocrata quanto o proprietário rural absenteísta vivem da exploração do trabalho camponês. E Gramsci confirma:

¹⁹ Idem, vol. III, p. 2146.

(Criou-se) a figura monstruosa do assim chamado "produtor de economia", ou seja, de um extrato de população passiva economicamente que, do trabalho primitivo de um determinado número de camponeses, tira não só o próprio sustento mas ainda consegue poupar; um modo de acumulação de capital dos mais monstruosos e malsão, porque fundado sobre a iníqua exploração usurária dos camponeses, mantidos à margem da desnutrição e porque custa enormemente; já que ao pouco capital economizado corresponde uma despesa inaudita, aquela que é necessária para sustentar um nível de vida freqüentemente alto de uma massa de parasitas absolutos.²⁰

Tanto em relação à racionalização da composição demográfica quanto à racionalização da produção, a Itália apresenta características que em maior ou menor grau "existem em todos os países da velha Europa e em forma pior ainda existem na Índia e na China, o que explica a paralisação da história nestes países e sua importância político-militar".²¹

O "americanismo", como a fórmula por excelência encontrada pela burguesia para inaugurar um novo período de expansão capitalista, repropõe para Gramsci, a necessidade do proletariado se preparar politicamente nesta nova conjuntura. Isto significa que ele deve assumir a direção da luta anti-capitalista exercendo a hegemonia sobre as demais camadas intermediárias. Esta hegemonia só pode ser alcançada a partir de uma profunda reforma intelectual e moral que leve em consideração as especificidades das camadas intermediárias, como o "parasitismo" a que nos referimos. Gramsci diz:

(...) a reforma intelectual e moral de alcance popular no mundo moderno aconteceu em dois tempos: (...) no segundo tempo através da difusão de uma série de conceitos tirados da filosofia da praxis e freqüentemente contaminados com a filosofia do iluminismo e depois do evolucionismo científico.²²

²⁰ Idem, p. 2143.

²¹ Ibidem, p. 2143.

²² Ibidem, p. 1985.

E exatamente por causa desta contaminação é que o proletariado deveria se preparar para a verdadeira reforma intelectual e moral. Os agentes desta reforma são os intelectuais que, segundo Gramsci, têm um papel primordial em todo o processo de criação de cultura.

Dentre os intelectuais, Gramsci distingue os que nascem com uma nova classe, desenvolvendo-se organicamente a ela e dando-lhe homogeneidade e consciência da própria função no campo econômico; e aqueles herdados de antigos modos de produção, que dão a impressão de uma continuidade da história (exemplo o clero), os intelectuais tradicionais. Com base nesta diferenciação o autor retoma a sua colocação de 1926 ("Alcuni temi...") sobre o papel do campesinato na formação de intelectuais tradicionais.

A massa do campesinato não exerce nenhuma função essencial no campo da produção. Por isso, ela não elabora seus próprios intelectuais orgânicos e nem assimila intelectuais tradicionais; ao contrário, é dela que sai a maior parte dos intelectuais tradicionais, que têm a função de colocar em contato a massa camponesa e a administração pública local ou estatal.²³

A posição do camponês perante esse intelectual é ambígua: "ele admira a posição social do intelectual (...) mas outras vezes, finge desprezã-la, ou seja, a sua admiração é misturada instintivamente de elementos de inveja e raiva apaixonada".

E sobre isso, Gramsci afirma que:

*Não se entende nada da vida coletiva do camponês e dos germes e fermentos de desenvolvimento que ali existem, se não se leva em consideração, se não se estuda em concreto e não se aprofunda esta subordinação efetiva aos intelectuais: qualquer desenvolvimento orgânico da massa camponesa, até um certo ponto, é ligado aos movimentos dos intelectuais e dele depende.*²⁴

²³ Cfr. Idem, pp. 44 e ss.

²⁴ Gramsci, A. Gli intellettuali, Ed. Riuniti, Roma, 1971, p. 23.

Um segundo conceito que vai nascer ligado à "revolução-passiva" e à "reforma intelectual e moral" é aquele de "guerra de posição" e "guerra de movimento". O conceito herdado da terminologia militar, é reelaborado por Gramsci diante da necessidade de se "transportar" para o Ocidente os ensinamentos da revolução russa, ao mesmo tempo que guardar as características próprias das formações sociais da Europa Ocidental.

Já em 1924, Gramsci em uma carta a Bordiga, explicita a situação que mais tarde seria conceituada como de "guerra de posição":

*A determinação que na Rússia era direta e lançava as massas na estrada para o assalto revolucionário, na Europa central e ocidental se complica por causa destas superestruturas políticas criadas pelo maior desenvolvimento do capitalismo, que torna mais lenta e mais prudente a ação das massas e demanda, portanto, do partido revolucionário toda uma estratégia e uma tática bem mais complexa e de longa duração, do que aquela que foi necessária aos bolcheviques no período entre março e novembro de 1917.*²⁵

No Cárcere, Gramsci retoma esta problemática:

*Se a Rússia de 1917 viveu um momento de "guerra de movimento" o Ocidente só poderia viver a "guerra de posição", onde em breve tempo os exércitos poderiam acumular determinada quantidade de munição, onde os quadros sociais eram por si só capazes de formar trincheiras bem munidas (...). No Oriente o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente entre Estado e sociedade civil existia uma justa relação e com o tremor do Estado se divisava logo uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era só uma trincheira avançada, através da qual estava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas (...).*²⁶

²⁵ Togliatti, P. op. cit., pp. 196-7.

²⁶ Gramsci, A. Quaderni cit., vol. II, p. 866.

Para explicar esta enorme diferença no desenvolvimento social europeu Gramsci vai remontar ao período das revoluções burguesas de modo a relacionar o período do capitalismo de livre concorrência ao momento de "guerra de movimento" e aquele do imperialismo ao de "guerra de posição". Para ele:

No período depois de 1870, com a expansão colonial européia (...) as relações organizativas internas e internacionais do Estado se tornam mais complexas e maciças e a fórmula dos anos 40 da "revolução permanente" é elaborada e superada na ciência política pela fórmula de "hegemonia civil". Acontece na arte política aquilo que acontece na arte militar: a guerra de movimento se torna sempre mais guerra de posição e se pode dizer que um Estado vence uma guerra enquanto a prepara minutamente e teoricamente no tempo de paz. A sólida estrutura das democracias modernas, seja como organização estatal, ou como complexo de associações da vida civil, constitui para a arte política as "trincheiras" e as fortificações permanentes do "front" na guerra de posição.²⁷

A partir dessa conceituação estava montado o cenário, com todas as suas peças, para a proposta prático-política do movimento operário. Referindo-se a esta questão afirma De Felice:

A reflexão sobre a passagem da guerra de movimento à guerra de posição (...) lhe permite (a Gramsci) intervir no debate do movimento comunista internacional com uma contribuição de grande relevância, definindo uma relação fecunda com os processos em ato e com a questão da crise do capitalismo, superando as oscilações entre catastrofismo e apologia do presente e o empirismo esquemático da categoria de "estabilização", variavelmente adjetivada.²⁸

Essa ampla conceituação elaborada ao longo de uma reflexão brilhante, mas nem por isto menos penosa, permite a Gramsci

²⁷ Idem, vol. III, pp. 1566-67.

²⁸ De Felice, F. op. cit., p. XXII.

dar concretude às propostas elaboradas por Lênin nos Congressos da Internacional. O desenho da "Frente Única" e do "governo operário-camponês" proposto em 1921 e reafirmado em 1925 (V Congresso), com a aceitação formal da diminuição das crises revolucionárias e o reforçamento da capacidade de resistência do capitalismo (o que gerou a consigna de "estabilização relativa do capitalismo"), será revestido por toda esta perspectiva dando vida assim a uma proposta capaz de unir de fato os vários setores explorados da sociedade, sob a hegemonia do proletariado.

2- O ponto de partida dessa "nova" conceituação é a recuperação da visão marxiana da "instância econômica", que permite a Gramsci resgatar o significado da "instância política", sem cair no reformismo idealista. Textualmente, ele diz:

*No fundo de qualquer problema sério da produção está o problema político, ou seja, aquele das relações sociais, do funcionamento orgânico da sociedade. Para organizar seriamente a produção é preciso primeiro, ou melhor, contemporaneamente, organizar em relação a ela toda a sociedade que tem na produção a sua expressão mais genérica e direta. A produção é a alma da sociedade, o seu símbolo mais compreensível e imediato.*²⁹ (grifo no original).

A crítica à dicotomia aberta pela "Segunda Internacional", entre economia e política é claramente ^{afirmada} contestada e a sua superação é proposta com a superação do modo de produção capitalista:

²⁹ Gramsci, A. L'Ordine Nuovo, 24-31 gennaio, 1920 in De Felice, F. op. cit., p. XVI.

A ação política da classe operária — continua Gramsci — (com o fim de instaurar a ditadura, de criar o Estado operário) adquire um valor histórico real só quando está em função do desenvolvimento de condições econômicas novas, ricas de possibilidades, avidas por expandir-se e consolidar-se definitivamente. Para que a ação política tenha um bom êxito, deve coincidir com uma ação econômica.³⁰

Mas a redução do movimento das relações sociais ao econômico se dá — segundo Gramsci — a partir da necessidade de se divulgar a "filosofia da praxis", como parte da cultura que ela é, expondo-a, portanto, ao contato com outras correntes filosóficas contemporâneas. Gramsci explicita este mecanismo:

A filosofia da praxis se tornou um momento da cultura moderna; e em certa medida determinou ou fecundou algumas correntes (...). A combinação filosófica mais relevante aconteceu entre a filosofia da praxis e as diversas tendências idealistas, ou seja, o que para os ditos ortodoxos, ligados essencialmente a correntes particulares de cultura do último quarto de século (positivismo, cientificismo), parece um contrasenso, senão uma loucura de charlatães (...). A filosofia da praxis sofreu realmente uma dupla combinação filosófica: de uma parte, alguns de seus elementos, de modo implícito ou explícito foram incorporados por algumas correntes idealistas (basta citar Croce, Gentile, Sorel e o próprio Bergson); de outra parte os assim chamados ortodoxos, preocupados em encontrar uma filosofia que fosse, segundo o seu ponto-de-vista muito restrito, algo mais que "uma simples" interpretação da história, acreditaram que seriam ortodoxos identificando-a (filosofia da praxis) com o materialismo vulgar. Uma outra corrente retornou ao kantismo (o austro-marxismo).³¹

Ora, esse processo de incorporação ao marxismo de concepções vindas de outras correntes filosóficas se deu básica

³⁰ Idem, p. XIII.

³¹ Gramsci, A. op. cit., V. III, p. 1855.

camente através dos intelectuais que, num primeiro momento de organização daquela cultura, saíam de outras classes sociais. É o que Gramsci explica:

(...) os grandes intelectuais formados no seu terreno (do marxismo), além de serem poucos, não eram ligados ao povo, não saíram do povo mas foram, sim, a expressão de classes médias tradicionais, intelectuais estes que retornaram às classes médias nas grandes "viradas" históricas; outros, entretanto, permaneceram (no marxismo), mas para sobrepor a nova concepção a uma sistemática revisão, não para procurar o seu desenvolvimento autônomo.³²

Ainda segundo Gramsci, é indiscutível o fato de que o marxismo seja uma filosofia nova, independente e original. No entanto, a sua combinação com outras culturas e o seu desenvolvimento dependem das relações sociais às quais está intimamente ligada. Por isso, ele afirma que "só depois da criação do Estado (socialista), o problema cultural se impõe em toda a sua complexidade e tende a uma solução coerente."³³

Mas isto não quer dizer que não se deva lutar por uma postura crítico-polêmica, por uma "reforma intelectual e moral" que prepare o proletariado e seus aliados para a construção da nova sociedade. E esta reforma pressupõe o entendimento do marxismo historicamente, ou seja, como a incorporação

de todo o passado cultural, o Renascimento e a Reforma, a filosofia alemã e a revolução francesa, o calvinismo e a economia clássica inglesa; o liberalismo laico e o historicismo, que está na base de toda a concepção moderna da vida.³⁴

Só assim será possível depurar a filosofia da praxis das incongruências recebidas de outras filosofias, do dogmatismo eco

³² Idem, p. 1862.

³³ Ibidem.

³⁴ Idem, p. 1860.

micista que prevaleceu durante um determinado momento histórico.

Para realizar essa tarefa Gramsci relembra o método teórico usado por Marx na "Introdução à crítica da economia política":

*[...] partir do real para o abstrato; e do abstrato para o concreto. Nos segundo momento do processo — do abstrato ao concreto — aquela primeira realidade deixa de ser um todo homogêneo para ser uma totalidade complexa onde interação múltiplas determinações.*³⁵

É o conhecimento da dialética marxiana que permite a Gramsci ir superando as suas próprias posições, num exercício de auto-crítica que significa também a superação de todo um momento histórico do movimento operário internacional.

^E É a necessidade de se debruçar atenciosamente sobre a realidade, buscando interpretar cada movimento da sociedade civil, é que torna possível o trabalho de Gramsci. Isto porque ele sabe que a sociedade real não é puramente capitalista, mas possui estratos intermediários que, nos momentos de crise, entram em movimento e assumem um papel decisivo no processo de transformação. Por outro lado, estes mesmos estratos, nos momentos de estabilidade (como era o caso da recuperação do pós-guerra), se mostram oscilantes, incapazes de, por si só, proporem uma alternativa de sociedade.

³⁵ Cfr. Marx, K. O método da economia política in Para a Crítica da economia política, Abril ed., 2a. ed., 1978, p. 116.

"Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a este ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não como uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas". (Grifos nossos)

Sabendo disso, cabe ao proletariado exercer seu papel de dirigente, ou seja, não ser um elemento de revolta espontânea mas se constituir num princípio ordenador do movimento popular. Com isto, o proletariado estaria praticando a clássica fórmula marxista: a classe operária liberando a si mesma libera toda a sociedade. //

o0o

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- AGOSTI, Aldo. Le Internazionali operaie. Torino, Loescher, 1974.
- BASSO, L. et L. (org.). Il Congresso de Gotha: Partito Operaio e Socialismo. Annali della Fondazione Lelio e Lisli Basso, Issoco, 3 vol., Milano, Franco Angeli, 1977.
- BERNSTEIN, E. I presupposti del socialismo e i compiti della socialdemocrazia. Roma, Ed. Laterza, 1974.
- _____ et alii. La segunda internacional y el problema nacional y colonial. México, Passado y Presente, 1978.
- BORDIGA, A. Scritti Scelti. Milano, Feltrinelli, 1975.
- _____. Mai la merce sfamerá l'uomo (la questione agraria e la teoria della rendita fondiaria secondo Marx), Milano, Iskra ed., 1979.
- CAFIERO, C. El Capital al Alcance de todos. Madrid, Bibl. Jucar de Politica, 1977.
- CANDELORO, Giorgio. Storia dell'Italia moderna. Milano, Feltrinelli ed., I ed. 'Universal economica', 1978.
- CARACCILOLO, Alberto e SCALIA, Gianni. La città futura. Milano, Feltrinelli ed., 1977.
- CERRONI, U. Teoria política y socialismo. México, Ed. Era, 1976.
- COLE, G.D.H. Historia del pensamiento socialista, Comunismo y Socialdemocracia, V vol., México, Fondo de Cultura, IV ed. 1975.
- _____. Historia del pensamiento socialista. La Segunda Internacional, IV vol., Segunda Parte, México, Fondo de Cultura, 1960.

- COLE, G.D.H. Historia del pensamiento socialista, La Segunda Internacional, III Vol., la. parte, México, Fondo de Cultura, 1959.
- CORTESI, Luigi. Le origini del PCI. Bari, Ed. Laterza, 1972.
- DEGRAS, Jane. Storia dell'Internazionale Comunista (atraverso i documenti ufficiali). Milano, Feltrinelli ed., 1975.
- ENGELS, F. La condizione della classe operaia in Inghilterra. Roma, Samona e Savelii, 1972.
- _____. AntiDuhing. Roma, Ed. Riuniti, II ed., 1971.
- _____. A origem da família, da propriedade e do Estado. Lisboa, Ed. Presença, 1975.
- _____. A guerra camponesa na Alemanha. Porto, Ed. Presença, 1975.
- Fernande, R.C. (org.). Dilemas do Socialismo. R.J., Paz e Terra, 1982.
- FIORI, Giuseppe. Gramsci e il mondo sardo. In: Gramsci e la cultura contemporanea I, Editori Riuniti - Roma, Istituto Gramsci, Roma, 1975.
- GIARRIZZO, Giuseppe. Il Mezzogiorno di Gramsci. In: Politica e storia in Gramsci I, Roma, Editori Riuniti-Istituto Gramsci, 1977.
- GRAMSCI, A. Concepção Dialética da História. R.J., Civilização Brasileira, 1978.
- _____. Literatura e Vida Nacional. R.J., Civ. Brasileira. 2 ed., 1978.
- _____. Obras Escolhidas. S.P., Ed. Martins Fontes, 1978.
- _____. Scritti 1915-1917. Milano, Moizzi Ed., 1976.
- _____. Cronache Torinesi, 1913-1917. Torino, Einaudi ed., 1980.

- GRAMSCI, A. La Questione Meridionale. Roma, Ed. Riuniti, III ed., 1966.
- _____. Noterelle sulla politica del Machiavelli. Torino, Ed. Einaudi, II ed., 1981.
- _____. Americanismo e Fordismo. Torino, Einaudi ed., II ed., 1978.
- _____. Il Risorgimento Italiano. Torino, Einaudi ed., II ed., 1977.
- _____. La costruzione del partito comunista, 1923-1926. Torino, Einaudi ed., IV ed., 1971.
- _____. L'Ordine Nuovo, 1919-1920. Torino, Einaudi ed., 1975.
- _____. L'Ordine Nuovo (Socialismo e Fascismo), 1921-1922, Torino, Einaudi ed., 1975.
- _____. Scritti Giovanilli, 1914-1918. Torino, Einaudi ed., 1974.
- HAJEK, Milos. Storia dell'Internazionale Comunista (1921-1935) Roma, Ed. Riuniti, 1972.
- KAUTSKY, K. La Dottrina Socialista, AntiBernstein. B. Aires, Ed. Claridad, 1966.
- _____. Le Dottrine Economiche di Marx, Un'exposizione polare del primo libro del Capitale. Roma, Samona e Savelli, 1972.
- _____. Etica e Concezione Materialistica della Storia. Milano, Feltrinelli ed., II ed., 1975.
- _____. L'Imperialismo. Bari, Ed. Laterza, 1980.
- _____. La Questione Coloniale. Milano, Feltrinelli ed., 1977.

- KAUTSKY, K. La via al potere. Bari, Ed. Laterza, 1969.
- _____. Il Programa de Erfurt. Roma, Samona e Savelli, 1971.
- _____. La Questione Agraria. Milano, Feltrinelli ed., II ed., 1971.
- KORSCH, K. Teoria Marxista y Accion Politica. México, Ed. Pasado y Presente, 1979.
- _____ et alii. Karl Korsch o el nacimiento de una nueva época. Barcelona, Ed. Anagrama, 1973.
- LABRIOLA, A. La Concezione Materialistica della Storia. Bari, Ed. Laterza, 1976.
- _____. Del Materialismo Storico. Roma, Ed. Riuniti, II ed., 1974.
- _____. Scritti di pedagogia e politica scolastica, Roma, Ed. Riuniti, II ed., 1974.
- LEHMANN, H.G. Il dibattito sulla questione agraria, nella socialdemocrazia tedesca e internazionale. Milano, Ed. Feltrinelli, 1977.
- LENIN, W.I. Le Programa Agrario da social-democracia Rusia. In Obras Escolhidas, B. Aires, Ed. Cartago, II vol., 1973.
- _____. La Alianza de la clase obrera y del campesinado. Moscou, Ed. Progreso, 1981.
- _____. El desarrollo del capitalismo en Rusia. Moscou, Ed. Progreso, 1979.
- _____. A falência da II Internacional. S.P., Ed. Kairos, 1979.
- _____. O Estado e a Revolução. SP, Ed. Hucitec, 1978.

- LIEBKNECHT, K. Scritti Politici. Milano, Feltrinelli ed., 1971.
- LUXEMBURGO, R. L'Accumulazione del Capitale. Torino, Einaudi ed., 1968.
- _____. Scritti Politici. Roma, Ed. Riuniti, II ed., 1970.
- _____. Lettere al Kautsky. Roma, Ed. Riuniti, 1971.
- _____. Lettere, 1893-1919. Roma, Ed. Riuniti, 1979.
- MACCIOCCHI, M.A. Per Gramsci. Bologna, Mulino Ed., 1974.
- MARX, K. et ENGELS, F. Obras Escolhidas. R.J., Ed. Vitória, 1963. Vol. I, II, III.
- _____. Critica dos Programas Socialistas de Gotha e Erfurt. Porto, 1974.
- _____. L'Ideologia Tedesca. Roma, Ed. Riuniti. II. ed., 1977.
- _____. La Guerra Civile negli Stati Uniti D'America. Roma, Del Bosco ed., 1973.
- MARX, K. et alii. Sulle Società pre-capitalistiche. Milano, Feltrinelli Ed., II ed., 1974.
- MARX, K. Miseria della Filosofia. Roma, Samona e Savelli, 1970.
- _____. O Capital, Lineamenti Fondamentali della Critica dell'economica politica. Firenze, La Nuova Italia ed., 1970.
- _____. Capítulo inédito d'O Capital. Porto, Publicações Escorpião, 1975.
- MEHING, F. Storia della socialdemocrazia Tedesca. Roma, Ed. Riuniti, III ed., 1974.

- MEHING, F. Sobre el materialismo histórico y outros escritos filosoficos. México, Passado Y Presdente, 1976.
- MOMMSEN, W.J. La época del imperialismo, Europa 1885-1918, México, Siglo Veintiuno Ed., 5 ed., 1978.
- PORTELLI, H. Gramsci e o bloco histórico. R.J., Paz e Terra, 1977.
- NATOLI, Cláudio. La terza internazionale e il fascismo, 1919-1923. Roma, Ed. Riuniti, 1982.
- RAMOS-OLIVEIRA, A. Historia social y politica de Alemania, México, Fondo de Cultura, s/d.
- RAGONIERI, E. Il marxismo e l'internazionale. Roma, Ed. Riuniti, 1972.
- ROSAL, A. de. Los Congressos Obreros Internacionales en el Siglo XIX. Barcelona, Grijalbo, 3 ed., 1975.
- _____. Los Congressos Obreros Internacionales en el siglo XX. Barcelona. Grijalbo, 3 ed., 1975.
- ROVAN, J. Histoire de la social-democratie Allemande. Paris, Ed. Du Seuil, 1979.
- QUERCIOLO, Mimma P. Gramsci vivo (nelle testimonianze dei suoi contemporanei). Milano, Feltrinelli ed., 1977.
- SALSANO, Alfredo. Antologia del pensiero socialista (socialismo e fascismo). vols. V3 e V4, Bari, Editori Laterza, 1983.
- SALVADORI, M.L. Kautsky e la rivoluzione socialista - 1880-1938. Milano, Feltrinelli ed., 1976.
- _____. Gramsci e la questione meridionale. In Gramsci e la cultura contemporânea I, Roma, Editori Riuniti - Istituto Gramsci, 1975.